



Número:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico,
Espaço e Meio Ambiente

IRACEMA FERREIRA DE MOURA

**ASSENTAMENTOS RURAIS: AGREGAÇÃO DE VALOR E
COMERCIALIZAÇÃO – O caso do Assentamento Santa Maria (Paranacity - PR)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ramos

Campinas – São Paulo

Maio de 2006

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
M865a
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 69427
PROC 16.123-06
C _____ D
PREÇO 1160
DATA 27/07/06
Nº CPD _____

Bib: d 383514

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

M865a Moura, Iracema Ferreira de.
Assentamentos rurais : agregação de valor e comercialização – o caso do Assentamento Santa Maria (Paranacity – PR) / Iracema Ferreira de Moura. – Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Pedro Ramos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Reforma agraria. 2. Colonização agraria. 3. Valor adicionado. 4. Agroindústria. 5. Comercialização. I. Ramos, Pedro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

06-031-BIE

Título em Inglês: Rural settlements : addition of value and trading – the case of Santa Maria's settlements

Keywords: Agrarian reform , land settlement, added value, agribusiness, marketing

Área de concentração: Economia Agrícola e Agraria

Titulação: Mestre em Desenvolvimento economico

Banca examinadora: Prof. Dr. Pedro Ramos

Prof. Dr. Walter Belik

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Data da defesa: 31-05-2006

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento economico

A Todos/as lutadores e lutadoras do povo deste país;
Aos “bravos” Sem Terra;
Aos “resistentes” assentados/as do Assentamento Santa Maria;
Ao Dombek, companheiro dessa caminhada e de vida;
Ao meu pai e minha mãe;
A Deus.

Agradecimentos

Aos Colegas de mestrado da UNICAMP, Robson, Karina, Kleber, Newton, Angelo e Glenda.

Aos companheiros do Assentamento Santa Maria, pela lição de vida na luta contra a opressão. Agradeço pela gentileza das entrevistas e pela disponibilidade dos dados, imprescindíveis para realização deste trabalho.

Aos amigos Flaviane, Patrícia Karina, Leônia e Mossoró pelas contribuições e conversas acaloradas em torno do objeto deste trabalho.

As “meninas” da Moradia, Estelinha, Andressa e Valéria pelo acolhimento na casa L6A e convivência, durante um ano, tão amigável e respeitosa.

Aos mestres, Pedro Ramos, meu orientador, pela dedicação, compreensão e contribuições fundamentais para conclusão deste trabalho; e ao Professor Wilson Cano, pelos ensinamentos.

Ao pessoal do Instituto de Economia, Tiana, da Secretária do Núcleo de Economia Agrícola; e da Secretária da Pós, Alberto e Cida.

Finalmente, a todos que contribuíram para a conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

Lista de siglas	vii
Lista de Quadros	viii
Lista de Mapas, gráficos, figuras, anexos e apêndice	ix
Resumo	x
Introdução	1
Capítulo 1- Luta pela terra, política fundiária e política agrícola no Brasil	3
1.1 - Breve histórico da luta recente pela terra no Brasil Contemporâneo	5
1.2 - Breve histórico da política fundiária no Brasil	9
1.3 - Política agrícola no Brasil contemporâneo	18
Capítulo 2- Os assentamentos rurais no Brasil: avaliações recentes	25
2.1 - Estratégias de viabilização econômico-social	27
2.2 - Produção e renda	37
2.2.1 - Caracterização da produção	42
2.2.2 - Caracterização da renda	44
2.3 - Comercialização e agregação de valor	46
Capítulo 3- Agregar valor e comercializar: o caso do Assentamento Santa Maria.	57
3.1 – Metodologia	58
3.2 - Referências gerais e localização do Assentamento Santa Maria	61
3.3 - Aspectos históricos: do latifúndio monocultor ao assentamento	67
3.4-A diversificação produtiva como base da viabilização do assentamento	71
3.5 - O Planejamento e as estratégias de organização da produção e do trabalho	76
3.5.1- Projeto /planejado	76
3.5.2- Estratégia organizacional	82
3.5.3 - Planejamento do trabalho	87
3.6 - Estratégia de comercialização	89
3.7 - Estratégia de agregação de valor	94
3.8 - Renda e condições de vida	99
3.9 - A relação do assentamento com a luta política: O contexto da resistência e da luta pela terra	105
Considerações Finais	108
Bibliografia	111
Anexos	117
Apêndices	127

LISTA DE SIGLAS

ABRA-Associação Brasileira de Reforma Agrária
CEDI-Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CCA/PR - Central de Cooperativas da Reforma Agrária do Estado do Paraná
CPR-Cédula do Produto Rural
CPT-Comissão Pastoral da Terra
CPA-Cooperativa de Produção Agropecuária
CNS-Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento
COANOL-Cooperativa de Comercialização Agrícola Novo Sarandi
COPTAR-Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata
COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA.
CONCRAB-Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FASE-Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base
FMI-Fundo Monetário Internacional
GETAT-Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
GEBAM - Grupo Executivo do Baixo Amazonas
IBASE-Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBRA-Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITR-Imposto Territorial Rural
MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAB-Movimento dos Atingidos por Barragens
MEPF - Ministro Extraordinário de Política Fundiária
MMTR-Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
SNCR-Sistema Nacional de Crédito Rural
SCA-Sistema Cooperativista dos Assentados
TDA-Títulos da Dívida Agrária
PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA-Programa de Aquisição de Alimentos
PROCERA-Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PEP-Prêmio de Escoamento de Produto
PIN-Programa de Integração Nacional
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROTERRA-Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE-Programa Especial para o Vale do São Francisco
POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PIC - Projeto Integrado de Colonização
PA - Projeto de Assentamento
UDR-União Democrática Ruralista
UBS-Unidade de beneficiamento de sementes

LISTA DE QUADROS

Nº do Quadro	Enunciado	Pág.
Quadro 2.1	Produção agropecuária dos assentamentos rurais	42
Quadro 2.2	Renda familiar dos assentamentos rurais	45
Quadro 2.3	Principais canais de comercialização dos produtos dos assentamentos	47
Quadro 3.1	População Urbana e rural da Microrregião de Paranaíba e do município de Paranaíba – 1991 e 2000	64
Quadro 3.2	Paranaíba - Estabelecimentos Agropecuários Segundo As Atividades Econômicas – 1996	64
Quadro 3.3	Paranaíba - Produção de origem animal – 2004	65
Quadro 3.4	Paranaíba - PIB a preços básicos segundo os ramos de atividades – 2003	65
Quadro 3.5	Características dos assentamentos da Microrregião de Paranaíba-PR	66
Quadro 3.6	Estruturas atuais do assentamento Santa Maria/COPAVI	71
Quadro 3.7	Evolução da produção agropecuária do assentamento Santa Maria/COPAVI– Período de 1995 – 1999	72
Quadro 3.8	Organograma da COPAVI – Organização Política e executiva	84
Quadro 3.9	Agroindústrias: capacidade, situação atual, principais produtos	97
Quadro 3.10	Valor agregado à produção agropecuária da COPAVI	98
Quadro 3.11	Comparativo da renda da COPAVI com o salário mínimo do Brasil e os rendimentos dos domicílios rurais do Paraná.	100

LISTA DE TABELAS

Nº. da Tabela	Enunciado	Pág.
Tabela 2.1	Percentual de participação do assentado em organizações, por regiões e Brasil	32
Tabela 3.1	Paranaíba - Área Colhida, Produção, Rendimento Médio e Valor Da Produção Agrícola – 2004	65
Tabela 3.2	Quantidade média de horas/mês trabalhadas na COPAVI	87
Tabela 3.3	Receita Total da COPAVI, média de trabalhadores e sobras distribuídas – 1994 a 2004	99
Tabela 3.4	Idade da população do assentamento Santa Maria – 1994 e 2005	102

LISTA DE FIGURAS

Nº Mapa/Gráfico	Enunciado	Pág
Figura 3.1	Localização da Microrregião de Paranaíba-PR	61
Figura 3.2	Distância dos Municípios da Microrregião de Paranaíba a Curitiba (km)	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1	Faturamento (em Reais) da produção do assentamento Santa Maria/COPAVI	73
Gráfico 3.2	Principais canais de distribuição dos produtos da COPAVI em 2003 e 2004	91
Gráfico 3.3	Participação dos canais de comercialização no volume total de vendas-2003 e 2004	92
Gráfico 3.4	Escolaridade dos habitantes do Assentamento Santa Maria	103

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI	118
---------	---	-----

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice 1	Questionário Família	128
Apêndice 2	Dados observados e analisados	130



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e
Meio Ambiente

**Assentamentos Rurais: Agregação de Valor e Comercialização – O Caso do
Assentamento Santa Maria (Paranacity-Pr)**

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Iracema Ferreira de Moura

Este estudo tem como objetivo identificar e caracterizar as principais estratégias de viabilização econômica e social adotadas nos assentamentos rurais, com ênfase na agregação de valor e comercialização, destacando seus elementos explicativos, os fatores restritivos e potencializadores. Trata-se de trazer para o debate acadêmico formas identificadas nos assentamentos rurais de organização social voltadas à agregação de valor. Dessa forma, procura-se, através da análise de um estudo de caso do Assentamento Santa Maria, Paranacity - Pr, compreender essas questões analisadas.

A questão central é como e em que medida as estratégias de viabilização, com ênfase na agregação de valor e comercialização adotados no Assentamento estudado, têm contribuído para a melhoria das condições de vida das famílias assentadas e com o desenvolvimento do assentamento?

Para desenvolver esta análise, no primeiro capítulo expõe-se a problemática na qual está inserido o objeto de pesquisa, incluindo um apanhado da luta pela terra e as condições históricas da política agrária e agrícola em torno dela. No segundo capítulo, são abordadas, com base em pesquisa recente, as análises dos assentamentos rurais destacando as estratégias de viabilização com ênfase na agregação de valor e comercialização. Por fim, no terceiro capítulo expõe-se o estudo de caso do Assentamento Santa Maria, o qual se confunde com a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), denominada COPAVI, fundada bem antes da oficialização do assentamento. Ali, são expostas e analisadas, desde a conquista da terra até a fase atual, com vistas a compreender, as estratégias adotadas em torno da agregação de valor e da comercialização adotadas.

Para finalizar, são tecidas algumas considerações e apresentadas algumas questões suscitadas no desenvolvimento desse estudo.

Palavras chaves: Reforma agrária, assentamentos rurais; agregação de valor; pequena agroindústria, comercialização.

Introdução

*Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.*

Os que lutam. Bertold Brecht.

Muito já se disse, ou já se estudou sobre o assentamento Santa Maria ¹. O que se pretende com este trabalho é rever esses estudos, a fim de complementar a pesquisa de campo, na ótica das estratégias de viabilização econômica e social, tendo como foco principal a agregação de valor e comercialização.

O que foi feito para que o estudo não caísse no risco de repetir o que já se disse sem nada acrescentar? Fez-se, para tanto, uma abordagem a partir das estratégias, buscando discutir as principais dificuldades encontradas, as formas como os obstáculos foram superados e as potencialidades existentes.

O universo empírico, ao qual este trabalho se refere, é constituído pelos personagens dos assentamentos rurais brasileiros. O aprofundamento do estudo deu-se com a análise e com a pesquisa do assentamento Santa Maria, localizado em Paranacity – Pr, com resgate da sua história nas fontes secundárias e na pesquisa de campo. A finalidade foi o conhecimento factual, a obtenção de informações que ajudassem a conhecer melhor o objetivo proposto. Com esse intuito, foi aplicado um questionário junto às vinte famílias do assentamento e, paralelamente, foram realizadas entrevistas com responsáveis pela sua coordenação.

O trabalho, além da pesquisa de campo, fundamenta-se em outras pesquisas realizadas nos assentamentos rurais brasileiros implantados a partir de 1985 e na minha própria experiência de trabalho com os assentamentos a partir de 1998.

¹ Bleil(2000), Bizkarra (2002), Gómez (2002), Grempe (2002), Gumiero (1999), Christoffoli(2000), etc.

Foi o contato com os assentamentos, enquanto engenheira de alimentos, assessorando as cooperativas com agroindústrias, que me despertou uma série de inquietações e interrogações. Foi diante de tantas perguntas sem respostas, que iam além de processos industriais, de desenvolvimento de novos produtos, de controles de qualidade e de uma boa gestão da unidade de processamento e da minha vontade de contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos que escolhi esse tema. A escolha, portanto, está ligada a toda uma história de vida, da minha trajetória ligada aos assentamentos e aos sem-terra, como também às minhas opções de vida e posicionamento políticos.

Por outro lado, além das questões pessoais, o tema assentamentos rurais no Brasil é instigante, pois se caracteriza como um espaço de lutas, conquistas e de resistência. Analisar a realidade desses espaços no tocante aos aspectos de viabilização, tornar-se importante pela relevância por contribuir para o tema da reforma agrária e da luta pela terra no Brasil.

O desafio maior foi conciliar a experiência empírica e, às vezes, até distanciar-se dela, com o método científico, base deste trabalho.

O Caminho percorrido foi como ponto de partida mostrar que no Brasil contemporâneo (Pós-1985) houve um desmonte das políticas agrícola e agrária que haviam beneficiado principalmente os grandes proprietários e a reação dos “sem terra” frente a essas políticas. Entretanto, isso não quer dizer que elas passaram a beneficiar a pequena produção.

Em seguida, procura-se, no segundo capítulo trazer para a discussão as características e os impasses da produção dos assentamentos no Brasil, que tem um modelo de desenvolvimento fundado na opção política de apoio à grande produção empresarial. Traz-se ainda a perspectiva de se pensar a diversidade dos assentamentos diante das características e modo de funcionamento do atual modelo de desenvolvimento consolidado, porém em crise. Busca-se perceber os assentamentos do ponto de vista global, enfatizando as estratégias de viabilização, principalmente aquelas relacionadas à agregação de valor e comercialização.

Por fim, no terceiro capítulo analisa-se a história e a trajetória das famílias do assentamento Santa Maria, com ênfase nas estratégias de agregação de valor e comercialização, procurando perceber os limites, os entraves e as potencialidades.

Portanto, eis o trabalho. Espero ter cumprido esses objetivos.

CAPÍTULO I

Luta Pela Terra, Política Fundiária e Política Agrícola no Brasil Contemporâneo.

*“Malditas sejam todas as cercas!
Malditas sejam todas as propriedades privadas,
Que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos
Para ampararem cercas e bois e fazer a Terra,
Escrava e escravos os humanos”.*

Dom Pedro Casaldáliga

O desenvolvimento do capitalismo no campo tem ameaçado as condições de vida dos trabalhadores rurais². Não obstante, o fenômeno da pobreza rural aparece como um paradoxo social, pois nestes casos os seres humanos vivenciam a fome em meio à abundância da produção de alimentos, tendo em vista a indisponibilidade dos meios produtivos e/ou financeiros para obtê-los. De modo geral, podem ser ressaltados como fatores geradores e determinantes da pobreza rural no Brasil: a estrutura econômica do país, onde se destaca o grau de concentração de renda e de desigualdade; a inserção produtiva; a importância e a prioridade atribuída pelos governos ao bem-estar e a promoção social de seus cidadãos; a importância atribuída pelos governos à agricultura e ao desenvolvimento rural na definição de seus objetivos estratégicos de políticas; a estrutura fundiária e as características do processo de modernização agrícola.

No Brasil, o capitalismo manteve historicamente intocada a estrutura fundiária e o sistema de crédito subsidiado foi o principal instrumento para impulsionar a modernização sem reforma agrária. Oliveira destaca que (2002, p. 67).

“É, pois, no bojo dessa articulação entre o processo de expansão desigual do trabalho assalariado no campo, na expansão do também desigual processo de expropriação, e no dominante processo histórico da concentração fundiária do país, que vamos encontrar contraditoriamente a origem dos conflitos e da luta pela terra no Brasil com sua marca histórica: a violência”.

Conseqüentemente, teve-se como resultado de um lado, a expropriação da propriedade de milhões de agricultores e a respectiva exclusão social destas famílias; e de outro, o processo de partilha e de fracionamento das pequenas propriedades, aumentando o número de minifúndios brasileiros e o crescimento do estímulo aos trabalhos temporários.

Tendo em vista estes pressupostos, trataremos o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reação dos trabalhadores rurais frente a esse sistema no Brasil contemporâneo.

² Aqui estão inseridos os pequenos produtores, os povos indígenas, povos da floresta, Quilombolas, pescadores, ribeirinhos, quebradeiras de coco, assentados da reforma agrária, etc. Mesmo sabendo da heterogeneidade da população residente no campo, não é objeto desse trabalho deter-se sobre esses diversos conceitos, por isso optou-se por utilizar-se do termo trabalhadores rurais.

1.1- Breve histórico da luta recente pela terra no Brasil

A insurreição mais recente vem ocorrendo há um pouco mais de duas décadas³, movida pela luta pela Reforma Agrária, toma corpo no Brasil a partir da formação e da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST aparece primeiramente nos estados do sul do país, exatamente fruto de crise na pequena agricultura camponesa.

Em grande medida, as reações dos trabalhadores foram resultados dos trabalhos de organização, levadas a cabo por setores da igreja progressista sob a inspiração da “teologia da libertação”. Em 1975, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), articulada por bispos que atuavam na chamada Amazônia Legal, preocupados com o problema da violência no campo a luta pela terra tem um novo impulso. A CPT apoiada na doutrina da Igreja levantou a tese de que “a terra é para quem nela trabalha”. Em 1980, com base nessa tese, a igreja produz um documento na Assembléia dos Bispos, em Itaiaci, denominado: “A igreja e os problemas da Terra”. Este documento na visão de Stédile (2002, p.312):

“levanta a principal tese que foi a de diferenciar que ‘a terra devia ser para trabalho e não para negócio’. Com isso, então se rompe a visão capitalista de que a terra estava a serviço do capital. Nesse documento se faz um ataque frontal de que a terra não devia ser objeto de negócio (...) deve servir a quem trabalha”.

Os trabalhos de apoio da CPT à organização dos trabalhadores foram determinantes para o surgimento do MST que teve como ação embrionária, na prática, no seu modo ou estratégia de manifestação, a ocupação da gleba Macali, no Rio Grande do Sul, por mais de 100 famílias, no ano de 1979, quando surgiram as primeiras experiências com assentamentos.

“No cenário agrário nacional surgem então como resposta a uma ‘velha roupagem’, as experiências com os assentamentos de trabalhadores rurais, fruto da lutas sociais e também de tentativas peculiares governamentais de se realizar transições que permitem solucionar os conflitos e ao mesmo tempo assegurem os privilégios já estabelecidos”. (Carmo, 2003, p.297).

³ Pode-se dizer que a luta pela terra no Brasil nasceu naquele momento em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível. Os habitantes do local, então, diante de armas e intenções nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra esse verdadeiro caso de invasão.

O MST é um movimento autônomo, que começou a ser gestado quando já ocorria um princípio de distensão política no país, ou seja, a Ditadura Militar já dava sinais de abrandamento. A luta pela terra, mediante ocupação das áreas e em seguida a conquista, começou a ocorrer em vários estados nos primeiros anos da década de 80, dando origem a várias lideranças.

O MST passou a organizar-se em diversos estados. Disto resultaram os passos organizativos representados pelos três congressos nacionais (1985, 1990 e 2000) e pelos diversos encontros regionais e nacionais realizados desde então. Morissawa (2001).

O MST luta pela Reforma Agrária, no entanto aceita a política de assentamentos. Sabem que não adianta ter acesso a terra, se não houver uma política agrícola que ajude a pequena produção. Logo nos primeiros anos de sua fundação, o MST assume como lema de suas reivindicações: ocupar, resistir e produzir. E, mais recentemente assume a preocupação com a agroindustrialização e a comercialização.

A partir de 1981, a CPT começou a promover debates entre as diversas lideranças da luta pela terra no país. Os principais do período, ligados à formação do MST, foi o Encontro Regional do Sul e o seminário de Goiânia, que constituíram as bases da realização do primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, em janeiro de 1984, em Cascavel, estado do Paraná, no qual foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

A conjuntura dos anos 80, favorável ao fortalecimento da sociedade civil, foi marcada não só pelo aparecimento de novas demandas e pela requalificação das já existentes, de novas experiências organizativas por parte dos trabalhadores, como também pelo surgimento de várias entidades de apoio. Surgiram nesta década, além do MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Outras entidades promoveram formação de trabalhadores, bem como campanhas de apoio às suas demandas como: a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base (Fase), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), além de uma série de entidades locais.

Ganham destaque à “Proposta de Reforma Agrária da CONTAG” aprovada no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas em 1979 e o documento da Igreja de 1980.

O Governo Sarney, prometendo atender as reivindicações e pressões dessas entidades e movimentos, decretou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Os partidos políticos de direita e os latifundiários reagiram e criaram no mesmo ano a União Democrática Ruralista (UDR) com o objetivo de impedir o Plano, pressionando o Congresso, onde tinham diversos representantes. Gomes da Silva (1987)

O Plano aprovado tinha uma meta de beneficiar 1,4 milhões de famílias em 43 milhões de hectares durante o período 1985/89, mas foram desapropriadas tão somente 4,5 milhões de hectares (10% do previsto) e assentadas 90.000 famílias naquele período. INCRA (1999).

A possibilidade legal de desapropriação da terra por interesse social, que foi uma conquista das forças progressistas prevista no Estatuto da Terra desde 1964, continuou colidindo com os limites impostos para efetivá-la. Uma emenda popular proposta durante o processo constituinte obteve mais de um milhão de assinaturas, mas foi derrotada pelo conservadorismo dos constituintes. Reivindicava a limitação do tamanho da propriedade rural, a arrecadação sumária de bens ociosos, o pagamento da indenização em títulos da dívida agrária em 20 anos e limitado ao valor base do Imposto Territorial Rural.

A normatização das relações sociais da propriedade da terra, inscritas na Constituição, evidencia a derrota das demandas da luta pela terra.

Nos anos de 1995 e 1998, durante o Primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, o governo fez frente às demandas dos trabalhadores rurais reagindo a elas com muita violência. Houve uma articulação entre o estrangulamento financeiro pelo Governo Federal e violência física pelos governos estaduais (com raras exceções). Durante o primeiro mandato o número de pessoas assassinadas no campo foi de 43 por ano⁴.

Em 1995, em Rondônia, no município de Corumbiara, aconteceu uma chacina que resultou na morte de nove sem terra e dezenas de feridos e desaparecidos. Naquele ano, quinhentas famílias haviam ocupado uma fazenda e por ordem da Justiça, trezentos policiais realizaram o despejo das famílias de forma violenta. Um ano depois, no dia 17 de abril aconteceu outro massacre, no município de Eldorado de Carajás, no sul do estado do Pará quando centenas de famílias sem terra do MST, reivindicando ao governo serem assentadas, caminhavam por uma rodovia em direção à cidade de Belém foram surpreendidas pela ação

⁴ Segundo dados da CPT, nos 20 anos da ditadura militar, foram assassinados 42 trabalhadores por ano. De 1985 a 1989, esse número triplicou e chegou a 117 assassinatos por ano.

policial. A ação violenta da polícia causou 19 mortes e dezenas de feridos. Devido a esse fato, o dia 17 de abril foi instituído pelo MST como o Dia Internacional da Luta Camponesa.

Nesse período, o MST intensificou as mobilizações e procurou de forma mais direta ampliar o campo do debate e conquistar apoio da opinião pública. Organizou em 1997 a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça partindo de diversas regiões, reunindo assentados, acampados e outra gama de trabalhadores do campo. Chegou à Brasília no dia em que o Massacre de Eldorado dos Carajás fez um ano.

Se por um lado, com a estratégia das marchas, acampamentos e ocupações criavam-se fatos políticos e conquistavam-se a terra, Por outro, precisava-se criar forma de enfrentar as dificuldades presentes na vida dos assentamentos. A experiência do trabalho coletivo iniciada já desde os primeiros acampamentos levou à cooperação agrícola nos assentamentos como uma forma de se fazer frente às dificuldades ali encontradas. Sem o apoio dos governos, a cooperação apareceu como a principal experiência dos assentados para resistir e manterem-se na terra. Para fomenta - lá o MST enfrentou a realidade da baixa ou nenhuma escolaridade dos camponeses, dando prioridade à educação dos acampados e dos assentados, o que era fator primordial para o sucesso da empreitada da cooperação.

Carvalho (2002, p.14) afirma que o que se está construindo é:

“(...) identidades sociais de resistência que significa que a permanência no campo não é subalterna aos ajustes econômicos, políticos e ideológicos impostos pela classe dominante e permitem as famílias não somente melhorar a qualidade de vida e do trabalho como desenvolver a consciência crítica para encontrarem caminhos para superarem as causas estruturais da opressão capitalista”.

No entanto, apesar das iniciativas dos Movimentos Sociais, e neste caso do MST, para avançar na produção e agregação de valor, tendo como princípio básico o fortalecimento de todas as formas de cooperação em especial as cooperativas, estas iniciativas ainda não foram massificadas nos assentamentos - como veremos no próximo capítulo.

Dessa forma, os enfrentamentos não terminam com a conquista da terra. Após essa primeira conquista a luta agora é para nela permanecer com um mínimo de dignidade.

1.2- Breve histórico da política fundiária no Brasil Contemporâneo

O acesso a terra, para quem nela deseja trabalhar e com o seu trabalho garantir a sua existência, é um dos problemas econômicos e sociais do Brasil. Mas essa dificuldade não é provocada por uma escassez natural de terras, mas pela estrutura fundiária brasileira que é muito desigual, visto que, o território nacional abrange 8,5 milhões de Km² e as densidades demográficas médias são inferiores a 20 hab/km². Destes 850 milhões de hectares, 371 milhões são de solos classificados com potencialidade agrícola boa, boa a regular, regular a boa e regular, totalizando 43,7% do território nacional.

A estrutura fundiária atual é herança colonial. Quando os portugueses aqui chegaram, a Coroa Portuguesa dividiu o país em 15 capitanias hereditárias doando-as a quem se dispusesse a explorá-las economicamente. Os donatários não podiam vender as terras, mas tinham autorização de entregar parcelas dela, as sesmarias.

As Sesmarias⁵ estão na origem da grande maioria dos latifundiários e da grilagem do país, como frutos da herança colonial. Oliveira (2002).

A colonização e as ocupações progressivas do território apresentam-se como um empreendimento mercantil do modelo agro-exportador, baseado no trabalho escravo e na monocultura. A grande propriedade fundiária constituiria a regra, elemento central e básico do sistema econômico da colonização que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava: o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus. No contexto da divisão internacional do trabalho, fazíamos a parte de fornecedores de produtos primários (pau-brasil, madeiras de lei, açúcar, etc.), para a nossa Metrópole portuguesa. A Portugal, por sua vez, cabia o fornecimento de produtos manufaturados.

Em 1759 foi decretado o fim das capitanias hereditárias e, com isso, a Coroa portuguesa tornou-se a única autoridade na Colônia brasileira. Já o regime das sesmarias foi suspenso em 1822, após a Independência, e não surgiu de imediato legislação sobre a posse da terra. “Nessas condições aliadas à crise em que a economia exportadora está submersa, há uma expansão espontânea e rápida das pequenas unidades de produção” (Graziano da Silva, 1980, p.25). Entretanto, o número dessas unidades é relativamente pequeno, não alterou o perfil da

⁵ A propriedade da terra distribuída em sesmarias pelos colonizadores portugueses, sempre foi uma propriedade alodial, que dizer, livre de encargos feudais; quem adquiria essa terra, por via de sesmaria, ou depois, de compra, não ficava vassalo de ninguém. A propriedade era alienável, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos.

estrutura agrária, que continuou assentada no latifúndio monocultor, agora não mais monocultura da cana-de-açúcar, mas do café.

Instituiu-se juridicamente uma nova forma de propriedade da terra e manteve-se o seu monopólio nas mãos dos grandes latifundiários. Coincidindo com a proibição do tráfico de escravos, o Governo Imperial instituiu, em 1850, a chamada Lei de Terras que proibia a ocupação de áreas públicas (devolutas) e determinava que a apropriação só poderia ser feita mediante pagamento em dinheiro. Pela lei, a posse na terra não lhe garantia a propriedade, exigindo-se, para isso, documento assinado por um juiz. Os trabalhadores rurais passaram a compor duas categorias: a dos escravos livres e a dos migrantes europeus, ambos sem acesso a terra. Graziano da Silva (1980).

Ramos (1999, p.87) aponta que:

“A política de imigração, vale dizer, de disponibilização de força de trabalho para a acumulação da empresa agro-mercantil foi, assim, perfeitamente articulada com uma política de terras, exatamente quando o Brasil, enfim, tornou o tráfico externo de escravos uma atividade ilegal. Contudo, a escravidão continuou até 1888 evidenciando uma transição controlada pelos detentores do poder econômico/social e político”.

Oliveira (2002) destaca que os princípios que marcaram a concentração fundiária no Brasil nunca deixaram de existir. Cita como exemplo a Constituição de 1946 que vigorou até 1967 e suas antecessoras, que definiam em 10.000 hectares a área de terra devoluta máxima a ser vendida a brasileiros natos ou naturalizados. Porém, sempre se previu que esta área poderia ser maior, desde que com autorização do Senado Federal. Na constituição de 1967 esta área foi reduzida para 3000 hectares.

Com base nesta realidade fundiária e sofrendo pressão popular, no início da Nova República, o Estado brasileiro absorveu o tema da reforma agrária. Logo nos primeiros dias foi criado um ministério para tratar do tema que elaborou, no início da gestão, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O Plano recuperava a proposta do Estatuto da Terra de 1964, da seleção de áreas prioritárias de Reforma Agrária, ou seja, apontava para a possibilidade de transformações fundiárias em áreas mais amplas e não somente de intervenções pontuais em focos de conflito.

Para melhor situar o PNRA, faz-se necessário voltar ao Estatuto da Terra. A Lei 4.504, de 30/11/1964, conhecida como o Estatuto da Terra, permitia ao Estado Nacional intervir na

estrutura fundiária e fazer Reforma Agrária. Embora o Estatuto da Terra tenha sido promulgado pelo governo militar, havia nele um caráter progressista, recebendo na época diversas críticas do jornal *O Estado de São Paulo* e dos latifundiários paulistas.

É importante frisar que neste mesmo período vários países da América Latina estavam se propondo a realizar programas de reforma agrária e adequar sua legislação aos compromissos internacionais assumidos na assinatura da Carta de Punta del Este⁶. O Estatuto veio no bojo de uma série de reformas que pretendia dá uma resposta às pressões sociais e atender os compromissos internacionais.

O Estatuto e a legislação complementar instituíram a classificação dos imóveis rurais em quatro categorias: minifúndios, latifúndios por exploração, latifúndios por extensão e empresas. O objetivo da reforma agrária era a extinção progressiva dos minifúndios e latifúndios, considerados como fonte de tensão social no campo. O modelo ideal de imóvel rural era a empresa rural⁷, podendo até ser de caráter familiar. O instrumento para transformar o latifúndio em uma empresa rural seria a desapropriação.

Com o Estatuto da Terra, o Estado poderia não só disciplinar as demandas por terra afloradas na sociedade, mas, sobretudo, trazer essa necessidade para os parâmetros de uma agricultura modernizada, produtiva e capaz de atender o padrão idealizado e desejado de desenvolvimento. Previa também que o Poder Executivo deveria garantir todas as atividades extrativistas, agrícolas, pecuárias e agroindustriais. A legislação com seu conjunto de normas constituíam um sistema de definições e enquadramentos.

“Em suas ambigüidades, ele instaurou as bases para uma disputa que se estende até os dias de hoje sobre as condições de obtenção de terras para a reforma agrária, propriedades que podem ser desapropriadas e em que as circunstâncias se constituem o direito a terra”. (Medeiros, 2003, p. 24).

Foram criados dois órgãos distintos, para tratar de diferentes ações: O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), para cuidar da reforma agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) para executar a política de desenvolvimento rural,

⁶ Os países que assinaram esta carta se comprometeram em: “Impulsionar, respeitando as particularidades de cada País, programas de reforma agrária integral... a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base de sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem esta e garantia de sua liberdade e dignidade”. (art. 6º do Título Primeiro da Carta de Punta del Este).

⁷ Empresa rural segundo o Estatuto da Terra: “é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condições de rendimento econômico (...) da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo”. (inciso VI do art. 4 da lei 4.504)

incluindo a colonização. O IBRA ficou diretamente subordinado à Presidência da República, enquanto o INDA foi vinculado ao Ministério da Agricultura.

Em 1970, O Estatuto da Terra que estava esquecido voltou a ser utilizado como um instrumento jurídico institucional para a venda de terras públicas para grandes empresas e ampliação de projetos oficiais de colonização dirigidos aos trabalhadores rurais sem terra do Sul e do Nordeste. Stedile (2005).

O decreto lei N° 1.110, de 09 de julho de 1970, extingue o IBRA e o INDA e cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA), subordinado ao Ministério da Agricultura⁸, passando a ser responsável pela reforma agrária e pela colonização. Foram criados vários programas especiais de desenvolvimento em vistas desse objetivo, entre eles: o Programa de Integração Nacional - PIN (1970); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971); o Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE (1972); o Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (1974); o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974).

O PIN e o PROTERRA foram os programas, que receberam mais atenção e mais recursos. O general Médici, então Presidente da república, justificava esses programas como uma forma de “levar homens sem terra para terras sem homens”. Ignorando completamente a existência de populações indígenas e caboclas, e até mesmo urbanas, na região, o governo, no início, aplicou uma política de colonização que incluía a criação de núcleos de povoamento os quais podiam ser tanto do governo como das empresas privadas. Milhares de pessoas foram atraídas de várias partes do Brasil, principalmente no período de 1970 a 1974. O Projeto Integrado de Colonização (PIC) e o Projeto de Assentamento (PA)⁹ repassaram imensas extensões de terras a grandes grupos, incluindo os financeiros, como por exemplo, Bradesco, Bamerindus, etc.

Durante a Ditadura Militar cresceram os conflitos por terra na região Amazônica, com confrontos abertos e muito violência. Na década de 80, o governo federal criou o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e colocou na chefia um general, dando um caráter

⁸ “La subordinación al Ministerio da Agricultura, de tradición patronal, implicaba, en lo que se refiere a reforma agrária, no apenas rebajamiento institucional, si no, sobre todo político, una vez que el IBRA estaba vinculado directamente a la Presidência da República”. (Pinto, 1996, p. 294).

militar à questão agrária no Brasil. Criaram o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), especialmente para atuar nessas áreas e conter a influência da Igreja Católica, que desde a década anterior assistia os posseiros em litígio na região.

Voltando ao pós 85, ao PNRA. O Plano aprovado pelo Presidente da República em 10 de outubro de 1985, com vigência prevista até o final de 1989, tinha como programa básico o assentamento de trabalhadores em imóveis rurais desapropriáveis. Colonização, regularização fundiária e mecanismos tributários apareciam como mecanismos complementares. O objetivo era assentar, no prazo de 15 anos, sete milhões dos estimados 10,5 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Os resultados, quando contrastados com as metas do PNRA, foram poucos. Segundo dados do INCRA, foram assentadas 90 mil famílias no governo Sarney (1985-1989), das 1,4 milhão previstas no PNRA. Para esses assentados foi criada uma linha de crédito, configurada no Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), com o objetivo de garantir aos novos agricultores, completamente descapitalizados, condições de fazer investimentos na terra.

Com a derrota do PNRA, a grande batalha deu-se na Constituinte. Na nova Constituição brasileira está inscrito que a propriedade da terra deve cumprir uma “função social”, a qual tem uma definição clara, inspirada no Estatuto da Terra: “aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores”.

Entretanto essa definição não impediu que a nova Constituição de 1988 contivesse um conjunto de mecanismo de bloqueio à possibilidade da Reforma Agrária, inclusive recuando em relação ao Governo Militar. Vejamos os comentários de José Gomes da Silva¹⁰ (2002, p.174), sobre estes pontos:

⁹ O PIC fazia o assentamento, prestava assistência técnica e concedia empréstimo em dinheiro aos colonos. Estava voltado ao povoamento do eixo da rodovia Transamazônica. Já o PA era um tipo de assentamento sem assistência técnica nem financeira. Preocupava-se exclusivamente em demarcar as terras de cada família e fornecer o documento da propriedade

¹⁰ Agrônomo exemplar no interior de São Paulo, foi também funcionário público e escreveu vários livros sobre reforma agrária. Em 1964, dirigiu a Supra (órgão da reforma agrária que antecedeu o Incra) e naquele período, com um grupo de técnicos, formulou o Estatuto da Terra. Fundou a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e nos anos 80 foi Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo quando criou o Instituto de Assuntos Fundiários do Estado. Também nos anos 80, no governo Sarney, foi Presidente do Incra e formulou o PNRA. Com sua queda da Presidência do Incra passou a colaborar com o PT e com o MST.

- “Recuou, afrouxando o instituto da desapropriação por interesse social, tanto na abrangência (art. 185), como no tocante à exigência do prévio pagamento (art. 184)”;
- Não resgatou o critério decretado pelo Governo Militar do Marechal Costa e Silva de fixar o valor declarado para fins de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) como limite para o valor das indenizações (AI. 9 – Atos institucionais nº. 9, de 25 de abril de 1969);
- Recuou também, rebaixando de cem para cinquenta hectares o limite do instituto de usucapião;
- Manteve inalterado o limite para a alienação ou concessão de terras públicas, já que passou apenas de três mil para 2500 ha, quando na etapa interconstitucional anterior a redução foi de 10.000 ha para 3000 ha;
- Em relação às formas de pagamento das indenizações, a Constituição também recuou, promovendo o pagamento prévio das indenizações e omitiu-se no estabelecimento de critérios para a fixação do ‘justo preço’.
- A questão da propriedade produtiva: “Ao dispor, no inciso II do artigo 185 que a chamada ‘propriedade produtiva’ não é suscetível de desapropriação, a Constituição Federal de 1988 introduziu, na prática, tamanhas dificuldades de ordem legal, agrônômica e operacional, que complica extraordinariamente qualquer tentativa séria de mudar a nossa estrutura fundiária”.

A possibilidade legal de desapropriação da terra por interesse social, que era uma conquista das forças progressistas prevista no Estatuto da Terra desde 1964, foi restrita ao aproveitamento racional e adequado utilizando-se de indicadores precisos¹¹, deixando de fora a preservação ambiental e o bem estar nas relações de trabalho.

Esses limites à desapropriação requereram dois diplomas legais regulamentadores: a lei nº. 8.629 de 25/02/1993, conhecida como Lei Agrária que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, aprovada quatro anos depois da Constituição, no governo de Itamar Franco; e a Lei Complementar Nº. 76, de 06/07/1993, conhecida como a Lei do Rito Sumário, que fixa modalidades jurídicas pelas quais se estabelece o processo de desapropriação, suas formas de remuneração, possibilidades de

¹¹ Indicadores: GUT: grau de utilização de terras, definido como uma proporção igual ou maior que 80% da relação entre a aproveitada (explorada) do imóvel sobre a área aproveitável e o GEE: grau de eficiência na exploração econômica, definido pelo confronto dos índices de produção vegetal e de lotação pecuária em cada região a cada ano com os respectivos índices técnicos regionais estabelecidos pelo Poder Executivo Federal.

defesa do proprietário, etc. Essas leis são destinadas, em última análise, a salvaguardar o direito de propriedade.

Uma análise mais detida destas leis mostra como o interesse social acaba por subordinar-se aos interesses dos proprietários de terras. A indenização da terra é feita em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e as benfeitorias úteis e necessárias são indenizadas em dinheiro. Esses Títulos são resgatáveis, de acordo com a Constituição, em até vinte anos e deveria ser atualizado de acordo com o valor da terra desapropriada. Entretanto, tanto os prazos quanto os métodos de valorização tem sido sucessivamente encurtados. O TDA tem sido financeirizado, usando-se a Taxa Referencial do Mercado Financeiro como proteção contra a inflação. De acordo com Delgado (2005), o TDA tem sido um ativo de curto prazo, altamente valorizado e com alta liquidez. Como consequência, Delgado (2005, p. 66) afirma que:

“Estes fatores terminam por paralisar o processo e inverter o sentido do gasto social nesse campo: ao invés de viabilizar a economia familiar nos assentamentos, valoriza os latifúndios improdutivos e ainda lhes garante generosa renda de juros sobre o principal, indexado à inflação, ao longo de todo o período de resgate”.

A Lei Agrária, além de manter alguns pontos controversos, tornou as desapropriações passíveis de discussões judiciais. “Um novo elemento torna-se essencial para a compreensão dos desdobramentos políticos da questão agrária brasileira: o papel do Judiciário, com seu poder de determinar despejos, arbitrar valores de desapropriação, etc.” (Medeiros, 2003, p.43).

Fernando Collor de Mello, eleito para governar o país no período de 1990-1994, prometeu nas eleições assentar 500 mil famílias, uma quantidade inferior ao previsto no I PNRA, mas superior ao efetivado. Entretanto, esse número não foi concretizado.

No primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a Reforma Agrária aparecia como forma de desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, a onda de violências no campo no período chamou a atenção não só do país, mas do mundo. Os massacres de Corumbiara e de Eldorado de Carajás trouxeram à tona a gravidade da questão agrária nacional e levou o governo a criar em 1996 o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). O INCRA saiu do Ministério da Agricultura e passou ao controle deste novo órgão. Um ano depois, o gabinete foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário, com estrutura permanente.

A nova institucionalidade se inseriu em marcos mais amplos do que a Questão Agrária propriamente dita, pois se regia pelos parâmetros de uma reforma do Estado em curso, cujas diretrizes centrais eram a descentralização de ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização.

Em relação aos instrumentos para agilizar o processo de desapropriação de terras para realização de assentamentos rurais, foi introduzida uma série de regulamentações:

- Agilização do rito sumário, permitindo que a imissão de posse da terra por parte do poder público se fizesse no máximo em 48 horas após o ajuizamento da ação de desapropriação. O Bloco Ruralista no Congresso Nacional votou favoravelmente à proposta em troca de uma medida provisória que proibia a desapropriação de terras ocupadas;
- O depósito em dinheiro (para pagamento de benfeitorias) e em títulos da dívida agrária (para pagamento da terra nua) seria feito pelo INCRA, à disposição do juízo, antes da ação ser ajuizada;
- A vistoria de terra deveria ser feita com acompanhamento das entidades sindicais patronais (organizadas na CNA) e de trabalhadores (CONTAG), sem a presença do MST;
- A comunicação de vistoria passou a ser feita não só por carta, mas também por jornal de grande circulação;
- Impedimento da fragmentação dos imóveis depois de realizada a comunicação de vistoria, uma vez que, de acordo com a Constituição, imóveis com menos de 15 módulos fiscais não podem ser desapropriados;
- Alteração dos critérios de avaliação das terras improdutivas, tornando os valores das indenizações compatíveis com os preços de mercado;
- Redução dos juros, nos casos das desapropriações, de 12% para 6% ao ano;
- Possibilidade da União de delegar aos estados poder, para que realizassem cadastramento, vistorias, avaliações, dentre outras ações;
- Prazo de dois anos para que todos os proprietários ratificassem junto ao INCRA as concessões e alienações de terras feitas pelos estados nas fronteiras agrícolas.

Nesse sentido, o Governo editou uma série de medidas provisórias, decretos, leis complementares e portarias que mudaram bastante o modo pelo qual o Poder Executivo poderia agir sobre os conflitos.

O objetivo último das ações nas áreas fundiárias era inibir as ações dos movimentos sociais. Outras regulamentações que procuraram inibir diretamente as ações dos movimentos sociais, principalmente do MST:

- Proibição da realização de vistorias em áreas ocupadas até dois anos após a ocupação, inviabilizando, portanto, sua desapropriação;
- Suspensão da negociação em casos de ocupações de órgãos públicos;
- Permissão para que as entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais indicassem áreas para serem desapropriadas. Neste caso, era reconhecido como entidades representativas, no plano estadual, as federações de trabalhadores na agricultura ligadas à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Estimulava-se assim, as disputas entre os movimentos;
- Instituição de um programa de arrendamento rural, tornando as terras nele inscritas não passíveis de desapropriação;
- Impossibilidade de acesso a recursos públicos, em quaisquer das esferas de Governo, por entidades que de alguma forma fossem consideradas: suspeitas de serem participantes, co-participantes ou incentivadoras de ocupações de imóveis rurais ou bens públicos¹².

Com essas medidas, o governo procurava combater as ocupações, principal forma de pressão na luta pela terra, geradora de fatos políticos.

As ações do governo, dispersas no início, foram consolidadas, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), com o programa do Plano Plurianual (PPA)-2000-2003, denominado Novo Mundo Rural. Esse Programa buscava estimular uma política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado, no qual “a meta era tratar o assentado como agricultor familiar e traçar a programação de ação junto a eles com a participação de Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (ampliando as atribuições dos Conselhos de Reforma Agrária, inicialmente propostos)” (Medeiros, 2003, p.56).

O Programa Novo Mundo Rural, ainda segundo Medeiros (idem), dizia em síntese que os agricultores precisavam deixar de estar sob a tutela do Estado e entrar plenamente no

¹² Essa medida era para atingir diretamente o MST, suas entidades a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA).

universo do mercado. Também propunha que, após um curto período inicial de consolidação, o mercado se tornasse o regulador maior das atividades desse contingente de trabalhadores.

Uma outra ação do Executivo foi estimular a proposta que se caracterizava por valorizar o mercado como mecanismo para ampliar o estoque de terras destinadas a assentamento de famílias e que demandassem o acesso a esse bem. No governo FHC, foram dados passos importantes em direção à implementação de um programa com essas características e nos moldes do que o Banco Mundial chamava de “reformas agrárias conduzidas pelo mercado”, apresentado como uma política de combate à pobreza rural.

Assim, a política fundiária esteve sempre a reboque da luta pela terra, mas em resposta à pressão dos trabalhadores e para resolver conflitos localizados do que para promoção da reforma agrária.

1.3- Política agrícola no Brasil contemporâneo

A agricultura apresenta cinco etapas importantes em seu processo de produção e circulação: o plantio, tratos culturais, colheita, comercialização e agroindustrialização. O capital, ao longo do século, foi penetrando e incorporando nessas etapas a lógica da acumulação capitalista.

O período de 1950 até 1980 foi caracterizado como um momento de mudança lenta e gradual na base técnica, momentos do processo produtivo agrícola, especialmente a gestão dos recursos naturais, introduzindo insumos agroquímicos, rompendo com a lógica tradicional camponesa da rotação de culturas, plantações diversificadas, fertilização natural etc. Esse fenômeno teve seu ápice naquele período, mas permanece até os dias atuais.

Após 1964,

“(...) o Estado autoritário manteve o pacto entre o capital urbano e a propriedade rural da terra (...) o foco dessa estratégia (...) deslocou-se gradual, mas incisivamente da ocupação de fronteiras para a capitalização do processo de produção rural, via políticas de investimentos subsidiados pelo Estado, principalmente através de programas de crédito rural” (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1985, p.33).

O foco anteriormente dado incentivando o aumento da produção via a expansão da fronteira agrícola por meio da agricultura itinerante, deslocava-se, mas não totalmente, para o incentivo à inovação tecnológica e ao aumento da produtividade. No entanto, a estrutura da terra permaneceu concentrada, tendo o Estado como principal arquiteto, transformando a base produtiva da agricultura via sua integração ao complexo agroindustrial (idem)

Interpretando este momento, particularmente as mudanças que estavam em curso na agricultura brasileira, Kageyama et al. (1990, p.124), tem como centro da análise os capitais agroindustriais, ou seja, a passagem dos complexos rurais para os complexos agroindustriais, a partir da segunda metade de 1960.

“(...) particularmente em seus anos finais, havia um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que ensejaram uma grande mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura e no lugar que ela passa a ocupar no padrão geral de acumulação do país, essa mudança qualitativa se concretizou nos Complexos Agroindustriais e no processo de fusão/integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro”.

O Estado tem um papel crucial nesta arrancada, de um lado, estimulando a expansão das indústrias, dando-lhes incentivo, e de outro, assegurando-lhes mercados por meio da política de financiamento rural. Ou seja, créditos altamente subsidiados vinculados à utilização de insumos e a práticas predeterminadas. O Estado age visando financiar, patrocinar e administrar as expectativas e a captura das margens de lucro na agricultura, patrocinando e garantindo a valorização dos capitais integrados, criando instituições de pesquisa por produtos agrícolas e pecuários, direcionando taxas de lucro esperado e a composição do produto agrícola, manipulando também os instrumentos de política para indicar o que e quando produzir.

Dentro desse conjunto de ações, o Estado institucionaliza em 1965 o principal instrumento utilizado para promover a industrialização no campo: o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Torna, portanto, o financiamento da atividade agropecuária o principal instrumento da política agrícola. Na década de 70 o valor pago pelos mutuários foi, em média, inferior aos 50% contratados. Milhões e milhões de dólares foram dessa forma transferidos para os tomadores do crédito rural.

Assim como o crédito, os demais instrumentos da política agrícola (preços mínimos, seguro agrícola, armazenamento, assistência técnica e pesquisa), geralmente acabaram

atendendo os interesses dos grandes proprietários. Foram implementadas políticas públicas em vistas de dotar o país de infra-estrutura de pesquisa agropecuária, de assistência técnica e extensão rural pública que disseminou o uso de insumos modernos na agricultura.

Nas palavras de Palmeira (1994, p.50),

“(...) o processo de modernização foi feito graças a uma intervenção forte do Estado, no sentido de atualizar o latifúndio, mudando suas feições. Para tanto, foram oferecidas enormes vantagens a investimentos no campo. Na terra mais do que propriamente na agricultura, mas também na agricultura -, que atraíram para ele as atenções de interesses outros que não os dos setores agrários tradicionais”.

Como resultado dessa política, o abismo entre as grandes propriedades e as pequenas aumentava. De um lado, as grandes propriedades com acesso a crédito e os demais instrumentos da política agrícola; por outro,

“os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos”. Martine (1990, p.6).

Além da acentuação da concentração da propriedade da terra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros camponeses foi reduzido, provocando um êxodo rural de quase 30 milhões de pessoas entre 1960 e 1985. O que também contribuiu para esse êxodo foi a alteração do trabalho permanente para o temporário. Ramos (2005, p.89) atesta que nesse período

“(...) o emprego de capital continuou em expansão e ocorreu um uso muito maior de mão de obra temporária, com salários em dinheiro, mas ainda com incorporação de novas terras, seja dos antigos, seja dos novos latifúndios, formados principalmente nas áreas de fronteiras”.

A primeira metade da década de 80 foi marcada por crises econômicas, gerando uma crescente instabilidade macroeconômica, que se seguiu ao segundo choque de petróleo de 1979 e provocou a ruptura do mercado internacional de crédito e a reentrada em cena do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os impactos da política macroeconômica da década de 80 sobre a indústria, até então força motriz do crescimento econômico, levam o setor ao colapso. Entretanto, o setor agrícola

continuou crescendo, servindo como uma força estabilizadora do crescimento da renda, mesmo com a crise do padrão de financiamento baseado no crédito subsidiado, iniciada no final da década de 70.

Diversas análises sobre o período buscam explicar o porquê desse desempenho da agricultura, apesar da crise. Para Rezende (1993) o desempenho positivo da agricultura nos anos 80, só foi possível porque a política agrícola adotada foi centrada no estabelecimento de preços mínimos ao invés de privilegiar o uso do crédito rural subsidiado, como ocorrera nos anos 70. Essa política teve como principal instrumento duas maxidesvalorizações cambiais, que elevaram os preços dos exportáveis, modificando a sistemática de garantia de preços (indexação desde 1981, combinando com a elevação real a partir de 1983); o aumento do subsídio no crédito de custeio para aqueles setores que tiveram acesso a ele; queda da concessão de crédito para investimento e elevação das taxas nominais de juros.

Para Martine (1990) no período de 80 a 84, além da manipulação sistemática dos preços mínimos, nota-se que foram incorporadas novas áreas com o plantio de soja. Ele defende que este fator foi o principal responsável pelo bom desempenho da agricultura, porque houve a substituição do crédito subsidiado genérico, pelo crédito dirigido ainda novamente subsidiado. O autor comenta:

“em geral, as taxas de subsídios foram superiores a 40% nesse período, chegando a mais de 100% em 1984 (...) Ou seja, não houve exatamente uma eliminação do tratamento creditício preferencial, senão maior seletividade dos beneficiários que, paradoxalmente, passaram a ser mais subsidiados do que antes. (idem, p. 8).

Na segunda metade da década de 80, com a Nova República¹³, a política agrícola deixou de ter uma preocupação apenas com a exportação de produtos agropecuários e agroprocessados. Além disso, houve a necessidade de melhor atendimento da demanda crescente do mercado interno. Foram mantidos os incentivos às exportações e, para estimular a produção voltada ao mercado interno, foram adotados preços de garantia mais elevados para os produtos da cesta básica, taxas de juros reais negativos do crédito rural (em 1986/1987), aumentos no volume de crédito disponível para custeio e investimento rural e sustentação das perdas de safra em 1985/86. Como resultado, houve safras muito boas em 1987, 1988 e 1989.

Nos anos 90, no bojo do Plano Real (lançado em 1994), foi instituído um conjunto de medidas e instrumentos que constituíram a política agrícola do Governo Fernando Henrique Cardoso.

A primeira mudança importante adotada foi a abolição da Taxa Referencial de Juros (TR) no crédito rural e adoção de taxas de juros fixas (16%). Paralelamente, aboliu-se a equivalência produto, pois ela só se justificava num cenário de inflação alta. Porém, a medida mais importante adotada foi a securitização, em 1995. A Lei 9.138, de 30/11/95 permitiu o alongamento da dívida dos produtores, dando a esses a opção de entregar em produto o valor equivalente ao refinanciamento do débito. O governo destinou R\$ 7 bilhões para a renegociação das dívidas, que foi quase na totalidade utilizada pelos grandes produtores. O custo da securitização para o Tesouro Nacional chegou a ser em torno de R\$ 2,5 bilhões em 10 anos. REZENDE (2000).

O governo estabeleceu uma agenda de trabalho para a agricultura que incluiu a reformulação dos instrumentos tradicionais de política, como o crédito rural e a política de preços mínimos; a criação de novos instrumentos como o Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), em 1996; o Contrato de Opções em 1997 e o apoio ao Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF).

Essa política agrícola diferenciada para a agricultura familiar, instituída por meio do Decreto Lei 1.946 (decreto que cria o PRONAF), representa além de uma simples diferenciação nas normas de crédito rural uma nova concepção do financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações.

Além da implementação dos novos instrumentos, o setor privado também passa a ser mais atuante em relação ao 'agronegócio', ocupando parte do espaço que antes era preenchido pelo Estado. Nesse sentido, destaca-se a Cédula do Produto Rural (CPR) e, de forma mais geral, os mercados informais. A CPR surgiu como uma forma alternativa de instrumento privado de financiamento agrícola, podendo ser emitida pelo produtor rural, suas associações ou cooperativas. Trata-se de uma venda antecipada com recebimento no ato e entrega diferida, caracterizando-se como um contrato a termo.

¹³ Como medidas para reverter o quadro de crise econômica foram aplicados à economia no decorrer da década planos estabilizadores: o Plano Cruzado (fevereiro de 1986), Cruzado II (novembro de 1986), Plano Bresser (junho de 1987), Plano Verão (janeiro de 1989) que incluíam reformas monetárias, congelamento de preços, reajustes de salários, ajustes fiscais, etc.

No bojo das políticas neoliberais, a partir da década de 1990, verifica-se uma mudança no papel do Estado e das políticas públicas. A assistência técnica pública foi dispensada, devido ao processo de homogeneização tecnológica coordenado pelos grandes empreendimentos. O crédito rural oficial perdeu importância, devido às formas adotadas pelo crédito privado e a pesquisa pública começou a ser questionada e substituída pelos grandes investimentos efetuados em P&D pelas grandes corporações que adotaram a inovação tecnológica como atributo principal do padrão de concorrência internacional. MEDEIROS et al. (2002).

Tendo em conta o objetivo deste trabalho, convém destacar alguns aspectos do que ocorreu a jusante da produção rural nos anos 90.

O Brasil faz parte dos países que receberam investimentos externos no setor, ocasionando um movimento de reestruturação na indústria de alimentos brasileira em todos os seus segmentos, com uma presença de fortes grupos transnacionais que incorporaram grandes empresas nacionais, centralizando e concentrando capital. De olho no tamanho de nosso mercado consumidor, a investida das transnacionais de alimentos e bebidas se faz através de captura de unidades de produção e/ou distribuição. Neste movimento:

“A especialização das exportações, a busca por maior valor agregado e, principalmente, a saturação dos mercados consumidores nos países desenvolvidos vai provocar uma mudança no fluxo de investimentos da indústria agroalimentar em direção aos países em desenvolvimento.” (BELIK, 2001, p. 43).

Apesar da estagnação econômica e das quedas do crescimento da produção, o setor de produção de alimentos e bebidas cresceu 24,4%, na década de 90, já a indústria em geral cresceu 8,1%. De fato, as medidas de estabilização da economia impactaram diretamente o setor de alimentos. Isso se deu porque a baixa rentabilidade das exportações aliada ao fechamento de mercados redirecionou parte das exportações para o mercado interno, barateando o custo das matérias-primas. Porém, a queda dos preços das matérias-primas diminuiu drasticamente a rentabilidade do produtor rural. BELIK (2001)

O segmento produtor de matérias-primas, especialmente o da pequena produção camponesa, ficou refém da grande empresa oligopólica que tem apontado os rumos do processo de reestruturação.

“O foco das atenções sai da ‘produção rural’ e passa a orientar-se e organizar-se com base na estrutura de demanda, com padrões relacionados com a concorrência e a competitividade definidos por atributos que não mais dizem respeito apenas a preço e quantidade (...) Assistimos a emergência de novos atributos como segurança alimentar e conveniência, os quais induzem à reorientação do sistema para a estrutura da demanda”. (MEDEIROS, WILKINSON e LIMA, 2002, p.27).

No setor de distribuição, ocorreu um aumento da escala de operações, o que pressupõe aumento da concentração decorrente da crescente internacionalização dos grupos atuantes no Brasil. O comércio de alimentos passa a receber uma atenção diferenciada e especial, sai do horizonte paroquial de uma economia regulamentada e passa para a competição sem freios. BELIK (2001)

Enquanto isto, o segmento da pequena produção que produz basicamente para atender o mercado interno, ficou à mercê de políticas compensatórias, que a rigor só foram implementadas devido a fortes pressões das organizações de trabalhadores rurais.

“As políticas públicas do Governo Federal de caráter macro-econômico implantadas desde o início da década de 90, com o objetivo de realizar ajustes estruturais na sociedade brasileira e de reduzir as ações do Estado retiraram os apoios governamentais necessários para garantir a realização econômica da pequena agricultura familiar” (CARVALHO, 2002, p. 9).

Nesse cenário, os trabalhadores rurais e assentados têm buscado saídas. Seja lutando pela terra e pela reforma agrária. Seja nos assentamentos buscando políticas públicas e agrícolas que lhes sejam favoráveis agregar valor à produção e a comercializando fora dos canais tradicionais.

CAPÍTULO II

Assentamentos Rurais: Avaliações Recentes

*“Sem terra não quer matar,
Morrer também não quer não
Sem terra quer é ter vida
Casa e alimentação
A terra para plantar
Pra poder ganhar o pão*

*Nós queremos nossa área
Pra fazer a plantação
Nós plantamos arroz e milho
Batata, cana e feijão
Pra comer uma boa salada
No brejo muito agrião*

*Pra ganhar um dinheirinho
A gente planta algodão
Compra uma vaca de leite
E uma porca de leitão
A vaca a gente põe no pasto
A porca no mangueirão*

*Não quero ver... Não quero ver
A reforma agrária só na televisão
Queremos a reforma agrária
Plantada aqui no chão.*

Luís Beltrane

Este capítulo terá como base a literatura disponível sobre diversas investigações realizadas nos assentamentos a partir da década de 1990¹⁴. Tanto a que abrange isoladamente um assentamento como a que tem abrangência regionais ou mesmo nacional. Neste último caso, a primeira delas é a pesquisa da FAO¹⁵, realizada em 1991; a Segunda é o I Censo da Reforma Agrária, realizado em 1997¹⁶; a pesquisa realizada sobre os Impactos dos Assentamentos: um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro. (LEITE, HEREDIA et al. ¹⁷, 2004); bem como, a pesquisa denominada de Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões Econômicas, Políticas e Sociais, de LEITE E MEDEIROS¹⁸ (2004).

As pesquisas, no geral, foram realizadas tendo em conta um dado período da história dos assentamentos. Os parâmetros utilizados nas análises seguem alguns critérios como tamanho do projeto de assentamento, renda (geração e participação de cada atividade principal dos assentados na renda total), padrão tecnológico, produção agrícola e pecuária e integração aos mercados.

Dessa literatura, a preocupação aqui é extrair as análises, elementos ou aspectos relacionados com a agregação de valor e comercialização nas estratégias de viabilização econômica e social, assim como destacar os comentários sobre a cooperação¹⁹ nos assentamentos.

O processo de constituição de assentamentos foi intensificado, a partir de meados da década de 90, em função da pressão dos movimentos sociais e de organizações ligadas à defesa da Reforma Agrária, avançando medidas e ações do Estado. Pressionada, a política

¹⁴ Um estudo realizado antes da década de 90 foi o de Castro et. al. (1988), que tem recorte econômico e abrangeu uma amostra de 23 assentamentos implantados entre 1980 e 1983.

¹⁵ O projeto Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária originou-se no convênio assinado em março de 1991 entre o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), a FAO, órgão executor do projeto e o PNUD como órgão financiador. Com base numa amostra de amplitude nacional, envolvendo 10% dos assentamentos existentes (44 assentamentos), a pesquisa examinou aspectos da renda: 1- geração renda, 2-distribuição da renda por atividade (animal, agrícola, consumo, outras receitas e outros trabalhos) e distribuição de renda nos assentamentos (grau de diferenciação entre as famílias assentadas); características do processo produtivo; comercialização da produção; desistências e abandonos; meio ambiente, dentre outros.

¹⁶ O I Censo dos Assentamentos no Brasil foi realizado em 1997 sob a coordenação da Universidade de Brasília (UNB), envolvendo 29 universidades brasileiras e 1800 estudantes. Com base neste convênio, entre, INCRA/CRUB/UNB, foram visitados 1460 projetos de assentamentos implantados até 31/10/96, correspondentes a 199.218 famílias assentadas. Paralelamente foi realizada uma pesquisa amostral para se obter o perfil sócio-econômico dessas famílias. Nesta amostra foram entrevistadas 9.000 famílias.

¹⁷ A pesquisa denominada Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um Estudo Sobre Áreas Selecionadas foi realizada entre janeiro/2000 e dezembro/2001, deu origem ao livro Impactos dos Assentamentos: um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro, publicado em 2004. Estudou os impactos que os assentamentos rurais provocam na região onde estão localizados. Esse estudo foi realizado em seis regiões, denominadas no estudo de "manchas", com elevada concentração de projetos de assentamentos e alta densidade de famílias assentadas. As seis manchas selecionadas foram: Sul da Bahia Entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste Catarinense e Zona Canavieira do Nordeste. Os assentamentos analisados foram aqueles implantados pelo INCRA no período entre 1985 e 1997.

¹⁸ Pesquisa denominada: Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões Econômicas, Políticas e Sociais com o objetivo de investigar as transformações que os assentamentos rurais provocavam nas regiões onde estão inseridos. Foram escolhidos seis estados brasileiros: Acre, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. A pesquisa explorou o significado dos impactos regionais no que se referem à organização social e produtiva, condições de vida, relações com o poder local e com as políticas públicas, dentre outros.

governamental buscou num primeiro momento reduzir o conflito em determinadas áreas e, posteriormente, oferecer alternativas às ocupações de terras promovidas pelo MST e por outros movimentos. MEDEIROS E LEITE (1999), CARMO (2003), LEITE, HEREDIA et al. (2004).

Apesar da atuação de órgãos estaduais e municipais, o maior agente de execução dos assentamentos é o Governo Federal o qual, segundo a Constituição, é o único nível de governo autorizado a fazer desapropriação de terras por interesse social.

Os assentamentos foram definidos por BERGAMASCO E NORDER (1996, p.7-8).

“(...) como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra, ou com pouca terra, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária”.

Há uma diversidade de situações que aparecem classificadas pelas esferas governamentais como de “assentamentos de reforma agrária”. São eles: 1-regularização fundiária, com arrecadação de terras via desapropriação ou compras de terras, visando por fim conflitos antigos, contemplando trabalhadores que já estavam há muito na área, como posseiros ou parceiros. É o caso da maioria dos assentamentos do sudeste paraense; 2- Há os assentamentos com origem nas ocupações pelos movimentos de luta pela terra, como no caso da região noroeste do Paraná ou como no Pontal do Paranapanema-SP; 3- Outras formas de assentamentos são os extrativistas, onde trabalhadores antigos são regularizados na área, conciliando dimensão fundiária com ambiental. Este é o caso de alguns assentamentos realizados nos Estados do Pará e Acre, dentre outros.

Os assentamentos rurais são o universo que será analisado nos tópicos seguintes.

2.1 - Estratégias de viabilização econômico-social dos assentamentos rurais

A definição de estratégia que norteará os pontos seguintes é a de ANTUNIASI (2003, p. 62). Estratégia²⁰ é definida por aquela autora como:

¹⁹ Cooperação (grupos formais e informais, associações, cooperativas, etc.)

²⁰ No dicionário Aurélio, “estratégia”, é definido como a “arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vista a objetivos específicos”

“(...) as práticas adaptativas dos agentes sociais a determinadas condições históricas: referem-se, sobretudo, às possibilidades que esses agentes detêm para manipular os vários elementos dessas condições. Considera-se que tais possibilidades têm por base, as parcelas de capitais econômicos e simbólicos que tais agentes possuem. Os conceitos de estratégia e trajetória são utilizados em conjunto, pois considerando que a representação do mundo social se constrói através das ações dos agentes na sua luta constante individual ou coletiva, para impor a representação mais adequada aos seus interesses, entende-se que a noção de trajetória expressa a dimensão diacrônica que liga as estratégias às circunstâncias que as geraram. Tais circunstâncias podem ser reveladas quando se analisa as histórias de vida”.

Os assentados, individualmente ou em grupos, ao receberem um lote de terra, continuam sua trajetória de busca de meios para garantir a reprodução familiar, agora na terra. No entanto, partindo do zero, do ponto de vista das condições das quais se encontra o lote de terra, necessitam construir casas, realizar os primeiros investimentos produtivos e começar a produzir. Todas as condições de infra-estrutura precisam ser providenciadas.

LEITE, HEREDIA et al. (2004, p.87), ao analisarem esse momento no processo de implantação dos assentamentos, destacam que

“A dimensão dessas dificuldades se torna ainda mais clara, se levarmos em conta o perfil social da população assentada que, além da precária inserção anterior no mercado de trabalho, em geral sofre um desgaste econômico no processo de luta pela terra”.

Além disso, acrescenta que os primeiros rendimentos só virão a partir da primeira colheita, fato esse que faz com que os créditos de implantação (fomento, alimentação e habitação) tenham grande importância para garantir a sobrevivência das famílias e deveriam atender a todas elas no momento da chegada ao assentamento, o que nem sempre acontece²¹.

Dessa forma, os assentados são demandantes de uma série de bens públicos, e a conquista desses bens está relacionada com sua capacidade organizativa e com a conjuntura política local em que se inserem. Nesse sentido, a própria organização dos assentados é fundamental.

Além da organização dos assentados outros elementos são cruciais para o desenvolvimento da produção e comercialização, como a disponibilidade de energia elétrica, o

²¹Esses pesquisadores constataram que quando levado em conta a data da entrada efetiva das famílias na área, os prazos médios para recebimento dos recursos do crédito-fomento e instalação foram em média de 04 anos. No caso do crédito-habitação numa média de cinco anos.

acesso a telefone, o acesso às condições de infra-estrutura, a pouca ou inexistência de assistência técnica, assim como a conciliação de novos processos decisórios. Esses aspectos em grande medida dependem da ação do Estado para serem implementados e serão os definidores das estratégias adotadas.

Perante todas essas dificuldades, o que faz com que os assentados façam suas escolhas e definam suas estratégias produtivas? Quais os fatores responsáveis pelas definições? O que expressam as opções tomadas? WANDERLEY (2003) acredita que estas escolhas expressam a tensão entre a ruptura com o passado de agricultores sem terra e a reprodução, no assentamento, de sua situação anterior de fragilidade, fruto do que a autora considera a falta de apoio das instituições governamentais e das condições precárias de sua inserção no mercado. Nesse estudo realizado nos assentamentos da Zona da Mata Pernambucana Wanderley demonstra que os assentados põem em prática diversas estratégias, que expressam a forma como eles tentarão tornar os projetos possíveis diante das dificuldades que terão pela frente.

LEITE, HEREDIA et al. (2004, p.147), verificam que a lógica das estratégias das famílias assentadas não passa exclusivamente pela ótica produtiva,

“as famílias assentadas lançam mão de uma série de recursos que envolvem atividades produtivas e serviços, dentro e fora do lote, resultando em mecanismos, (...) nem sempre presos à dimensão econômico-produtiva (agrícola ou não), que pesam substancialmente sobre as estratégias adotadas”.

As famílias valem-se de uma base econômica, social e política para alcançarem determinados objetivos. Apesar da pluriatividade²² adotada nos assentamentos, a dimensão agropecuária é a mais importante e acaba contribuindo decisivamente para a inserção dos assentados como produtores no universo regional, transformando-o.

Os estudos realizados têm demonstrado que, apesar das condições adversas e da falta de apoio de políticas públicas, os assentados lançam mão de diversas estratégias para viabilizarem-se. No campo econômico adotam estratégias voltadas à transição de um modelo tradicional ao agroecológico (incluindo redução de compra de insumos externos), a

²² Schneider (1999) define como agricultores ou os componentes da família rural pluriativos aqueles que, além de estarem ligados às atividades agrícolas, desempenham outro tipo de trabalho remunerado fora da propriedade. A este termo está ligado o termo *Part-timing farming*; refere-se a existência de uma diversidade de tarefas (agrícolas e não agrícolas) desempenhadas pelos membros de uma mesma família na propriedade agrícola e esta pode funcionar em tempo integral ou tempo parcial. Para Schneider (1999:113). “*Ambas noções procuram caracterizar uma situação em que as atividades agrícolas deixaram de ser as únicas e exclusivas tarefas desempenhadas pelos membros da família rural*”. A pluriatividade é tida para o autor como uma estratégia de reprodução familiar. Para ele, embora a pluriatividade fosse praticada pelas antigas colônias, agora ela se manifesta por uma variedade de formas, o que o faz acreditar que as noções de

agroindustrialização, o desenvolvimento de marca para os produtos, certificação orgânica, busca de canais diferenciados e nichos de mercado, por exemplo. Essas estratégias são complementadas por atividades fora do assentamento, assim como as atividades sociais – associações, cooperativas, mutirões, roças comunitárias, redes, etc. - e políticas²³. São vários os exemplos relatados por diversos autores sobre essas atividades.²⁴

Assim,

“(…) a reprodução das unidades familiares rurais baseia-se no conjunto das atividades produtivas por elas desenvolvidas e nos vínculos com os mercados que lhes são correspondentes (...) a diversificação que a caracteriza vale-se da complementariedade existente entre suas atividades.” (MALUF, 2001, p.12).

Nesse contexto, a agregação de valor, seja individual ou coletivamente pelos próprios assentados, é uma das principais estratégias adotadas pelas famílias, impulsionada em grande medida pelos agentes externos, principalmente os movimentos sociais.

Cooperação e participação política como alicerce das conquistas econômicas e sociais

Vários autores relacionam o sucesso do assentamento à capacidade de organização dos assentados²⁵. Os trabalhos consultados apontam que o sucesso do projeto e o apoio aos assentados por parte dos órgãos institucionais são maiores quando há a constituição de formas associativas. ZIMMERMANN (1994), BERGAMASCO (1994). Verifica-se também que “o melhor uso da infra-estrutura e os mais altos níveis de renda estão intimamente relacionados ao grau de coesão da comunidade assentada” (INCRA/FAO, 1994, p. 63).

pluriatividade e de *part timing farming* ajudam a compreender e explicar o tipo de agricultura (a forma de produção) e as relações de trabalho que erigiram sobre o modo de vida e o sistema produtivo colonial e como surgiu um novo ambiente social e econômico.

²³ A continuidade da participação nos movimentos sociais de luta pela terra, nos sindicatos, nos conselhos municipais, nas disputas eleitorais para vereadores e prefeitos, etc.

²⁴ No Sudeste do Pará, por exemplo, “o surgimento dos projetos está vinculado à realização de pequenas ‘coisas’ voltadas para a melhoria das condições de vida dos camponeses, para a qual se contava com jornadas coletivas de trabalho, os chamados mutirões (...) o projeto conta com algum tipo de aporte financeiro externo (...) foi implantado um viveiro de mudas de cultivos permanentes (...) o projeto de horta comunitária que visava à introdução de práticas de cultivo voltadas para a segurança alimentar (...) o viveiro era organizado predominantemente pelos homens e a hora pelas mulheres.” (Magalhães, 2003:276). Os pequenos produtores de Rainha participam ativamente de grandes e duradouras mobilizações em frente à sede do INCRA em Marabá, buscando garantir o atendimento aos seus direitos, especialmente título da terra, financiamento da produção e implantação dos projetos de assentamento. (idem).

²⁵ “O sucesso do projeto será determinado pela capacidade dos parceiros atuarem como grupo organizado, pelo aprimoramento de sua capacidade de assumir, de direito e de fato, a gestão das tarefas e interesses comunitários” (FERREIRA, 1994, p. 42). “No cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas voltadas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos” (ZIMMERMANN, 1994, p.205). “A potencialização das demandas geradas pelos assentados relaciona-se com a sua capacidade organizativa e com a conjuntura política local em que se insere” (LEITE, HEREDIA et al. 2004, p113).

Para BERGAMASCO (1994), o processo associativo ocorre com o objetivo de encaminhar questões de organização e planejamento da produção, visando à viabilidade dos assentamentos. Há também aqueles assentados e mediadores que defendem a idéia da moderna forma de criar grandes empresas, formadas por pequenos produtores, que usariam insumos e máquinas tecnologicamente avançados e teriam condições de competir no mercado capitalista. A cooperação (grupos formais e informais, associações, cooperativas, etc.) é motivada por idéias que vão da caridade aos ideais socialistas.

Não raramente, espera-se muito desses coletivos. “Os grupos coletivos viram, então, colocadas sobre seus ombros duas tarefas pesadas: busca de viabilidade econômica e criação dos germes de uma nova sociedade mais igualitária” (PAULILO, 1994, p.196).

A experiência no acampamento (quando ocorre um aumento da percepção crítica, tanto pelas ações de integração como também por aquelas induzidas pelos agentes externos para fomentar a dissociação das famílias) entusiasma as famílias para a adoção de formas coletivas de trabalho.

Posteriormente no assentamento, a precariedade em relação à infra-estrutura, acesso à educação, saúde e àquelas mais gerais de reprodução familiar fazem com que a conquista do assentamento, seja, ao mesmo tempo, um ponto final de um longo processo de lutas e um ponto de partida para novas demandas para sua viabilidade econômica e social.

“A nova situação obriga os assentados a vivenciar experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim, um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política”. (HEREDIA et al., 2002, p.92)

Os assentados disputam e conquistam espaços públicos, provocando mudanças entre os trabalhadores e as autoridades locais.

Entretanto, no processo de organização não existe um estado de harmonia nos assentamentos, e sim situações de conflito, tanto interno como externo. Nesse processo, continuidade e descontinuidade estão simultaneamente presentes e a complexidade das relações de poder é uma questão central para compreender o desenvolvimento dos assentamentos. É sabido que os conflitos ocorrem tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos, assumindo diferentes formas e significações. Não existe uma realidade

homogênea e predomínio ordinário do “equilíbrio”, para se pensar que existe uma “harmonia” na comunidade dos sem-terra. ROMANO (1994).

As categorias: “individual” e “coletivo” não formam parte de uma oposição fundante, e necessária, da forma de pensar nos assentamentos. É importante questionar, em que condições são viabilizadas uma ou outra forma. ROMANO (1994, p.256) acredita que,

“(…) a existência de conjunturas que abrem possibilidades para as formas associativas não implica que sejam elas as mais prováveis de virem a se constituir em eixo da organização econômica dos assentamentos. Haveria que relativizar aqui, também, o evolucionismo implícito, que coloca necessariamente o trânsito de formas individuais (inferiores), para associativas e coletivas (superiores). As formas de cooperação não são fins em si mesmos, mas meios de viabilizar as trajetórias sociais dos assentados, enquanto agricultores, colonos e extrativistas”.

A realidade dos assentamentos quanto ao grau de participação dos beneficiários amostrados em diferentes organizações sociais foi quantificada no I Censo da Reforma Agrária no Brasil. Foi constatado que o maior envolvimento dos entrevistados de forma individualizada é com a Igreja (52,8%), sendo a Católica predominante. 52,8% frequentam outras associações; 7,6% estão em cooperativas e 27,9% são sindicalizados.

Tabela 2.1: Percentual da participação do assentado em organizações, por regiões e Brasil.

Região	Igreja (%)	Cooperativa (%)	Associação (%)	Sindicato (%)
Centro-oeste	59,95	9,12	68,74	31,59
Nordeste	51,41	4,98	58,40	31,98
Norte	52,45	3,48	42,66	18,59
Sudeste	28,83	11,71	41,44	17,48
Sul	72,68	27,32	29,51	29,64
Brasil	53,27	7,66	52,85	27,96

Fonte: INCRA/CRUB/UNB (1997)

Os dados do I Censo da Reforma Agrária no Brasil são confirmados pelo estudo de LEITE, HEREDIA et al. (2004), que constatou que as associações estão presentes em 78% dos projetos de assentamentos pesquisados e as cooperativas de assentados, em 13%. Os grupos são apoiados pelos movimentos sociais ligados a terra, como os coletivos ligados ao MST. Há

grupos como os de mulheres e jovens que são apoiados tanto pelo MST como pelos sindicatos, igrejas.

Foi identificado por LEITE, HEREDIA et al. (2004) uma forma de organização em núcleos, denominada por esses pesquisadores de uma nova forma, que são divisões político-organizativas internas ao assentamento, propostas pelo MST. Esses núcleos discutem os problemas e encaminham as demandas, em forma de pressão, ao poder público.

Os dados mostram que a experiência política da luta pela terra (qualquer que seja sua forma) acabou por produzir lideranças, formas de representação, e um aprendizado sobre a importância das formas organizativas e sobre sua capacidade de produzir demandas. Assim, a existência dos assentamentos em alguma medida, modifica a cena política local.

Vamos encontrar em LEITE, HEREDIA et al. (2004, p.113) uma visão sobre a cooperação nos assentamentos que contrasta com a conclusão de SPAROVEK (2003) ²⁶. Aqueles autores acreditam que,

“Os dados numéricos, no entanto, dizem pouco a respeito da densidade organizativa dos assentamentos. As entrevistas realizadas e os relatos de campo fornecem elementos que permitem melhor avaliar a importância das organizações existentes, assim como seus múltiplos significados, com formas de sociabilidade e como mecanismos de fortalecimento da identidade econômica, social e política dos assentados.”

Vejamos a constatação de MEDEIROS ET LEITE (1999, p.15), sobre o tema:

“(...) emerge dos assentamentos um perfil de agricultura predominantemente familiar, mas ancorada em formas associativas, muitas delas articuladas em torno de pequenos grupos, ligados entre si por identidades de local, de origem ou mesmo de vinculação política, onde o pertencimento e fidelidade ou não a movimentos ganham destaque”.

As associações dão suporte fundamental nas relações dos assentados com outras entidades e/ou atores externos aos assentamentos, embora as cooperativas, mesmo escassas em termos numéricos, quando comparadas às associações, parecem ter um lugar importante, em

26 SPAROVEK(2003), após constatar que a “organização e articulação social dos projetos se concentram nas atividades reivindicatórias voltadas a serviços e benefícios sociais(...)”, e que, “as associações dos projetos têm papel importante na negociação de créditos e auxílios com o governo, bem como na mediação das relações entre os associados(...)”, mostrou as parcerias visando conseguir benefícios para a comercialização e/ou produção agrícola foram registrados em 9% dos Projetos de assentamentos e as parcerias ligadas a benefícios sociais ocorreram em 57% dos casos”. Este autor insiste em afirmar que “após o assentamento, as famílias optam por individualizar sua produção, evitando soluções coletivas.”

especial pelo seu significado na agroindustrialização e na comercialização da produção dos assentados.

Há iniciativas regionais de grande porte que ultrapassam as fronteiras de um assentamento particular. É o caso, por exemplo, de cooperativas regionais²⁷, ligadas ao MST que atingem também a agricultores não assentados. Além de suas ações produtivas e comerciais, estas cooperativas mantêm programas de rádio, convocam reuniões e, está no bojo de sua estratégia produtivo-comercial o âmbito regional.

A cooperação nos assentamentos rurais e o MST

Desde o seu surgimento em 1984, o MST estimula o desenvolvimento da cooperação nos assentamentos e considera que a luta pela terra já é uma experiência de cooperação, mas distingui-a da cooperação agrícola. Essa para o MST acontece nos assentamentos e está relacionada com o desafio de viabilizar a produção.

A organização de trabalhos coletivos a partir da origem do MST deu-se da seguinte forma:

- a. Período 1979-1984 - Origem do MST: nesse período, a conquista da terra é o eixo central. Havia, de certo modo, uma visão ingênua de que apenas a conquista da terra já asseguraria a independência do agricultor. Dentro do movimento, a discussão sobre produção era muito incipiente. A produção das famílias voltava-se basicamente para o auto-sustento. Existia um nível de cooperação espontâneo como mutirão, troca de dias de serviço. Surgem as primeiras associações informais. CONCRAB (1998)
- b. Período 1984/1989 - Com o aumento do número de assentamentos, a questão da produção começa a ser mais debatida no movimento. No terceiro encontro nacional do MST, em 1987, foi decidido aprofundar a discussão sobre a cooperação agrícola. A Comissão Nacional dos Assentados formou uma equipe em âmbito nacional para cumprir essa finalidade. Era notória a preocupação do MST com a educação, cooperação e a formação política dos militantes. A produção de subsistência não assegura o desenvolvimento econômico das famílias assentadas. A cooperação se organiza em duas direções: 1- pequenos grupos e associações de trabalho coletivo (máximo de 10 famílias cada), orientados com base

²⁷ Cooperoeste, em São Miguel do Oeste – SC, citado por Leite, Heredia et al. (2004)

em princípios comunitário-religiosos (construir uma comunidade de irmãos), mais do que observando os princípios econômicos de funcionamento; 2- formação de grandes associações para comercialização da produção dos assentamentos e prestação de serviços. Influenciados pelos cubanos iniciam a discussão das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). A primeira CPA surge no Rio Grande do Sul em 1989. A motivação é econômica (acumular capital) e política (liberar quadros e viabilizar o MST). CONCRAB (1998)

c. Período 1989/1993 - O sexto Encontro Nacional, realizado em 1991, definiu como necessidade de avançar em quatro grandes frentes: na massificação das lutas, na qualificação dos dirigentes e militantes, na organização e no fortalecimento do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que surge de uma avaliação sobre os limites do desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos, até então isolados uns dos outros. No ano seguinte, o MST fundou a Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Formula-se uma série de linhas políticas para a organização dos assentamentos e também para a constituição de cooperativas coletivas. A discussão da cooperação na produção incorpora análises dos aspectos sociais e econômicos, resultando em melhoria da qualidade dos coletivos formados e incremento no funcionamento dos existentes. Surgem grandes cooperativas de trabalho coletivo (algumas com mais de 100 famílias envolvidas);

d. Período 1993/1997 - Criaram diversas cooperativas regionais de comercialização ligadas ao SCA na perspectiva de massificar a cooperação entre as famílias assentadas. Os coletivos foram vinculados a essas cooperativas e buscam sinergias e ações complementares nos campos da industrialização e na prestação de serviços. A introdução da agroindústria nos assentamentos é vista como uma estratégia do seu desenvolvimento econômico;

e. Período 1997/2002 - início de programa piloto de reestruturação orgânica e de acompanhamento sistemático no campo técnico e gerencial, pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), das cooperativas coletivas. Elementos técnicos e econômicos começam a surgir com vistas à orientação tanto metodológica quanto técnica e organizativa de todas as formas de organização coletiva do processo de produção nos assentamentos a partir desse programa.²⁸

²⁸ Estão filiadas à CONCRAB nove cooperativas centrais estaduais (CCA); e nos estados existem cerca de 400 associações, 42 cooperativas de produção agropecuária (CPA) ; 52 cooperativas de prestação de serviços (CPS; 05 cooperativas de crédito e 05 cooperativas de trabalho. Um universo de cerca de 20 mil famílias associadas. (CONCRAB, 2004)

Para ZIMMERMANN (1994), a proposta de cooperação agrícola do MST passa das formas organizativas mais simples até as mais complexas (como a criação de agroindústrias) e pretende transformar os colonos assentados em força econômica e política.

Na visão de FABRINI (2003), as propostas de ações coletivas defendidas pelo MST, principalmente nas CPA, são vistas também como uma forma de operacionalizar o término de uma suposta fragmentação existente entre campo e cidade. É um modelo de organização no assentamento que considera a indústria e a agroindústria como expressão maior de trabalho coletivo.

“As cooperativas são pensadas pelo MST/ Concrab como uma forma de inclusão dos assentados ao mundo da mercadoria. A idéia é de que, apesar dos males causados aos trabalhadores do campo, a inclusão no mundo da mercadoria permite o estabelecimento de relações que reforçam a luta contra o ordenamento social regido pelo capital, ou seja, o desenvolvimento da produção coletiva permite a consciência coletiva. O desenvolvimento das forças produtivas com a criação e fortalecimento de cooperativas vai possibilitar a espacialização da luta pela terra”. (FABRINI, 2003:10)

As CPAs são definidas por CRISTOFFOLI (2000) como unidades autogestionadas que reúnem majoritariamente ou totalmente trabalhadores rurais, em condições de exercício de propriedade e posse coletiva sobre os meios de produção (excetuando-se a propriedade da terra, em alguns casos), onde o trabalho dos associados é organizado mediante planejamento e normas coletivas autonomamente decididas e, em que os resultados da produção são distribuídos com base na participação do trabalho de cada associado.

Espera-se, com as CPA, atingir a duplos fins: eficiência econômica e que seja um instrumento de luta política²⁹. CONCRAB (1998). Como bem apontam BERGAMASCO E NORDER (2003:136) “(...) a difusão particularmente das CPAs aparece associada a uma teoria sobre a transição do capitalismo ao socialismo(...)”.

O documento da CONCRAB (1998, p. 12) admite esta contradição e justifica tal posição para que não se caia no economicismo, como segue:

²⁹ Como explicita o documento da CONCRAB: “O caráter político por atuar na organização política dos assentados, na conscientização e politização da base, levar a mobilização social e a articular lutas econômicas e políticas, bem como contribuir com o Setor de Frente de Massa”. E o “caráter de empresa econômica por visar a organização da produção, a resistência dos assentados no campo, o crescimento econômico e o desenvolvimento ou melhoria da qualidade de vida dos assentados (...) tem de buscar a eficiência econômica, sem atrapalhar o político”. (CONCRAB, 1998, p. 11-12).

“Se só fizéssemos luta política, não precisaríamos constituir cooperativas e nem legalizar associações. Se só agirmos como empresas econômicas, caímos no desvio do economicismo”.

Ainda segundo o documento, o vínculo orgânico com o MST das cooperativas do SCA favorece a adoção de políticas e objetivos comuns, capacitação conjunta de quadros de pessoal, atuação em lutas e reivindicações. Além dos eixos da luta, que os leva à conscientização e à ação, o MST por meio do SCA tem um importante papel na medida em que se assumem como novos sujeitos desse processo de agregação de valor, de inserção mercadológica e de integração com as unidades produtivas da produção agropecuária dos assentamentos.

2.2 - Produção e renda

Vamos encontrar nos assentamentos diversas formas de produzir, na maioria dos casos conciliando uma exploração planejada, mecanizada, financiada e orientada para o mercado com uma produção que valoriza a mão-de-obra disponível e orienta a produção do quintal para as necessidades de reprodução do grupo familiar, seja para o autoconsumo, seja para a produção para o mercado.

A implantação dos assentamentos tende a promover uma mudança no processo produtivo das áreas. Gera-se diversificação da produção agrícola, introduzem-se novas atividades e promovem-se mudanças tecnológicas.

“Os assentamentos tenderam a representar mudanças nas formas de ocupação do espaço, transformando áreas onde predominavam pastagens, criação extensiva, monoculturas decadentes e em crise. Nelas foi diversificada a paisagem, com a introdução de novos cultivos e criações, a produção para mercados locais, diversificando a paisagem etc.” (MEDEIROS, p. 2003:86).

O Estudo de LEITE, HEREDIA et al. (2004, p. 207-208), constatou ter existido quanto ao uso de insumos e tecnologias nos assentamentos, uma orientação dos movimentos sociais, especialmente do MST, para que os assentados investissem pesadamente em tecnologia de ponta, reproduzindo o binômio químico mineral-mecanização. Essa orientação foi substituída, ao longo do tempo, por idéias de uma agricultura sustentável que leve a uma transição agroecológica. Na verdade tratava-se, continuam os autores:

“(…) de buscar competir com as empresas agropecuárias, fazendo uso do mesmo padrão tecnológico por estas adotado. Recentemente tem crescido o número de experiências que buscam conjugar um padrão tecnológico adequado à realidade da chamada agricultura familiar com questões relativas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável” (idem, p. 208).

A população assentada de imediato tem acesso a terra e disponibilidade de mão-de-obra, mas esses elementos não são os únicos necessários para dar-lhe plenas condições de produção. Assim, o acesso ao crédito (acesso a insumos orgânicos ou inorgânicos, máquinas, equipamentos, implementos, instalações produtiva, etc.) e as políticas públicas de assistência técnica são fatores que influem de maneira decisiva nas suas possibilidades produtivas.

Veremos, a seguir, baseados na pesquisa de LEITE, HEREDIA et al. (2004), a condição dos assentamentos em relação a esses aspectos.

Em relação às condições de produção e perfil tecnológico dos assentados, a pesquisa identificou que há uma grande diversidade de situações e sistemas produtivos que dificultam comparações. No entanto, destacaram três aspectos: 1- apesar de haver uma significativa variação entre as manchas (e mesmo dentro delas) no que se refere ao acesso às instalações, máquinas, equipamentos e implementos, e ao uso de insumos, essa variação parece reproduzir diferenciações tecnológicas entre as regiões; 2- o acesso aos referidos meios de produção ainda é precário para parte significativa dos assentados; 3- mesmo com a precariedade encontrada, a condição de assentado abre uma janela para o acesso a novas possibilidades produtivas.

O aspecto da existência de instalações³⁰, acesso a máquinas, equipamentos e implementos é diferente entre as várias regiões do Brasil. Entretanto, de uma forma geral, há dificuldades de uma parte significativa das famílias de ter acesso a esses meios de produção. No tocante às instalações³¹, verificou-se que apenas 57% dos assentados as possuem em seus lotes. Com relação ao emprego de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como ao uso de implementos, a situação é, em geral, mais favorável, com cerca de dois terços dos assentados afirmando terem feito algum tipo de uso na safra 1998/99. Nas regiões do Sudeste do Pará e Sul da Bahia, apenas 33% e 6% dos assentados, respectivamente, utilizaram implementos.

³⁰ As instalações foram financiadas em 70% dos casos com recursos próprios, sendo que três quartos delas foram construídas/adquiridas após a condição oficial de assentado. Esses dados apontam a importância da criação oficial dos assentamentos para os investimentos dos assentados em estruturas mais permanentes.

³¹ Barracão, depósito, galpão, armazém, terreiro, tulha.

Tipos de instalações existentes: predominam aquelas para criação animal³², representando pouco mais da metade das instalações existentes. Por sua vez, as instalações para armazenamento de produtos montam a 19% do total das unidades.

Quanto ao uso de máquinas e equipamentos agrícolas 65% dos entrevistados declararam utilizar estes bens na safra 1988/1999. Tem-se uma média de 1,7 máquinas/equipamentos utilizados em cada lote, quase a metade (42%), refere-se ao uso de trator. Depois do trator, as máquinas e equipamentos³³ mais utilizados são aqueles de beneficiamento, com destaque para o Sul baiano e o Sertão do Canindé, onde pesam os equipamentos de casa de farinha. Também aparecem com importância as carroças e os equipamentos de tração animal. Da mesma forma que acontece com as instalações, a maior parte das máquinas e equipamentos pertencentes aos assentados (73%) foi adquirida após a criação oficial dos projetos de assentamentos, indicando também, neste caso, que o acesso aos meios de produção foi ampliado depois do assentamento.

No tocante a esses fatores os pesquisadores concluem que

“(…) há um problema de oferta de crédito de investimento nos assentamentos, levando a que uma parte dos assentados os tenha financiado com recursos próprios; e outra parte, sem esses mecanismos, tenha ficado excluída da aquisição desses equipamentos e instalações” (LEITE, HEREDIA, et al, 2004, p. 200).

Fica evidente a importância de programas, que aportam recursos de investimento, como foi o caso do PROCERA, na viabilização de uma infra-estrutura tecnológica, principalmente agroindústria, nos lotes e assentamentos em geral.

Quanto aos insumos, não somente o acesso está em jogo, mas a opção tecnológica adotada pelo assentado, que, em geral, tem forte influência tanto nos custos de produção, quanto na saúde dos trabalhadores e no meio ambiente. Dos lotes entrevistados, cerca de 18% das famílias declararam não ter utilizado insumos na safra 1989/99 e quase a metade delas utilizaram apenas um ou dois tipos de insumos. Os insumos que aparecem com uso mais generalizado são as sementes/mudas compradas (utilizadas por metade dos assentados); os medicamentos veterinários, utilizados em 42% dos lotes; os agrotóxicos (41%) e os fertilizantes químicos, utilizados por 37% dos assentados.

³² Chiqueiro, pocilga, curral, sala de ordenha, aviário, granja, galinheiro, cocheira, estábulo, estrebaria, abatedouro, coberto, silo, potreiro, cercas.

³³ Máquina de limpar, trilhadeira, batedor, descascador, debulhador, classificador de grãos.

Quanto ao padrão tecnológico, os dados revelam que em 60% dos lotes há a prática de agricultura química. Ou seja, de uma forma geral os assentados parecem seguir o pacote tecnológico convencional, não diferindo dos padrões regionalmente estabelecidos. Uma das tentativas de explicação para as diferenças de perfil tecnológico entre os assentados seria a associação entre o perfil tecnológico e o acesso ao crédito. Os autores encontraram uma correlação positiva entre o acesso ao crédito e a maior utilização de máquinas e equipamentos de tração mecânica.

Em relação à assistência técnica, crédito e financiamento - fundamentais para permitir um maior acesso às tecnologias – apesar de uma série de discussões iniciada em 1985 com o PNRA e durante os anos que se sucederam terem existido diversos casos de assentamentos assistidos por assistência técnica, foi somente a partir da criação do Programa Lumiar em 1996/1997 que houve um progresso consolidado de assistência técnica voltado especificamente para os assentamentos, ainda que de forma terceirizada e precária. O programa Lumiar repassava verba do Governo Federal à cooperativa de técnicos credenciados, indicados pelos assentados. Esse Programa foi expandido nos últimos anos da década de 90, sendo extinto em meados do ano 2000. Os técnicos que atuavam nos assentamentos foram dispensados, deixando os assentados, com exceção daqueles que estavam recebendo o Pronaf A (crédito do grupo A do Programa Nacional da Agricultura Familiar), totalmente descobertos de assistência técnica.

“A presença de técnicos é fundamental não apenas para a assistência técnica relativa ao processo produtivo, mas também por serem os únicos capacitados a elaborar os projetos que a burocracia exige como requisito básico para a concessão de créditos, o que torna a população assentada dependente dos técnicos”. (LEITE, HEREDIA et al., 2004, p 214).

O crédito é um elemento fundamental que repercute diretamente na capacidade produtiva dos assentamentos, além de impulsionar um conjunto de atividades locais. As fontes de crédito dos assentados foi o Procerá, teto I e teto II, e o atual Pronaf A.

Podemos citar como exemplo destas políticas uma das principais conquistas da luta dos trabalhadores: O Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procerá), que foi criado em 1986 e difundido a partir de 1993. Sua ampla utilização relaciona-se ao fato de que todo assentado tem direito garantido a um crédito de investimento de R\$ 7.500,00 por família como parte integrante da implementação do Programa. Esses recursos não estão voltados apenas

para o processo produtivo, mas também para a infra-estrutura (energia, água, cerca), dado que não havia recursos para financiar estes itens ou, se havia, demorava muito a chegar. Em alguns casos o recurso também era utilizado para aquisição de bens de consumo doméstico, dada a enorme precariedade das condições de vida desta população.

Nos anos noventa, o Teto II do Procera, ainda que sua cobertura fosse voltada para os agricultores com maior integração comercial, passou a permitir a obtenção de mais R\$ 7.500 por família, desde que integradas em um projeto cooperativo. Por exemplo, no PA Tracutinga, em Santa Catarina, que recebeu recursos do programa Procera Teto II, para investimentos na implantação de projetos de agroindústrias (LEITE, HEREDIA et al., 2004).

O Procera e o Projeto Lumiar foram extintos em 1999 e 2000, respectivamente. Em 1996 passou a ser operacionalizado o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar – PRONAF (Resolução 2.191, de 24.08.95) e, a partir de 1999, os assentados passaram a não ter mais acesso ao Procera. Passaram a integrar o público-alvo de uma das quatro linhas nas quais o programa de crédito foi dividido: PRONAF A (único voltado para os assentados).

O Crédito Pronaf A que substituiu o Procera destaca no montante dos recursos um percentual para assistência técnica. É contratada uma empresa, pela associação dos assentados, que elabora os projetos e acompanha a aplicação dos recursos. Em muitos casos essa assistência faz apenas a parte burocrática

Somando-se aos créditos acima, existem os créditos de instalação ou implantação, administrados pelo INCRA (fomento, alimentação e habitação). Esses créditos não são exclusivamente produtivos, e são considerados pelos assentados ora como a fundo perdido, ora como empréstimos.

“(...) apesar dos problemas, a maior parte dos assentados da reforma agrária têm sido capaz de desenvolver sistemas produtivos suficientemente eficientes para superar o custo de oportunidade do trabalho dado por empregos alternativos fora do seu entorno ou nos centros urbano” (ROMEIRO e BUAINAIN, s/d).

O bom desempenho da produção dos assentamentos é importante para o cumprimento da função social da terra e para os processos de agregação de valor. Está relacionado, sobretudo, a existência de políticas públicas como crédito, ater, etc. adequadas e constantes.

2.2.1 - caracterização da produção

Os produtos agropecuários oriundos dos assentamentos são bastante diversos, tanto de base vegetal, como de base animal e em alguns casos, do extrativismo. A produção é também beneficiada e processada pelos assentados. No conjunto, estes produtos tanto contribuem para a obtenção de renda, através da comercialização, como para alimentação da família.

O Quadro 2.1 traz a produção agropecuária dos assentamentos rurais com bases em três pesquisas nacionais:

Quadro 2.1: Produção agropecuária dos assentamentos rurais

Safra	Safra 90/91 ¹	Safra 96-97 ²	Safra 98/99 ³
	(produção estimada em ton)	(% de assentados que plantam)	(% de assentados que plantam)
Produção agrícola	Milho 240.000	Milho 51	Milho 72
	Mandioca 310.000	Arroz 48	Mandioca 55
	Arroz 170.000	Mandioca 33	Feijão 53
		Feijão 32	Arroz 29
		Cana-de-açúcar 37	Banana 14
		Café 7,6	Cana-de-açúcar 10
			Abóbora 10
	(produção estimada em ton)	(efetivo animal/ família)	(% lotes que produzem)
Criação animal	Bovinos 1000	Aves 29,7	Aves 80
	Leite 1200	Bovinos 54,0	Bovino de leite 52
	Suínos 526	Caprinos/ovinos 16,5	Bovino de corte 38
	Aves 148	Suínos 4,7	Suínos 34
			Caprinos/ovinos 21
Extrativismo	(não há dados separados)	(não há dados separados)	Sobressai a extração de lenha, geralmente utilizada para consumo doméstico; a piaçava (Sul baiano); a erva-mate (Oeste catarinense).
Beneficiamento	Idem	Idem	Destacam-se: farinha de mandioca ³⁴ , Queijo ³⁵ , mel, polvilho, rapadura, manteiga, carvão, doce, e tijolo ³⁶ .
Valor Bruto da Produção (VBP)	Idem	Idem	Produtos: Leite, mandioca, milho, feijão, ovos, arroz, abacaxi, soja, inhame e farinha de mandioca. Os três primeiros representam 48% do VBP; nos dez concentram-se 61% do VBP.

Fonte: ¹FAO/PNUD/MARA (1992); ²INCRA/CRUB/UNB (1997); ³LEITE, HEREDIA et al. (2004).

³⁴ Para o caso da farinha de mandioca: 74% , 13% , 37% e 18% dos assentados do sul da Bahia, Entorno de Brasília, Zona Canavieira do Nordeste e Sudeste do Pará, respectivamente, declararam produzir e em torno de 90% destes declararam também vender.

³⁵ Queijo: produtores que declararam produzir e vender, respectivamente: Sul da Bahia: 1,4% e 1,4%; sertão do Ceará: 0,65% e 0,33%; Entorno de Brasília: 16,45% e 11,39%; Sudeste do Pará: 3,82 e 1,91%; Oeste de Santa Catarina: 5,94% e 4,32%.

As três pesquisas revelam que milho, mandioca, arroz e feijão foram os produtos com maior produção nos assentamentos.

Mesmo não podendo fazer comparações do ponto de vista quantitativo, podemos inferir que esta escolha (tanto do ponto de vista de quantidade como de percentual de assentados que os produzem) tem uma importância estratégica, pois esses são produtos com duplo destino, ou seja, comércio e autoconsumo. Essa diversificação, de produtos para o autoconsumo e para o mercado, constitui-se numa forma de resguardo das famílias em face aos problemas de comercialização que, ademais significam uma melhoria quantitativa e qualitativa na alimentação. LEITE, HEREDIA et al. (2004), chama a atenção para o caso da mandioca, cultura em que existe um elemento adicional, que é o de permitir o agricultor a planejar estrategicamente o momento da venda do produto e ainda, utilizar parte da produção para o consumo animal. Isso também ocorre no cultivo do milho.

A criação animal: produção de leite, bovino de corte e criação de suínos e aves aparecem de forma significativa. Mais de 50% dos assentados produzem leite e 80% produzem aves. Na safra 98/99 a criação de aves é mais generalizada, atingindo 80% dos lotes. É destinada principalmente para o consumo (carnes e ovos) e em algumas regiões destinadas ao comércio. As criações de caprinos e ovinos aparecem documentadas no Nordeste (sertão do Ceará) destinadas, principalmente, para o consumo. A resposta dos assentamentos, em termos de desempenho produtivo, no geral é satisfatória, quando comparada com o desempenho dos mesmos produtos no conjunto dos estabelecimentos nos seus respectivos municípios.

Em algumas regiões as atividades dos assentados são determinantes para a implantação de unidades agroindustriais. A produção das agroindústrias é destinada aos mercados locais (caso do arroz beneficiado e dos lácteos) e também regionais ou nacionais (lácteos embutidos e polpas de frutas).

As pesquisas constataram que a diversidade de produtos em áreas de assentamentos, antes monoculturas ou de pecuária extensiva, significa uma espécie de reconversão produtiva em regiões de crise da agricultura patronal.

³⁶ Os outros produtos como o mel, polvilho, rapadura, manteiga, carvão, doce, e tijolos aparecem em uma ou duas regiões e exceção do mel no Sul da Bahia que aparece com um percentual de 8% (produção e compra), aparecem com um percentual abaixo de 1% dos assentados que produzem e ou vende. LEITE, HEREDIA et al. (2004)

Os assentamentos contribuem para diversificar as pautas de produtos agropecuários ao introduzir novos cultivos e incrementar significativamente a produção de alguns itens secundários das pautas locais. Destacam-se, inclusive, em produtos já tradicionais nos municípios.

2.2.2 - Caracterização da renda

A Pesquisa da FAO considerou, para cálculo da renda, o agrupamento da renda agrícola e animal líquida monetária³⁷; a renda de autoconsumo³⁸; e, a renda de outras receitas³⁹. Os beneficiários que compartilham de recursos captados de forma coletiva tiveram sua parte acrescida na renda familiar. A renda monetária da família seria a soma das diversas rendas da família adquirida de forma associativa ou familiar. A pesquisa constatou que os assentamentos mais pobres estão no Nordeste, particularmente no Ceará, com menos de um salário mínimo por família/mês.

O I Censo da Reforma Agrária no Brasil considerou diversas formas de renda auferidas pelas unidades familiares, tanto por meio de salários de membros da família, como remessas diversas de parentes, aposentadorias, serviços prestados e outras rendas. Também foram colhidas informações com as associações. Quanto à renda monetária associativa, sua importância foi detectada na identificação da capacidade das associações em fornecer recursos de apoio à formação da renda do assentado.

LEITE, HEREDIA et al. (2004) utilizaram-se, para a análise de condições de vida dos assentados, de três tipos de rendimentos: 1- do lote⁴⁰ (advindo da comercialização da produção); 2- do trabalho realizado pelos membros da família fora do lote⁴¹; 3- outras rendas e

³⁷ É a renda obtida com vendas dos produtos agrícolas e ou animal, segundo os preços declarados pelos assentados (indexados pelo IGP/FGV-DI), menos os correspondentes custos de produção, também avaliados pelos valores declarados nas entrevistas.

³⁸ É a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção. As quantidades consumidas, segundo declaração, foram avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção, ou seja, trata-se da renda que o agricultor obterá se vendesse, ao invés de consumir essa parcela da produção.

³⁹ Foram consideradas outras receitas, nesta pesquisa, as vendas ocasionais de produtos não-agrícolas (como, por exemplo, madeira, extrativismo, artesanato e pequeno comércio)

⁴⁰ O total dos rendimentos dos lotes corresponde a mais de dois terços dos rendimentos totais (69%), as atividades de trabalho externo (14%) e os benefícios previdenciários (17%), com evidentes diferenças regionais. Mas em termos absolutos não há uma variação muito significativa.

⁴¹ Na composição do rendimento familiar médio bruto, as atividades relativas ao trabalho externo significam, na média geral, 14% dos rendimentos brutos totais da família, com poucas diferenças entre as manchas (situando-se no intervalo de 12% a 16% da renda total), com algumas diferenciações de assentamento a assentamento. Tais rendimentos referem-se a trabalhos permanentes, temporários ou eventuais, em diversos tipos de atividades. O trabalho assalariado rural é a categoria com maior participação. O outro rendimento fora do lote refere-se aos ganhos obtidos com os benefícios continuados da previdência social (geralmente rural) e, às ajudas financeiras recebidas ao longo do ano-base, sendo estas últimas pouco significativas. Existe em média um 1/3 aposentado por família assentada. As rendas de auxílio-alimentação não são significativas.

ajudas financeiras (aposentadorias, pensões, auxílios-alimentação, etc.)⁴². No caso do rendimento do lote, ao invés de trabalharem com a renda monetária preferiram a noção de “capacidade de geração de renda”.

A análise da renda nos assentamentos geralmente tem sido usada para provar o sucesso ou o fracasso dos assentamentos. LEITE, HEREDIA et al. (2004) procuram apresentar um outro olhar sobre esta variável, ou seja, um caminho que relativiza a quantificação desta variável, inserindo também a preocupação de quantificar as condições de vida dos assentados e sua possibilidade de acesso a serviços e bens. Buscaram captar a forma como eles vivenciam a nova situação. Procuraram não tomar os aspectos de renda e das condições de vida em termos absolutos, mas sim os relacionando com a situação anterior ao ingresso no assentamento. Neste sentido, os autores enfatizam a melhoria de vida, a partir dos rearranjos nas estratégias de reprodução familiar.

“O acesso a terra permite às famílias dos assentados uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, (...) Assim, ganhos monetários que, em termos absolutos, seriam considerados insatisfatórios, podem estar associados a uma percepção de melhoria nas condições de vida de determinada população”. (idem, p.233)

Considerando a situação relativamente recente dos projetos de assentamentos pesquisados, há uma capacidade média de geração de rendimentos razoável. Entretanto, verifica-se que em 9 anos (da safra 1990/1991 à safra 1998/1999) houve um decréscimo de 1,7 salários mínimos/ família /mês. Conforme o quadro 2.2.

Quadro 2.2: Renda familiar dos assentamentos rurais

Safra	Safra 1990-1991 ¹	Safra 1996-1997 ²	Safra 1998/1999 ³
Média mensal em salário mínimo (combinação de rendas agrícolas e outras fontes)	3,70	2,54	2,06

Fonte: ¹FAO/PNUD (1992); INCRA/CRUB/UNB (1997); ³LEITE, HEREDIA et al. (2004).

⁴² Os autores não levantaram o autoconsumo, mas avaliam que isso estaria compensado por conta de terem calculado os rendimentos sem terem pesquisados os preços reais da produção vendida, foi realizado uma estimativa a partir dos preços médios de mercado. Outro ponto é que consideraram os rendimentos brutos, ou seja, dependendo dos insumos e tecnologias utilizadas o rendimento pode estar superestimado, isto estaria compensado com a ausência do levantamento do autoconsumo.

Na pesquisa de LEITE, HEREDIA et al. (2004), está registrado que, cerca de dois terços dos entrevistados declararam uma situação de melhoria no seu poder de compra em relação à situação anterior vivida, 23% identifica uma continuidade e 14% dos assentados disseram ter, atualmente, um poder de compra menor do que a anterior ao assentamento.

ROMEIRO (1994, p. 85), ao analisar a pesquisa da FAO aponta que os resultados da pesquisa “mostram como a garantia da posse da terra e um mínimo de apoio permitem gerar uma renda que, embora modesta, é superior à renda alternativa que estes produtores poderiam obter nas cidades”.

Todas as pesquisas apontam para uma variação regional da renda, sendo o Nordeste a região com os menores valores de salário mínimo/mês/família alcançados.

As três pesquisas indicam uma melhoria das condições de vida das famílias assentadas em relação a condição de vida anterior e que a fonte maior de renda é a proveniente do lote, seja a destinada ao autoconsumo ou aquela que se dirige ao mercado. Todavia, uma das características das estratégias de viabilização dos assentados baseia-se na combinação das diversas fontes de renda.

2.3 - Comercialização e Agregação de Valor

O mercado, associado ao crédito em condições adequadas, em geral, é tido como o principal determinante das possibilidades de êxito dos empreendimentos relacionados com a produção nos assentamentos.

Porém, a origem dos dilemas da comercialização muitas vezes está localizada em outras fases da atividade agrícola, como o baixo rendimento por unidade de área (produtividade) ou a precária qualidade do produto; da infra-estrutura: condições das estradas, eletrificação, abastecimento de água potável e as condições de armazenamento; do grau de dispersão dos produtores; da maior ou menor eficiência das formas coletivas de venda dos produtos (grupos, associações e cooperativas). Esses fatores repercutem diretamente nas condições e possibilidades de venda dos produtos. No entanto, torna-se difícil ordenar os problemas da comercialização numa lógica de causa e efeito. Os dilemas existentes na comercialização dão margem a argumentos de que uma parcela das famílias assentadas, por não ter acesso aos recursos e às informações técnicas, não terem experiência agrícola, não dispor de infra-estrutura mínima de produção e por não ter uma formação que lhe habilite a

administrar uma propriedade, não apresentam como principal dificuldade a comercialização, mas sim a produção. SANT'ANA et al. (2003).

Além destas questões, quase todas relacionadas ao ambiente interno do assentamento, são igualmente importantes e definidoras, o ambiente externo, como as políticas econômicas e agrícolas, a distância dos centros comerciais, da legislação fiscal e sanitária, do acesso ou não ao crédito, do acesso à informação, bem como a presença de intermediários oligopsônicos.

“O amplo domínio de agroindústrias oligopsônicas em algumas cadeias produtivas e o alto grau de intermediação no caso de alguns produtos, torna a comercialização um momento decisivo (e angustiante) na formação da renda dos produtores, especialmente daqueles que praticam uma agricultura do tipo familiar, como ocorre nos assentamentos rurais”. (SANT'ANA et al., 2003, p. 241)

Neste sentido, afirmam LEITE, MEDEIROS (org) et al. (2004, p.40) que o entorno é muito importante no êxito da comercialização dos assentamentos, ou seja, “as possibilidades oferecidas pelo mercado consumidor local ou regional mostram-se importantes para a viabilização de determinadas estratégias de venda”.

Os principais canais de comercialização da produção dos assentamentos são, predominantemente, os atravessadores. Os atacadistas e os varejistas também são importantes destinos da produção dos assentamentos e de forma secundária, a produção é destinada a outros canais como as cooperativas e bodegas comunitárias. INCRA/CRUB/UNB (1997)

Quadro 2.3: Principais canais de comercialização dos produtos dos assentamentos

Pesquisa/safra	Safra 1990-1991 ¹	Safra 1996-1997 ²	Safra 1989-1999 ³
Canais de comercialização.	(não há dados)	(% dos que declararam) Atravessadores: 50 Atacadista: 14 Varejista: 13 cooperativas: 6	Há uma diferenciação entre os canais utilizados, mas predominam os atravessadores, seguido das feiras, agroindústrias e venda direta.

Fonte: ¹FAO/PNUD (1992); ²INCRA/CRUB/UNB (1997); ³LEITE, HEREDIA et al. (2004).

Os assentados continuam presos a cadeias tradicionais de comercialização, que retêm, possivelmente, ganhos significativos na venda, submetendo os produtores a preços desfavoráveis.

Os atravessadores têm um peso significativo, mas os assentamentos ao aumentarem o volume da produção e/ou introduzirem novos cultivos, favorecem o surgimento de outro circuito de atravessadores que auxiliam, mesmo dentro de uma moldura tradicional. A presença dos assentamentos repercute tanto no aparecimento de outros circuitos de atravessadores, seja nas feiras livres, levando também à presença dos assentados como feirantes, como aparecem também na forma de vendas para outros assentados, revelando que os assentamentos podem, em alguns casos, tornarem-se simultaneamente mercados ofertantes e compradores dos bens agropecuários.

Os assentamentos provocam em vários municípios o crescimento da oferta, a diversificação e até o rebaixamento dos preços dos produtos alimentícios. Além disso, aumenta o espaço físico e o número de dias de ocorrência das feiras livres e a maior presença dos assentados como feirantes, regulamentados ou não, em concorrência com os feirantes 'profissionais'.

Em decorrência da presença dos assentamentos, as feiras livres são dinamizadas. Isso provoca aumento da oferta de mercadorias, queda dos preços dos gêneros alimentícios, crescimento do espaço físico ocupado pela feira e até a melhoria da qualidade dos produtos ofertados. Também leva a uma diversificação da oferta de uma gama importante de produtos agropecuários nos mercados locais, sobretudo, se considerarmos aquelas regiões em que predominavam paisagens com apenas um tipo de cultura.

NEVES (1997), com base na criação de uma feira de produtores, observa que, para além dos ganhos econômicos embutidos na possibilidade de venda direta, a feira estava servindo para que eles se afirmassem positivamente e se legitimassem frente à população da cidade e mesmo a outros segmentos de produtores do município. Como veremos no capítulo seguinte, esta foi uma das estratégias adotadas pelas famílias do assentamento Santa Maria. “(...) o crescimento das feiras reflete paralelamente uma relativa perda do poder dos grandes proprietários, com o surgimento dos assentados como um novo setor de agricultores independentes”. (LEITE, HEREDIA et al., 2004, p.135).

Estes pesquisadores também revelam que os assentamentos rurais tanto podem reproduzir situações locais preexistentes (sem inovar os canais de comercialização) quanto podem criar novas possibilidades ou alterar o alcance de antigos canais. Em relação a esse último ponto, uma parcela dos produtores assentados, variável de acordo com o assentamento

analisado, tem engendrado formas alternativas e criativas de comercialização, seja recuperando aspectos da tradição, dos laços de solidariedade vicinal e de parentesco, seja pela introdução de formas inovadoras de organização, de agregação de valor aos produtos, de busca de nichos específicos de mercado, de negociação e distribuição dos produtos. “Estas formas diferenciadas de comercialização têm permitido aos produtores obter preços, em média, superiores aos praticados na região”. (SANT'ANA, 2003, p. 242).

A comercialização é potencializada com a constituição de cooperativas, como apontam LEITE, MEDEIROS (org.) et al. (2004, p. 41), quando comentam que estas iniciativas, em diversos casos, “(...) refletem o fortalecimento recente de formas de organização patrocinadas pelas próprias entidades de representação que tinham força nos assentamentos, especialmente o MST e, no caso do Acre, os sindicatos e o Conselho Nacional dos Seringueiros”.

Essas estratégias, além de permitirem a prática de um preço diferenciado, são também importantes seja para aproximar o produtor do consumidor, eliminando agentes intermediários do processo de comercialização, seja agregando valor aos produtos e criando condições facilitadoras de negociação com as grandes agroindústrias. (idem, 2003).

A construção destas alternativas se dá em um campo de lutas, permeado de avanços e retrocessos. Muitas vezes, são iniciativas que possuem pouca visibilidade no conjunto das atividades do assentamento, ou após algum tempo de sucesso se desarticulam, em função de deficiência internas e das múltiplas pressões externas. Mas, tudo isso

“(...) são processos que podem incentivar e dar confiança para outros projetos individuais ou grupais, gerar novas experiências, novas relações (com outros agentes de comercialização, outros produtores e com o poder público), ou seja, apresentam potencial para abrir caminhos e reconfigurar as lutas”, (ibidem, 2003, p. 248).

A agregação de valor

A agregação de valor será considerada como a incorporação a um bem ou serviço, como as matérias-primas e a produção, de características que os tornam apropriados ao consumo, melhoram sua qualidade ou os diferenciam de produtos análogos, de modo que alcancem melhores oportunidades de vendas no mercado.

Nos assentamentos, a agregação de valor à produção acontece por meio do processamento agroindustrial (classificação, beneficiamento e/ou processamento mínimo ou

total - transformação do produto original em um ou mais produtos como, por exemplo, os queijos, embutidos, farinha de mandioca, etc.). Também se dá no processo de produção e na adoção de marcas ou de selos de qualidade com vários apelos como produtos da reforma agrária, da terra, da agricultura orgânica ou agroecológica, coloniais, etc.

A agregação de valor, na maioria dos casos, está associada a um processo diferenciado de comercialização, como a venda direta ao varejo ou ao consumidor. Do mesmo modo, a cooperação (associativismo, cooperativismo e outros grupos informais) é um elemento importante no processo de agregação de valor porque diminui custos, já que aumenta a escala de produção e o poder de barganha junto aos fornecedores e compradores de produtos.

Portanto, a agregação de valor será vista como um processo que envolve desde a formação de coletivos em torno da produção até a colocação da produção no mercado.

Em entrevista ao periódico ESTUDO AVANÇADOS (1997, p.74), o representante do MST falando sobre a situação dos assentamentos, destaca, dentre outras coisas, que:

“(…) nos primeiros dois anos de assentamento, em geral, as famílias se preocupam em resolver seu problema de comida (…) passada esta etapa, o assentado pobre quer construir sua casinha e ter escola para seus filhos. O MST faz então um trabalho de conscientização e de organização, para mostrar que só produzir para comer não resolve, que o agricultor precisa ter renda, e para ter renda ele tem de produzir para o mercado (…) Passados quatro, cinco, seis anos, conseguimos fazer com que eles percebam que, na realidade da agricultura de hoje, não basta também produzir só para o mercado local, e que os mercados mais organizados exigem agroindústria (…) se o agricultor quiser aumentar sua renda e participar de um processo de desenvolvimento na sua região tem de se casar com a agroindústria. Aí ele tem dois caminhos. Ou se associa à agroindústria que já está instalada, às grandes empresas oligopolizadas (…) ou, o que é uma das linhas que estamos adotando, também começa a botar pequenas agroindústrias nos assentamentos”.

Estes desafios são colocados permanentemente aos assentados.

“(…) os agricultores assentados são desafiados a partir para o beneficiamento e a agroindustrialização especialmente daqueles produtos que são nichos do mercado capitalista (…) tendo como função agregar valores aos produtos, seja no preparo dos insumos para a produção, seja na transformação para a comercialização; logicamente, para absorver o grande percentual de mão-de-obra existente nos assentamentos”. (ZAMBERLAM, 1994, p. 284).

A agregação de valor é posta para os assentados com o objetivo de que estes tenham uma maior autonomia em relação ao mercado, como uma forma de melhoria da renda. O caminho sugerido é o das iniciativas autônomas dos próprios assentados de elaborar ou

processar a matéria-prima agrícola, de forma individual ou coletiva. Esses desafios são assumidos por eles, na maioria dos casos, coletivamente.

MALUF (2001) considera importante, nesse caso, preservar os vínculos entre a produção da matéria-prima agrícola e a atividade agregadora de valor a ela, de modo que se evite os processos de diferenciação entre os produtores provocados pelo maior ganho associado à última. A sugestão dada pelo autor para resolver este problema são as unidades de pequeno e médio porte.

Esse ponto traz consigo outras questões relacionadas com o tamanho das unidades agregadoras de valor. Se por um lado as unidades maiores são consideradas como um risco para provocar diferenciação porque separa a produção de matéria-prima do seu processamento e apresenta maiores dificuldades na administração pelos próprios assentados. Por outro lado, as unidades menores, no caso dos assentamentos rurais, tendem a rapidamente saturar sua capacidade e gerar a necessidade de instalar outras.

Contudo o que se tem verificado que em ambas as situações os obstáculos e limites não são poucos. Estudos⁴³ sobre agroindústrias autônomas de pequenos produtores apontam que os principais entraves/estrangulamentos para a viabilização destas unidades ocorrem ou se dão na:

- Organização insipiente dos produtores;
- Inexistência ou dificuldade de acesso ao crédito para as instalações, equipamentos e capital de giro;
- Concepção e implantação da agroindústria, dada a ausência de estudos de viabilidade econômica, financeira e técnica, que incluem estudos de mercado, de processos tecnológicos e sistemas de organização.
- Restrições devido à legislação sanitária, fiscal e tributária;
- Inexistência ou baixa disponibilidade de infra-estrutura pública;
- Inexistência de suporte para a geração e desenvolvimento tecnológico dado o pequeno volume de produção;
- Capacidade de assessoria técnica;
- Insuficiente capacidade de gestão em todas as etapas do processo produtivo;

⁴³ Como o de OLIVEIRA et al. (1999), o de AZEVEDO et al. (1998), o de SILVA e CEZAR (2004) e o de PETTAN (2004).

- Descontinuidade de oferta, o que inviabiliza contratos de comercialização com cadeias de supermercados e com grandes fornecedores de insumos;
- Falta de padronização e qualidade da produção, devido à falta de planejamento da aquisição de matéria-prima e ao desconhecimento sobre o processamento;
- Dificuldades na comercialização devido a baixos volumes;
- Problemas relacionados à dependência da cidade (para aquisição de bens e serviços, manutenção, transporte, comunicações, etc.).

Convêm detalhar alguns desses pontos ainda não abordados neste trabalho.

Em relação à organização, como nesses empreendimentos a produção de matéria-prima está ligada ao seu processamento, os assentados têm como desafio organizarem-se de tal forma que garantam o abastecimento daquela sem a necessidade de aquisição de terceiros. Ou seja, garantir a apropriação dos ganhos da agregação de valor por aqueles que produziram a matéria-prima.

No que diz respeito ao crédito destinado a esses empreendimentos nos assentamentos, em particular,

“Pode-se contar com vantagens organizativas derivadas das etapas anteriores ao início do assentamento ou criadas pela dinâmica posterior à entrada na área (...) os principais limites derivam da escassez de recursos prévios, do pouco conhecimento e da manutenção de tradição produtiva como no caso dos cereais.” (MALUF, 2001, p.27).

Os empreendimentos de agregação de valor também se defrontam com as exigências da participação no mercado formal de alimentos. Assim, devem atender aos requisitos estabelecidos na legislação que se constituem em obstáculos muitas vezes intransponíveis para o acesso da produção ao mercado.

No âmbito macro-econômico essas iniciativas constituem pequenas empresas e como tal tem de “enfrentar” o expressivo aumento do poder econômico e financeiro dos grandes grupos industriais que tem resultado na concentração de capitais e acirramento da rivalidade intercapitais. “Seu modo de organização (sociedade holding) reúne condições plenas de acesso aos mercados financeiros, enquanto as empresas alheias a esses grupos ficam cada vez mais dependentes dos bancos, enfrentando condições crescentes adversas”, conforme CAROLINA et al. (2003, p.226).

VILELA e WILKINSON (2002) avaliam que as estratégias de agroindústrias autônomas nos assentamentos rurais confrontam-se com um ambiente extremamente incerto e hostil que implica processos complexos de criação de conhecimento e competências e a construção de coalizões ou redes capazes de redefinir a estrutura institucional que governa esses mercados.

Os assentados, com maior disponibilidade relativa de mão-de-obra, adaptam-se com facilidade à obtenção de produtos diferenciados, que se caracterizam em relação às *commodities*, pela incorporação de maior quantidade de trabalho. São as tendências emergentes no padrão de consumo diversificado e global que abrem espaços para a produção diferenciada, bastante adequada à produção de base familiar, dada as suas características de escala e de lógica de produção.

“Esse produtos apresentam diferenciação qualitativa em relação aos convencionais, o que lhes agrega um diferencial de valor de venda, fato que nem sempre é acompanhado de maiores custos de produção, e que favorecem a produção familiar de pequena escala” (CARMO, 2003, p.310).

Desse modo, as inovações, em matéria de “produtos” da agricultura do futuro, deverão também se apoiar em segmentos de mercado como os alimentos de qualidade (com sabor e outras qualidades organolépticas); produtos orgânico-biológicos; produtos de micro-mercados (nichos), como trufas, plantas medicinais, “produção” de serviços ligados ou não às atividades urbanas, entre eles, o turismo e lazer, com oferecimento de facilidades de acomodação, alimentação e produtos típicos regionais (queijos, conservas, doces, etc.); artesanatos regionais e prestação de serviços (*idem*, 2003).

Verifica-se que as iniciativas de agregação de valor acontecem, em geral, de forma gradativa, sem romper as relações comerciais tradicionais existentes. A ruptura acontecerá na medida em que a produção de derivados deixar de ser secundária ou que o processamento do bem primário absorver toda a quantidade disponível deste.

A pesquisa realizada sobre os impactos dos assentamentos (LEITE, HEREDIA, et al., 2004) e LEITE, MEDEIROS (org.) et al. (2004) foram as únicas de âmbito nacional, dentre as citadas neste trabalho, que levantaram dados sobre o beneficiamento/processamento da matéria-prima dos assentamentos.

Naquela pesquisa as unidades de beneficiamento e processamento representam 5% do total das instalações existentes nos assentamentos pesquisados. Foram declaradas

majoritariamente no caso baiano, onde somam dois terços do montante regional. As instalações de beneficiamento encontradas foram: casa de farinha, engenho, alambique, beneficiadora de arroz, defumador, monjolo, micro-usina de quebra de castanha. Destacam-se as casas de farinha, que também são importantes em outras regiões, especialmente nos estados nordestinos.

Os pesquisadores destacam a secundariedade dessas instalações em relação às demais e detectam que “No âmbito geral, fica clara a prioridade das instalações às atividades stricto sensu de produção primária, sendo o processamento uma atividade produtiva em segundo plano” LEITE, HEREDIA et al. (2004, p.196).

Nos assentamentos, a produção de farinha de mandioca destaca-se claramente tanto em número de produtores que a produzem, quanto na venda e no valor bruto da produção (no Sul da Bahia, 75% dos assentados declararam produzi-la e 71% declararam vendê-la).

Regionalmente destaca-se na pesquisa referida:

- Sul da Bahia (cacaueira): farinha de mandioca, manteiga, mel, polvilho e queijo;
- Sertão do Ceará: algodão, carvão, farinha de mandioca, manteiga, queijo, requeijão e tijolo;
- Entorno de Brasília: farelo de cana para ração, carvão, doce, farinha de mandioca, pão de queijo, polvilho, queijo, ração, rapadura, requeijão;
- Sudeste do Pará: azeite de mamona, farinha de mandioca, mel, polvilho, queijo, rapadura, telha e tijolo;
- Santa Catarina: leite pasteurizado, frango resfriado, mel, carvão e queijo;
- Zona Canavieira do Nordeste: Farinha de mandioca, manteiga e massa de mandioca.

Esse leque de produtos, na sua maioria alimentos básicos, oferecidos pelos assentados para a venda apresenta-se como uma vantagem competitiva nos mercados locais e regionais.

Na pesquisa realizada por LEITE, MEDEIROS (org.) et al. (2004), a renda gerada pela produção de produtos beneficiados é mais expressiva no Rio Grande do Sul (3,8 % da renda total), Sergipe (6,22 %), Acre (3,47 %) e Rio de Janeiro (4,01 %).

Nos assentamentos rurais, a adoção de estratégias agroindustriais, ligadas à CONCRAB, foi vigorosa e assume importância fundamental. À CONCRAB, estão ligadas 96 pequenas e médias agroindústrias, que processam frutas, hortaliças, raízes, fitoterápicos, leite e

derivados, grãos, café, carnes - suína bovina e aves e mel. Existem também muitas experiências de artesanato.

Exemplos de experiências vinculadas a CONCRAB⁴⁴: Na região de Bagé-RS, os assentados montaram uma unidade de beneficiamento de sementes (UBS), a partir da produção agroecológica de sementes de hortaliças. O êxito da experiência levou a criação de uma rede nacional de sementes agroecológicas, denominada BIONATUR. Aqui os assentados inovaram, do ponto de vista organizacional e tecnológico, já que as técnicas empregadas são agroecológicas. No RS há outras cooperativas como a Cooperativa de Comercialização Agrícola Novo Sarandi Ltda (Coanol), que atua na comercialização e beneficiamento da produção dos assentados, na região de Sarandi. Outro exemplo é o frigorífico da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (Cooptar), que faz a criação de suínos e produção de embutidos.

Em Santa Catarina a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste – COOPEROESTE atua na industrialização de leite e na comercialização de produtos agropecuários, veterinários e mercado. Possui uma estrutura física distribuída na região do oeste catarinense. Essa cooperativa filiada à CONCRAB teve um crescimento de 4.300% de 1999 a 2005 na industrialização de leite (principal produto é o tipo longa vida). Passou de 2,5 milhões/litros/ano para 110 milhões. O faturamento em 2005 foi de 85,7 milhões de reais.

Os assentamentos estão redescobrando o dinamismo do mercado local. Em parte, a própria população dos assentamentos rurais cria uma massa crítica de consumidores quer diretamente quer na forma de “acordos de comércio” recíprocos com os donos das lojas locais.

Essas estratégias são respostas à crise da integração agroindustrial dos pequenos produtores que procuram organizar-se com o objetivo de alcançar economias de escala mais competitivas na agricultura.

Por fim, o que chama a atenção nas pesquisas é:

A Esperança no futuro: quando indagados sobre as perspectivas para o futuro da família, 87% dos entrevistados consideram que ele será melhor.

“(...) apesar das dificuldades presentes, os assentados esperam melhorias e confiam no futuro. Este conjunto de elementos permite concluir que, apesar da precariedade das suas condições, o quadro é de muita esperança quando os assentados avaliam o futuro familiar (...) o acesso a terra aparece como uma

⁴⁴ BENEDETTI (2004) pesquisando os assentamentos do Rio Grande do Sul, cita casos de unidades de cooperativas ligadas à CONCRAB.

perspectiva de estabilidade em longo prazo”. (LEITE, HEREDIA et al. 2004:.
252)

O processo de reconversão de trajetórias de vida e a reelaboração de relações sociais: como o caso dos bóias-frias, trabalhadores de origem urbana que passando a ganhar condições de fixação como assentados tornam-se agricultores, com melhorias consideráveis nas condições de vida.

CAPÍTULO III

Agregar valor e comercializar no caso do Assentamento Santa Maria.

*“Lutar, insistir, obter...
Conseguiram a terra e continuam lutando.
Precisam vencer o desgaste do chão,
Machucado pela cana, e driblar as intempéries.
As crianças crescem cientes da sua capacidade de mudar o mundo,
De conquistar seu espaço.
A democracia está presente não apenas na estrutura,
Mas nos corações de crianças, jovens, adultos e velhos.
Rostos, vidas que se fundem nas esperanças
De vencer as dificuldades da luta pela terra.”*

Camila Vanzella

Paula Mikami

3.1- Metodologia

“É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir”.

Carlos Rodrigues Brandão, 2000:12

O propósito deste trabalho foi compreender a dinâmica de agregação de valor e comercialização nos assentamentos rurais. Para tanto se realizou uma pesquisa exploratória e descritiva, utilizando-se da técnica de estudo de caso, levantamento bibliográfico e documental, coleta de dados com a utilização de questionários e entrevistas em um assentamento rural.

A abordagem utilizada foi a quantitativa e qualitativa, sendo esta última a mais utilizada. Utilizou-se como instrumento de pesquisa e coleta de dados a observação, durante as visitas ao assentamento, questionários e entrevistas.

O universo empírico, ao qual este trabalho se refere, são os assentamentos rurais brasileiros, constituído pelos seus personagens e suas trajetórias de construção de estratégias de viabilização sócio-econômica. O estudo foi aprofundando no assentamento Santa Maria com realização de pesquisa de campo.

Cabe ressaltar o porquê da escolha desse assentamento: houve a preocupação de optar por um assentamento já implantado e que estivesse numa fase mais madura do ponto de vista da produção. Outro critério utilizado foi à existência de estratégias de agregação de valor e comercialização que poderiam fornecer elementos para entender a complexidades desses processos nas estratégias de viabilização dos assentamentos.

Processo da pesquisa:

- 1ª. Pesquisa bibliográfica e escolha do assentamento;
- 2ª. Primeira visita: observação da vida e do trabalho;
- 3ª. Escolha e elaboração dos instrumentos de coletas de dados;
- 4ª. Coleta de dados;
- 5ª. Tabulação e análise dos dados e informações.

Na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica durante a qual se selecionou, tendo em vista a temática do trabalho, aquelas mais relevantes para análises. Os dados quantitativos e qualitativos observados, nessas fontes, tiveram como foco os processos de agregação de valor e comercialização, relacionados com a capacidade de geração de renda; os atores do processo produtivo; os fatores impulsionadores e as dificuldades; as políticas públicas (crédito, assistência técnica, legislação, etc.); formas e canais de comercialização.

Durante a segunda etapa foi realizada uma primeira visita ao assentamento. Esse primeiro contato serviu para colher as primeiras impressões sobre o assentamento e ter certeza que era o melhor local para realização do estudo de caso. Foi importante para escolha e elaboração dos instrumentos de pesquisa (entrevistas e questionários).

Na escolha do instrumento de abordagem foi básico que este possibilitasse um clima de confiança e de tranquilidade que permitisse ao entrevistado relatar com a maior honestidade os acontecimentos e sua opinião sobre eles. Nesse contexto, a narrativa livre orientada por perguntas abertas parecia assegurar o cumprimento das quatro regras propostas por Bowley, citadas por MANN (1979) para a formulação de um roteiro de entrevistas:

- a) Pedir as informações necessárias em termos de quantidade e qualidade.
- b) Assegurar-se de que as perguntas podem ser respondidas.
- c) Assegurar-se de que as perguntas serão respondidas honestamente.
- d) Assegurar-se de que as perguntas serão respondidas e não recusadas.

Na terceira etapa, com base nas análises das fontes secundárias e na primeira visita realizada no assentamento foram elaborados dois instrumentos para a pesquisa de campo:

- a) Questionário a ser aplicado com todas as famílias do assentamento;
- b) Roteiro de entrevista semi-estruturado

A quarta etapa ocorreu em fevereiro de 2005 com a visita ao assentamento. Nesse momento foi realizada a aplicação dos instrumentos de coleta dos dados, questionário e entrevista, bem como as análises dos arquivos da COPAVI, material que apresenta uma vasta quantidade de dados e informações.

a) Aplicação dos questionários:

A aplicação do questionário foi censitária porque o número de famílias do assentamento é bem pequeno, apenas 20 no total.

Foram procurados os chefes da família para que, ambos, homem e mulher, respondessem juntos as questões. Não sendo possível os dois, as respostas foram dadas de acordo com a disponibilidade, não tendo preferência por um ou outro.

As perguntas versaram sobre: a origem da família, ano de chegada ao assentamento, composição da família, educação, bens de consumo durável, moradia, renda, função e grau de envolvimento com as atividades da cooperativa, cursos de capacitação realizados, situação atual em relação a anterior e o grau de satisfação da situação atual.

b) Realização das entrevistas:

Nas entrevistas buscou-se resgatar a história do assentamento e assim obter informações qualitativas que ajudassem conhecer melhor o objetivo proposto neste trabalho. Foram realizadas com quatro lideranças, que naquele momento exerciam função de direção na cooperativa. A escolha não seguiu nenhum critério rígido, mas somente pelo fato que, pela função exercida, teriam, supostamente, uma visão melhor do conjunto das atividades do assentamento e da Cooperativa.

Além do resultado desses dois instrumentos, utilizou-se dos arquivos da administração e contabilidade da COPAVI, bem como dos trabalhos anteriores realizados sobre o assentamento relativo a dados sobre produção, renda, horas trabalhadas e organização do trabalho. A partir dessas informações foram realizadas a tabulação e análise dos dados e informações. Procurou-se, durante a análise de dados, não correr o risco de interferências e opiniões preexistentes, bem como generalizações de informações coletadas.

Assim, a seguir, resgata-se a história e a trajetória das famílias do Assentamento Santa Maria com o foco na temática proposta.

Nos anos 70, a Microrregião sofreu uma profunda mudança na sua estrutura fundiária em decorrência das geadas. Caracterizada pela pequena propriedade passou a ser marcada pelos latifúndios. Isso porque as geadas do ano de 1975 provocaram a falência dos pequenos produtores de café da região. “O frio de 5°C graus negativos, seguido de ventos fortes e com baixa umidade, queimou as lavouras de café em área estimada de 1,05 milhões de hectares, apenas no Paraná” (GAZETA MERCANTIL, Ed. 27/04/2005, pág. 12).

Em 1975, a cultura do café foi substituída pela do algodão, o que manteve uma parte dos pequenos produtores. No entanto, a forte queda do preço gerou uma situação insustentável para boa parte deles. “Naquele ano, pelo menos 300 mil cafeeiros, a maioria em pequenas propriedades, foram erradicados e substituídos por algodão e pela seqüência de lavoura de soja e trigo (...)” (idem).

Muitos venderam suas terras para os médios e grandes proprietários que já existiam na região ou vieram de regiões vizinhas. As propriedades foram aglutinadas e destinadas à pecuária de corte extensiva. O solo de Arenito Caiuá estava enfraquecido depois de vários anos de culturas. O município de Paranaity, que chegou a bater o recorde nacional e internacional de café, passou a ser dominado pela criação extensiva de gado. Ainda outro fato que provocou a concentração fundiária e a transformação no uso do solo foram as mudanças na política agrícola ocorridas a partir da segunda metade da década de 1980.

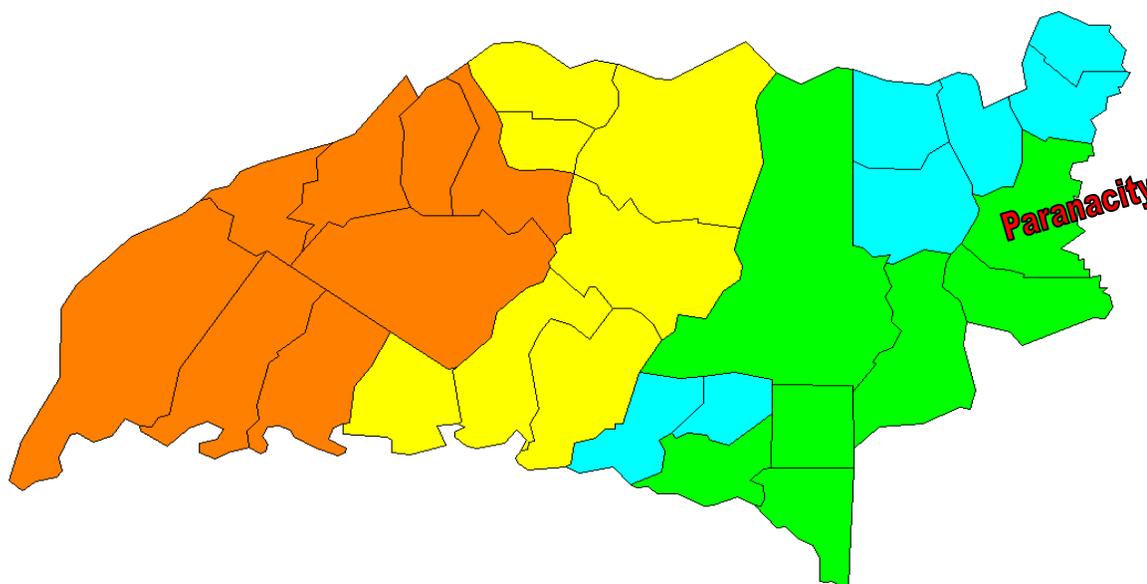
Ainda no final da década de 1970, ocorreram as construções de barragens e a modernização conservadora da sociedade brasileira que trouxeram consigo o desemprego no meio rural. Posteriormente a 1969/70 esses fatores motivaram o surgimento de organizações e movimentos sociais de luta pela terra, principalmente nas regiões Sudoeste, Oeste e Central do Estado. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve um papel importante nesse processo auxiliando a coordenação dos grandes acampamentos de famílias. Posteriormente, O MST passa a ter presença significativa no Estado do Paraná.

Já no final da década de 1980, grupos de famílias organizados pelo MST, provenientes das ocupações de terras nas regiões de maior conflito no Estado e/ou que não conseguiram ser assentados, migraram para a região Noroeste e se uniram aos grupos ali existentes. O primeiro acampamento na Microrregião de Paranavaí foi do município de Querência do Norte, demorou sete anos para se tornar assentamento, mas após seis anos dessa primeira ocupação, o MST

conquista, em 1994, o Assentamento Santa Maria localizado no município de Paranacity, outro extremo da Microrregião.

Paranacity dista 403 km de Curitiba, conforme Figura 3.2.

Figura 3.2: Distância dos Municípios da Microrregião de Paranaíba à Capital (Km)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil/PNUD (2003)

Legenda:

■ 400,3 a 416,0 (7)*

■ 416,1 a 431,8 (7)

■ 431,9 a 476,8 (7)

■ 476,9 a 501,2 (8)

*quantidade de municípios

Paranacity também fica próximo de outros importantes centros consumidores, como Maringá e Londrina. Ocupa uma área de 343,8 km², com uma densidade demográfica de 26,5 (em 2000). A densidade demográfica média da Microrregião é de 22,25, sendo a maior a de Paranaíba (62,7).

Quadro 3.1: População urbana e rural da Microrregião de Paranaíba e de Paranacity

	1991		2000	
	rural	Urbana	rural	Urbana
Microrregião Paranaíba	114.801	345.513	89.142	385.130
Paranacity	3.441	5.087	1.783	7.326

Fonte: IBGE, censo demográfico, 1991, 2000.

Como se vê no período 1991-2000 a população urbana da Microrregião de Paranaíba saltou de 75% para 80,55%. Em Paranacity, no mesmo período, a taxa de urbanização cresceu 22%. Já a rural tanto em Paranaíba como em Paranacity diminuiu significativamente. No último caso a redução foi de 52%.

Do ponto de vista da estrutura fundiária, a Microrregião apresenta porcentagens que indicam uma concentração fundiária paralela à existente em âmbito nacional, apesar dos indicadores do Estado serem mais equilibrados. As propriedades com área superior a 200 hectares acumulam 65,62% das terras da Microrregião, enquanto que no contexto nacional é de 70,73% e, no Estado do Paraná, é de 49,31%. Portanto, esta Microrregião está mais próxima do valor nacional, conforme dados do Censo Agropecuário (1995-1996), do que do estadual.

Quadro 3.2: Paranacity - Estabelecimentos Agropecuários Segundo As Atividades Econômicas – 1996

Atividades Econômicas	Estabelecimentos
Horticultura	2
Lavoura permanente	59
Lavoura temporária	58
Pecuária	274
Produção mista	35
TOTAL	428

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

A atividade agropecuária de Paranacity está baseada na Pecuária e na Lavoura Permanente e temporária. Em relação à lavoura o destaque é para Cana-de-açúcar, como mostra o a tabela 3.1.

Tabela 3.1: Paranacity - Área Colhida, Produção, Rendimento Médio e Valor Da Produção Agrícola – 2004

Produtos	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$1000,00)
Algodão herbáceo (em caroço)	450	752	1.671	978
Café (em côco)	80	90	1.125	225
Cana-de-açúcar	14.502	1.081.211	74.556	31.074
Feijão	300	150	500	120
Laranja	10	298	29.800	45
Mandioca	500	10.000	20.000	2.000
Milho	490	1.575	3.214	433
Soja	730	1.460	2.000	1.146
Tangerina	1	1	1000	-
Urucum (semente)	550	605	1.100	908
Uva	2	15	7.500	15

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

NOTA: Dados estimados.

A produção animal de Paranacity no ano de 2004 realizada pelo IBGE destaca-se quatro produtos, conforme quadro 3.3.

Quadro 3.3: Paranacity - Produção de origem animal – 2004

Produtos	Produção
Casulos do bicho da seda (kg)	22.927
Leite (litros)	1.791 mil
Mel de abelha (kg)	750
Ovos de galinha (dúzias)	430 mil

FONTE: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Em relação à renda, o produto interno bruto (PIB) per capita de 2003 foi de R\$ 9.409,00 segundo dados do IPARDES (2006), sendo a agropecuária a principal atividade.

Quadro 3.4: Paranacity - PIB a preços básicos segundo os ramos de atividades – 2003

Ramos de Atividades	Valor (R\$ 1,00)
Agropecuária	34.372.048
Indústria	23.932.343
Serviços	25.771.029
Total	84.075.418

Fonte: IPARDES (2006)

Na Microrregião, a implantação dos assentamentos deu-se como resposta à pressão dos movimentos sociais. O primeiro assentamento foi o Santa Maria. O quadro 3.5 apresenta algumas características dos assentamentos da Microrregião.

Quadro 3.5: Características dos assentamentos da Microrregião de Paranavaí-PR

Município	Famílias Assentadas/ Mun. (unid.)	Área (ha) por município	Assentamento	Capac. de Famílias	Total família assent.	Área (ha) por Assent.	Ano Criação
Amaporã	35	968	Antônio Conselheiro	47	35	968	1997
Jardim Olinda	53	1.258	Mãe de Deus	53	53	1.258	1998
Marilena	108	2.512	Sebastião Camargo Filho	41	42	920	1998
			Santo Ângelo	37	37	872	1998
			Quatro irmãos	29	29	719	1999
Mirador	29	617	Monte Azul	29	29	617	1998
Nova Londrina	27	685	Brizanta	29	27	685	1998
Paranacity	20	256	Santa Maria	20	20	256	1994
Planaltina do Paraná	29	780	Sumatra	45	29	780	1999
Querência do Norte	639	17.021	Pontal do Tigre	359	336	8.096	1995
			Chico Mendes	81	80	2.296	1995
			Che Guevara	70	70	2.453	1997
			Margarida Alves	20	0	556	1997
			Zumbi dos Palmares	25	23	801	1998
			Luiz Carlos Prestes	46	49	1.256	1999
			Fazenda Santana	21	21	560	2000
Santa Cruz de Monte Castelo	139	3.496	Antônio Tavares Pereira	73	40	1.000	2001
			Oziel Alves Pereira	15	13	498	1997
			17 de Abril	74	74	2.033	1998
			Paraná	28	28	401	1998
Santa Mônica	35	1.256	Teixeirinha	41	24	562	2001
			Ildo Luiz Perruzo	37	35	1.256	1999
São João do Caiuá	29	726	Taperiva	40	29	726	1999
Terra Rica	167	4.100	Nossa Senhora da Penha	36	36	916	1998
			Sto. Antônio das águas do Corvo I	52	52	1.326	1998
			São Paulo	17	17	394	1998
			Vida Nova	25	25	611	1999
			Sétimo Garibaldi	63	37	851	2001

Fonte: INCRA/Sipra Web/Relatório

Data de extração: 28/04/2005

Constata-se que:

Até abril de 2005 foram implantados na Microrregião 28 Assentamentos, numa área de aproximadamente 34 mil hectares para cerca de 1,4 mil famílias.

- 41,37% dos municípios da Microrregião têm assentamentos;
- A maior quantidade de famílias assentadas está concentrada no município de Querência do Norte, seguido por Terra Rica.
- Os assentamentos desta Microrregião correspondem a 10% do conjunto dos assentamentos do Estado do Paraná.
- No Período de 1997 a 1999, foram criados 67,8% dos assentamentos, sendo que, após 2001, até a data de extração dos dados (abril de 2005), não havia sido criado mais nenhum;
- A média de capacidade de famílias por assentamento está em torno de 52 e a área média por família é de 23,2 hectares. A média de hectares por famílias nos assentamentos do Estado do Paraná é de 18,8.

Um estudo realizado por GÓMEZ (2002) aponta que a Microrregião de Paranavaí tem experimentado mudanças sócio-econômicas, políticas e territoriais que extrapolam os números das estatísticas oficiais. Essas mudanças são frutos da organização dos trabalhadores, seja devido ao grande número de famílias assentadas que vem produzindo uma revitalização na economia da sede municipal, perdida com a crise do café, seja em virtude da singularidade da organização - em cooperativas de produção e ou comercialização de assentados de reforma agrária, e das formas de produção desenvolvidas pelos assentados - diversificação produtiva menos intensiva em insumos químicos.

3.3- Aspectos históricos: do latifúndio monocultor ao assentamento

A área do assentamento Santa Maria é proveniente de uma antiga fazenda de 256,52 hectares que foi desapropriada pelo decreto número 96.259, de 30 de junho de 1988, por ser considerada improdutiva. Desse total, 32 hectares é espaço de preservação ambiental com vegetação de floresta tropical perenifólia, apresentando as seguintes espécies: peroba, pau d'alho, canela, guajuvira, figueira branca, dentre outras. A área do imóvel limita-se com a zona urbana de Paranacity e fica às margens da rodovia PR-164 (faz ligação entre Paranacity e

Inajá), é cortada pelo córrego Inhaúmas, que possui duas nascentes permanentes as suas margens. O relevo predominante classifica-se como suave ondulado (83,24%) e ondulado (16,76%).

O clima predominante no município é o subtropical, mesotérmico úmido, com estiagem no inverno, geadas pouco freqüentes e tendência à concentração de chuvas nos meses de verão. Os solos são arenosos, planos e ácidos, compondo parte da formação pedológica denominada Arenito Caiuá, que se caracteriza por baixa fertilidade dos solos e baixo teor de matéria orgânica. O mesmo tem suscetibilidade à deficiência hídrica e erosão.

A área foi ocupada por um grupo de trabalhadores rurais sem terra de Paranacity logo após ter sido desapropriada. Na ocasião, o então proprietário, Michel Sayão, conseguiu que o prefeito, juntamente com os representantes legais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranacity, negociasse a saída dos ocupantes da área. O proprietário, aproveitando-se da contestação legal da desapropriação, e da desocupação da área, firmou um contrato de arrendamento por 10 anos com a usina de açúcar Santa Terezinha.

A imissão de posse somente foi concedida pela justiça em 30 de agosto de 1992, com sentença favorável à contestação feita pelo INCRA, confirmada pela resolução n.º 306 de 12 de novembro de 1992. O grupo de trabalhadores rurais de Paranacity, após a notícia da imissão na posse, voltou a ocupar a fazenda. Contudo, saíram logo depois, dada uma nova negociação com o Prefeito.

O MST, ao perceber a importância da área por ser vizinha a cidade e já está com a imissão de posse, organizou uma discussão em todo o Estado para identificar famílias interessadas em deslocar-se para lá e trabalhar de forma coletiva. Dadas às condições pouco favoráveis da área em relação à fertilidade do solo, seu tamanho e sua proximidade com o mercado consumidor, que já havia sido previamente traçado, houve o aceite de um grupo de famílias, que se desafiaria a desenvolver um trabalho coletivo naquela área. Em 19 de janeiro de 1993, diante da demora e das negociações que impediam a efetivação do assentamento, 05 meses após a imissão na posse, um grupo de famílias oriundas das regiões Sudeste, Centro-sul e sudoeste do Estado do Paraná⁴⁶, pertencentes ao MST, ocupou a área.

Inicialmente, o INCRA não aceitou as famílias pertencentes ao MST, alegando que as famílias de Paranacity, que também pleiteavam a mesma área já se encontravam devidamente

⁴⁶ A maioria das famílias estava acampada em áreas nos municípios de Catanduvas e Ibema, ambos no Estado do Paraná.

cadastradas para serem assentadas naquele local. Esta situação gerou um conflito entre as famílias do MST e as do município. Estas que contavam com o apoio do Prefeito e dos sindicalistas rurais, voltaram a montar barracos espalhados por toda a área, como estratégia para impedir que as famílias do MST lá continuassem, porém permaneceram ali somente por cerca de quatro dias. Segundo relatos nas entrevistas de campo, as famílias do município haviam apenas montados os barracos, mas não permaneceram na área, o que as forçou a retirarem suas “lonas” do local.

O apoio às famílias sem terra do MST pela Igreja Católica foi decisivo para garantir a simpatia da população local. No dia 18 de abril de 1993, realizou-se uma missa, na igreja matriz de Paranacity, com participação de mais de três mil pessoas. A missa foi conduzida pelo Arcebispo da região, que na ocasião declarou seu apoio às famílias do MST e à luta pela terra dos trabalhadores rurais. Neste dia, o MST distribuiu uma Carta Aberta à população de Paranacity, e dos municípios vizinhos, com o intuito de esclarecê-la e sensibilizá-la para sua causa.

Logo em seguida, com o objetivo de consolidar as atividades que já vinham ocorrendo de forma coletiva, as famílias ligadas ao MST fundaram, no dia 10 de julho de 1993, uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), denominada de Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA – COPAVI. Com quarenta cooperados, inicialmente, foi elaborado o estatuto e o regimento interno. Foram criados e organizados os setores, discutidos durante a ocupação: de produção, de comercialização e de administração. A COPAVI passou a ser a referência do assentamento, tanto na dimensão produtivo-econômica, quanto nas áreas social e política, subordinando-se às diretrizes do MST.

A área do assentamento ainda permanecia coberta de cana-de-açúcar e a usina resistia em fazer a colheita. Assim, as famílias fizeram, em 05 de agosto de 1993, o corte de toda a cana para iniciar outras culturas.

Atearam fogo na lavoura, e com ajuda de outros acampados da região, cortaram quase toda a cana. Entretanto, a Usina Santa Terezinha negou-se a recolhê-la. Somente após dois dias do corte, veio um parente do usineiro e comprou toda a produção. Naquele momento, as famílias iniciariam a agregação de valor. Com a cana-de-açúcar que sobrou fizeram, improvisadamente, rapadura para consumo e para a venda, o que segundo depoimentos:

“rendeu um pouco de dinheiro”. Mas, a vida naquela época, segundo relatos, “continuava muito difícil”. (pesquisa de campo)

Para poder sobreviver, metade das pessoas trabalhava como bóia-fria para outros pequenos produtores da região e a outra metade trabalhava na área plantando mandioca - primeira plantação na área após corte da cana. Esse plantio foi decisivo para permanência das famílias no assentamento.

“Com a consolidação da lavoura da mandioca foi criada uma situação para o município, e para o INCRA, difícil de reverter. Existia um complô da Emater, Prefeitura Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais contra a implantação do assentamento”. (Pesquisa de campo).

O apoio da Igreja, inclusive com doações de animais e materiais de construção, é lembrado até hoje como fundamental para a resistência do grupo.

Com a definição do espaço da agrovila foi iniciada a construção das casas. Elas foram construídas de forma improvisada (com ajuda do Padre do município vizinho, Cruzeiro do Sul) com madeira da própria área e com o material (cimento e lajotas) comprado pelas próprias famílias. O Padre também ajudou na construção de um refeitório coletivo e do escritório.

Porém, somente em Maio de 1994 a situação das famílias foi legalizada, quando na ocasião foi realizada a seleção de 25 famílias ligadas ao MST para serem assentadas. Posteriormente, após desistência de algumas das famílias⁴⁷, as que permaneceram, reivindicaram ao INCRA reduzir a capacidade do assentamento de 25 para 20 famílias. A redução foi aceita e atualmente existem 20 unidades familiares cadastradas, entretanto a terra permanece coletiva em nome da COPAVI.

Portanto, os assentados transformaram uma área pequena de 256 hectares com apenas a cultura de cana-de-açúcar (72% da área), inabitada, em lugar de morada e de geração de renda agropecuária para 20 famílias. Conseguiram, nesse período, instalar algumas estruturas produtivas e de suporte, listadas no quadro 3.6.

Quadro 3.6: Estruturas atuais do assentamento Santa Maria/COPAVI

Descrição	Tamanho	Situação atual
02 aviários	240 m ²	Produção direcionada ao autoconsumo, o excedente, quando há, é vendido porta-a-porta.
01 estábulo	38 m ²	Funcionando
01 abatedouro (aves e suínos)	110m ²	Funcionando para abate dos animais para o autoconsumo e venda do excedente eventualmente.
01 uni. de beneficiamento de cana-de-açúcar	280 m ²	Em funcionamento. A moenda está velha, precisando troca ou manutenção e tem ocasionado perdas em torno de 10%.
01 unidade de secagem bananas	90 m ²	A secagem de frutas está suspensa. A estrutura está sendo utilizada para produção de panificios (padaria) e de doce de leite
01 caixas d'água	30 m ³	Em uso.
01 sala de ordenha	70 m ²	Em funcionamento
01 laticínio	80 m ²	Em funcionamento
02 barracões	750 m ²	Um deles é utilizado como deposito de máquinas e o outro (do mercado) está fechado.
01 escritório	30 m ²	Em uso.
01 refeitório	150 m ²	Em uso para café da manhã e almoço
01 padaria	-	Funcionando na unidade de secagem de banana.

Fonte: Pesquisa de campo

Todas as estruturas do assentamento são patrimônios da COPAVI, portanto, do grupo coletivo. As fontes dos investimentos são diversas. As principais são PROCERA (Tetos I e II), doações (Igreja, ONGs), PRONAF e o Programa Paraná 12 meses⁴⁸.

Há estruturas que estão trabalhando com uma capacidade muito pequena, como os aviários e o abatedouro. Entretanto, todas as demais estão passando por adaptações, seja no processo, na tecnologia ou no tamanho com o objetivo de aumentar produtividade, diversificar os produtos oferecidos e reduzir custos de produção. Trataremos destes pontos no item 3.7.

3.4 - A diversificação produtiva como base da viabilização do assentamento

Em maio de 1994, regularizado o assentamento, os assentados puderam acessar os créditos federais direcionados às atividades produtivas. Nesta época o financiamento era proveniente do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA). A primeira liberação de crédito aconteceu em julho de 1994 e foi destinada à produção de leite. Cada família tinha direito a acessar R\$15.000,00, (soma dos Tetos de crédito, nos valores da época). O Teto I por ser assentado e o Teto II por trabalhar em regime coletivo (R\$ 7.500,00 cada).

⁴⁷ As razões da saída das famílias serão discutidas no item 3.7.

⁴⁸ O projeto Paraná 12 meses é um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores. Tem uma série de linhas de apoio financeiro que vão desde investimentos em habitação e saneamento básico à geração de renda visando ao combate à pobreza. Recuperação dos solos via manejo e uso dos recursos naturais de forma sustentada, equipamentos de feiras livres e de galpão para armazenar a produção são exemplos do que o Projeto financia. (www.parana.gov.br)

Dado o caráter coletivo da COPAVI, todo o dinheiro recebido foi destinado à cooperativa, como forma de investimento comum. Além da produção do leite, deram início às criações de galinhas e de porcos.

Aproveitando-se de uma pequena área remanescente de cana-de-açúcar deram continuidade a sua produção e a agregação de valor. Com isso, passaram a produzir rapadura e cachaça. A atividade de agroindustrialização, iniciada durante a ocupação com produção de rapadura, consolidava-se.

Naquele momento, as famílias já haviam conseguido instalar-se no assentamento. Construíram um barracão refeitório com 112 m²; duas estufas para plantio de hortaliças com 250 m² cada e seis casas de alvenaria na agrovila, destinadas à moradia.

A principal fonte de renda era a venda da cana-de-açúcar, existente no imóvel, *in natura* e processada em forma de rapadura e melado. Para a fabricação destes derivados utilizavam uma pequena moenda e outros utensílios já com bastante tempo de uso. Também já tinham produção de hortaliças nas estufas, e na área plantaram mais mandioca, feijão e milho.

Um ano depois da ocupação, os resultados obtidos já mostravam a diferença em relação ao que era antes, uma área de 256,52 hectares com apenas um proprietário. No primeiro ano agrícola 1993/1994, a produção e produtividade alcançada foram muito baixas, provavelmente devido à degradação do solo causada pela monocultura de cana-de-açúcar. Não obstante a precariedade dos recursos com que contavam, foi possível desde o início a produção de alimentos suficientes para suprir as necessidades do consumo familiar.

Os dados do quadro 3.7 e do gráfico 3.1 mostram a evolução da produção do assentamento no período de 1995 a 2001.

Quadro 3.7: Evolução da produção agropecuária do assentamento Santa Maria/COPAVI
Período: 1995 - 2001

Produto	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Silagem inverno (ton)	0	150	300	450	650	-
Leite (mil litros)	45	158	194	164	199	276
Frangos* (ton)	7,6	13	24	25	32	13
Suínos** (ton)	0,8	9	9,5	11	10	7
Hortaliças (ton)	9,7	26	64	44,7	45	46
Mandioca (ton)	1.472	441	74	96	586	211
Cana/derivados (ton).	65	34	253	276	505	910

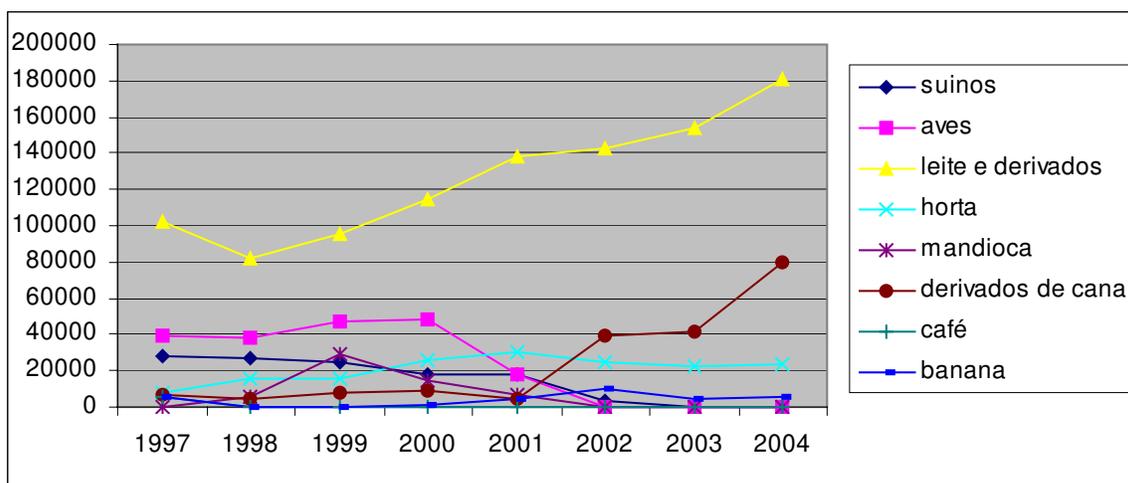
(*) kg abatidos (limpo);

(**) kg abatidos (carne)

Fonte: Arquivos da COPAVI

Embora a produção do primeiro ano seja pequena em relação aos demais, foi importante para garantir o auto-consumo e a renda monetária. Para essa última, contribuíram principalmente o leite, os suínos e a mandioca.

Gráfico 3.1: Faturamento (R\$) da produção do assentamento Santa Maria/COPAVI



Fonte: Arquivo da COPAVI

Pode-se perceber que a produção de leite e derivados se destaca no volume, vide quadro 3.7, e no faturamento, representando a principal fonte de renda das famílias. A produção de aves e suínos para comercialização foi interrompida em 2002. Em relação aos derivados de cana-de-açúcar, apesar de ser uma atividade mais antiga do assentamento, foi somente a partir de 2002 que ela apresentou o seu faturamento maior que os demais produtos, ficando atrás apenas do leite.

Vejam os detalhes da produção:

A) Avicultura de Corte:

- Esta produção foi implantada com recursos do Procerá Teto I e II. Além de representar uma diversificação alimentar para as famílias do assentamento, faz parte do sistema integrado, uma vez que utiliza o milho em forma de ração e fornece o esterco para a horta e lavouras.
- Até 1996, existia apenas um galpão de criação de frangos. Naquele ano, foi implantado o segundo galpão, de 240m², com recursos do Procerá Teto II, porque a procura estava sendo maior que à oferta e muitas vezes tinham que sacrificar o fornecimento às

famílias do assentamento a fim de atender aos consumidores da cidade. A instalação do segundo galpão proporcionou aumento na produção em 1996 de 5,3 ton. em relação a 1995; mantendo-se em ascensão até 2000.

- Entretanto, em 2001, os assentados decidiram reduzir a produção pela metade e a partir de 2002 passaram a produzir somente para o autoconsumo, com a justificativa de que os preços obtidos não cobriam os custos de produção, mesmo em se consolidando a agregação de valor, pois as aves eram vendidas resfriadas direto ao consumidor. Nesse período, o mesmo aconteceu com a produção de suínos.

B) Pecuária leiteira:

- A maior parte dos investimentos nesta linha de produção foi realizada com recursos do Procera - Tetos I e II e, em menor proporção, houve investimentos provenientes de doações. Foi construído um estábulo e adquiridos animais de boa linhagem, da raça holandesa. A técnica utilizada para reprodução foi a inseminação artificial e a ordenha mecânica. Para sustentação dessa atividade fazia-se a plantação de capim elefante, com o qual se preparava a silagem de inverno.

C) Horticultura:

- A produção de olerícolas é destinada ao autoconsumo e à comercialização. Em 1996, com recursos do Procera Teto II, decidiram produzir utilizando a técnica da hidroponia e implantaram um conjunto de estufas. A opção por esta técnica foi considerada, posteriormente, um grande equívoco fruto da inexperiência dos assentados e da influência dos técnicos que à época fazia orientação do assentamento e, as estufas foram desativadas.

“Não sei por que tivemos essa idéia, tanta terra e nós produzindo na água” (assentado).

- Atualmente, a COPAVI mantém uma horta que abastece a cozinha do assentamento e o excedente é para o mercado. A base da produção é agroecológica.

D) Derivados da cana-de-açúcar:

- Essa cultura propiciou o início da agregação de valor. Apesar desse acontecimento, nos primeiros anos, os assentados tiveram muitas dificuldades em definir a tecnologia a ser empregada e os processos de produção para os derivados de cana-de-açúcar. Faltava capacitação, segundo eles. A produção, nos cinco primeiros anos, situou-se abaixo de 500 toneladas, mas cresceu desde então. No entanto, a partir de 2002, a produção dá um salto significativo e os derivados de cana-de-açúcar são a principal esperança de geração de renda do assentamento. Estima-se na safra de 2005 uma produção de 1.300 toneladas de cana-de-açúcar numa área de 24 hectares.

Os assentados têm um grande grau de conscientização em relação aos métodos de produção. Dia a dia, tentam desenvolver a consciência ambiental em suas tarefas mediante a introdução no assentamento de técnicas agroecológicas, procurando abolir o uso de agrotóxicos e adubos químicos. Estas práticas foram introduzidas por conta da necessidade de preservação da natureza e por necessidade de reduzir os custos de produção.

A estratégia adotada é reduzir a aquisição de insumos externos a partir do entendimento que quanto menos aquisição, mais renda ficará no assentamento, já que os preços destes insumos têm-se elevado. Ou seja, é explorar de forma sustentável, ao máximo, os recursos internos, evitando assim a compra de insumos externos e desse modo, agregam valor e apropriam-se de recursos que deixam de desembolsar para a compra de insumos.

A atividade de produção do leite no assentamento, assim como as demais atividades, está passando por um processo de modificação ao longo dos anos, no sentido de torná-las menos dependente de insumos externos.

A falta de experiência e de orientação levou-os a fazer investimento na produção de café, mandioca, horta, leite, banana, hidroponia, etc., muitas atividades. Porém, algumas não foram consolidadas. Enquanto recebiam dinheiro, só pensavam em fazer mais e mais atividades, depõem os assentados.

Em decorrência das inconstâncias da política pública de assistência técnica, a qual se referiu no capítulo II, a COPAVI teve que pagar a assistência técnica de um veterinário, já que necessitava do seu trabalho, tanto para os cuidados com os animais, quanto para legalizar os produtos de origem animal processados. Além desse profissional, tinham, de forma

descontínua e pontual, assessoramento de profissionais das entidades vinculadas ao sistema CONCRAB.

Apesar de o Projeto inicial estar indicando que seriam elaboradas análises de mercado, de custos e também apontar para um plano de longo prazo, na verdade, muitas das atividades foram sendo realizadas, de acordo com as condições do momento, na base dos erros e acertos, com base no conhecimento dessas pessoas sobre esses “novos processos” e as condições que chegaram à área. Apesar dos erros iniciais, o êxito tem sido gradual. Persistência, unidade, organização e apoio do MST e da CONCRAB, são os elementos que deram sustentação à continuidade do Projeto, inicialmente proposto, como veremos nos tópicos seguintes.

3.5- O Planejamento e as estratégias de organização da produção e do trabalho.

3.5.1- Projeto /planejado

A COPAVI, a Superintendência Regional do INCRA no Paraná, o Governo do Estado do Paraná (por meio da Secretaria do Trabalho e Ação Social, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná – EMATER/PR), e a Central de Cooperativas da Reforma Agrária do Estado do Paraná (CCA/PR), filiada da CONCRAB, elaboraram, no primeiro semestre de 1994, ou seja, quando o assentamento foi regularizado, o “Projeto de Viabilidade Sócio-econômico do Projeto de Assentamento Santa Maria” (para facilitar, denominaremos, simplesmente, de Projeto).

O Projeto tinha como objetivo apresentar alternativas viáveis para o desenvolvimento do assentamento a partir do esforço conjunto dos agricultores, órgãos e entidades acima mencionadas e do MST. Naquele momento, o Projeto já apontava tanto as atividades de produção como as de agroindustrialização. Previa as seguintes atividades:

a) Agricultura:

- Produção de milho, feijão, algodão, cana-de-açúcar, mandioca, café, horticultura e fruticultura experimental.

b) Pecuária:

- Pecuária leiteira, suinocultura e avicultura de corte;

c) Beneficiamento e processamento:

- Unidade de beneficiamento de leite pasteurizado, unidade de processamento de embutidos e defumados, beneficiamento de cana-de-açúcar (produção de aguardente, rapadura e açúcar mascavo) e abatedouro de frangos.

O Projeto indicava as opções que as famílias assentadas coletivamente tinham à disposição, já destacando a agregação de valor:

“A produção obtida (...) sua maior parte será destinada para a agroindustrialização, parte para consumo interno e o excedente para comercialização (...) a produção agro-industrial será comercializada no mercado consumidor em nível de município, através da COPAVI”. (INCRA, 1994, p.08).

Estavam também previstos cursos de organização e gestão para todas as atividades, bem como estudar as perspectivas de mercado para os produtos como frango resfriado, açúcar mascavo, aguardente, embutidos/defumados, leite pasteurizado, hortaliças, mandioca, algodão e café.

Os canais de comercialização previstos para mandioca, algodão e café, eram as cooperativas da região e as indústrias⁴⁹. Todos os demais produtos tinham como destino previsto o mercado consumidor local, cujo canal de escoamento da produção seria a venda direta.

Também estavam previstos a implantação de uma área de lazer com salão para eventos, bosque, campo de futebol, parque infantil, uma agrovila, readequação e cascalhamento das estradas internas, bem como rede de energia elétrica.

Os custos para implantação das atividades previstas no Projeto estavam estimados em R\$ 4.802.512,00 (reais de julho de 1994)⁵⁰. No entanto, considerando os créditos oficiais os assentados teriam a possibilidade de acessar apenas um total de R\$ 375.000,00 (soma dos tetos I e II: 50 x R\$ 7.500,00).

O Projeto tinha um horizonte de 15 anos, no qual era previsto, a partir do 12º ano, uma renda familiar mensal de 23,77 salários mínimos, muito acima da renda per capita média de Paranacity que era de R\$ 147,62 em 1991 e de 217,0 em 2000. (PNUD, 2003).

⁴⁹ No caso da mandioca, há feclarias e farinheiras instaladas na região. Para o caso do café e do algodão as cooperativas e indústrias estão localizadas nas cidades próximas como Maringá, Londrina, Paranavaí, etc. As principais cooperativas da região, dentre outras, são: COCAMAR, Coop. Agrícola de Astorga, COAMO.

⁵⁰ O projeto é de agosto de 1994, mas os valores ainda estão em Cruzeiro Real. Para conversão dividiu-se o valor em Cruzeiro Real (CR\$ 13.206.908.000,00) por 2750.

Esse dado sinaliza o descolamento do projeto das condições econômicas da região e dos assentamentos rurais. Essa renda é considerada, hoje, pelos assentados como impraticável.

O Projeto (denominado “planejamento estratégico”), apesar dos excessos de atividades previstas, do alto investimento e da meta da renda familiar fora da realidade local, continha as orientações que serviram para direcionar os investimentos de capital e o trabalho dos assentados. Expunha as principais estratégias a serem adotadas pelo assentamento: exploração da área de forma coletiva, agroindustrialização da produção e a comercialização sem intermediários, como segue:

“O Assentamento será organizado através do sistema cooperativo de produção e a forma de exploração da área será coletiva. Se buscará obter rendimentos financeiros através da transformação da produção com a industrialização da agropecuária, sendo os tipos de exploração, comercialização e a distribuição de todas as atividades do Assentamento dirigidas pela Cooperativa” (INCRA, 1994, p. 35).

O desenvolvimento sócio-econômico do assentamento teria por base o Plano de Produção, parte integrante do Projeto, o qual viabilizaria recursos financeiros, para que de uma forma integrada atendesse as demais necessidades da família.

O Projeto pautava-se por ser economicamente viável e ecologicamente sustentável:

“Baseia-se na intervenção da realidade atual, em linhas de ações inter relacionadas que visam especificar, propor, organizar e dimensionar as atividades da produção agrícola, pecuária e Agroindustrial”. (idem, 1994, p.36).

Para viabilizar o assentamento, o Projeto vislumbrava o investimento em tecnologia para aumento da produção e produtividade e a verticalização da produção com implantação de agroindústria, o detalhamento aparece nos planos específicos, do qual cabe destacar:

O Plano de Produção tinha como diretrizes: exploração racional da área, incremento de tecnologias viáveis e adequadas por meio da mecanização, uso de sementes e mudas selecionadas, correção do solo para aumento da produtividade, melhoria da qualidade genética do rebanho e agregação de valor aos produtos agrícolas e pecuários por meio da agroindustrialização. Também previa um sistema de armazenamento dos produtos agrícolas, para um melhor controle da comercialização.

Com a agroindustrialização e a venda direta ao consumidor, eliminando a intermediação, os assentados vislumbravam conseguir melhores preços e, conseqüentemente,

alcançar uma renda maior por família. Para a comercialização também estava prevista a aquisição de um caminhão para o transporte da produção e o auxílio na colocação dos produtos nos grandes centros consumidores.

O Plano de produção agroindustrial previa:

- a) Beneficiamento de leite: Implantar uma unidade de beneficiamento de leite com capacidade de 3.367 l/dia, acoplada a uma sala de ordenha mecânica. A comercialização seria diretamente ao consumidor;
- b) Embutidos e defumados: seriam abatidos e processados uma quantia de 24 suínos/mês numa unidade com capacidade instalada de 35.560 kg/ano;
- c) Frango resfriado: o abate de frangos seria realizado na mesma unidade de abate dos suínos. O volume seria de 200 cabeças por semana. As aves abatidas seriam comercializadas no mercado municipal, entregues ao consumidor ou em pontos de vendas;
- d) Aguardente: implantação de um alambique de 300 litros/dia, visando obter um diferencial, destinando ao mercado local e regional;
- e) Açúcar mascavo: produção de 9.000 kg/ano, visando o mercado local e regional, com possibilidade de exportação.

Essas linhas presentes no Projeto definiram o direcionamento dos principais investimentos produtivos a serem realizados com os créditos oficiais, um ano depois. No entanto, a construção das estratégias de viabilização da COPAVI se dá com a combinação desses elementos e outros que surgiram ao longo da trajetória. Desses fatores internos e externos que influenciaram na implementação das estratégias, dois destacam-se:

- 1- Os recursos de investimentos, créditos e doações (a fundo perdido), para a construção de estruturas produtivas;
- 2- Desistência de algumas famílias, influenciando na disponibilidade de mão-de-obra.

A construção de estruturas obtidas com recurso a fundo perdido foi em grande medida direcionada pelas entidades doadoras e trouxe alguns transtornos. Nesse caso, pode-se exemplificar o centro comunitário (posteriormente “convertido” em fábrica de derivados de cana); o secador de bananas e a estrutura que seria destinada ao mercado, ambos atualmente utilizados para outras funções.

Quando se conseguiu o primeiro financiamento, em junho de 1994, o investimento inicial foi feito na pecuária leiteira, criando assim um novo setor na COPAVI, chamado de Pecuária. A produção de leite, inicialmente, destinava-se principalmente às crianças do próprio assentamento. Logo após foi construído um pequeno laticínio para pasteurizar e embalar o leite.

Em 1995, com o Procerá Teto II, todos os assentados integraram as quotas-partes (R\$ 7.500,00/fam). Esses recursos foram investidos na horticultura, na fruticultura, na pecuária de leite e na criação de aves que na época do Projeto já se encontravam parcialmente implantadas. O café adensado (não obtiveram sucesso) e o beneficiamento da cana-de-açúcar com a produção de rapadura e cachaça. Atividades todas previstas no Projeto de 1994, também receberam parte dos recursos.

No caso das hortaliças, mesmo que a produção reiniciada sem a hidroponia fosse uma atividade importante para a família, os assentados não pensaram em fazer o beneficiamento das hortaliças como processamento mínimo, descasque, etc.

Também foi construído um barracão próximo à cidade, com o objetivo de ser um mercado e também de fazer a comercialização da produção dos outros assentamentos da região. Contavam com a possibilidade de conseguirem crédito de capital de giro para colocar o mercado em funcionamento, que na época da construção existia uma conjuntura política favorável. Porém, segundo depoimentos após o término da construção não conseguiram tal crédito. A idéia não teve êxito e o barracão não está sendo usado. “*Se fosse perto poderia está sendo utilizado como centro social ou qualquer outra coisa*”, lamenta um assentado.

Segundo depoimentos, coletados para esta dissertação na pesquisa de campo, os estudos previstos no Projeto não foram realizados. Nem as análises de custos nem o planejamento em longo prazo. Ou seja, as análises realizadas nele (Projeto), ao longo da implantação, ou não foram levadas em consideração ou foram insuficientes para dar suporte à dinâmica do dia-a-dia da produção. Isso, somado ao fato de que os assentados tiveram na época, dificuldades de entender todo o processo, atribuído ao pouco estudo. Quando recebiam o dinheiro só pensavam em fazer mais e mais atividades sem pensar realmente na capacidade produtiva. A dinâmica do dia-a-dia foi apontando a necessidade de reavaliação do planejado e de definição de prioridades em face da diversidade de atividades apontada inicialmente. Parece

haver um problema de falta de definição de foco e de prioridade. Como as propostas do Projeto eram muito abrangentes o modelo previsto anteriormente, enfim, esgotava-se.

Foi então no período de 1997 a 1998, em função da desistência de algumas famílias, que foi realizado uma importante reforma interna na organização da cooperativa.

Pode-se dizer que, nesta época, o assentamento tomou um novo rumo. Passou-se a analisar qual atividade poderia dar mais retorno econômico, quais eram as capacidades e limitações da cooperativa quanto à mão-de-obra e infra-estrutura. E também foi dada mais importância à formação de seus membros, investindo na capacitação técnica produtiva, administrativa e financeira.

Foi identificado que um dos problemas na estratégia da época era o excesso de diversificação de atividades produtivas perante o tamanho da área, a quantidade de recursos para investimento e a capacidade administrativa dos assentados. Deram-se conta que a Cooperativa pôde sobreviver durante estes anos, apenas pelo volume de recursos recebido a fundo perdido e dos subsídios do PROCERA.

Nessa época iniciaram um intercâmbio de cooperação com uma Universidade da Espanha, a Universidade Politécnica da Catalunha, para um projeto de construção de um secador de frutas à energia solar⁵¹.

Também foi nesta época que novas famílias entraram na cooperativa, em substituição àquelas que haviam desistido anteriormente.

Mesmo com um maior aporte de mão-de-obra, foi decidido reduzir as atividades e centrar-se naquelas que traziam um maior retorno econômico ou que tinham maior possibilidade de comércio e de estocagem durante algum tempo, sem problema de perecibilidade.

A COPAVI adota o plano anual de safra como mecanismo básico de planejamento, iniciado na implantação do coletivo. O Projeto, mesmo com debilitações e passando por ajustes, é responsável pelo perfil atual da cooperativa. Por alguns anos o grupo conseguiu implementar um detalhado planejamento operacional que funcionou adequadamente, mas com a saída das famílias em 1997, tiveram que rever suas estratégias.

⁵¹ Um grupo de professores da Universidade veio ao Brasil para conhecer experiências de assentamentos do MST. Durante uma visita a Copavi surgiu a idéia de uma cooperação e intercâmbio de experiência entre o MST, a ONG do Campus de Terrassa (Grupo de Cooperação do Campus de Terrassa) e a Universidade Estadual de Maringá para trabalhar a questão da energia alternativa no Brasil. O resultado foi a construção de um secador de bananas a energia solar. A construção do equipamento durou pouco mais de dois anos, durante os quais várias equipes de engenheiros e estudantes vieram à cooperativa para desenvolver o projeto.

A produção é organizada conforme a capacidade de produção, capacidade de mão-de-obra, de matéria-prima e, sobretudo a demanda do mercado. A prioridade é a produção para o autoconsumo.

Já para comercialização o atual enfoque é o dos derivados de cana-de-açúcar: açúcar mascavo e aguardente, por conta destes produtos estarem dando um maior retorno econômico. No entanto, a capacidade de produção das unidades de beneficiamento está no limite. Estão realizando modificações e incorporando tecnologia para melhoria da qualidade dos produtos e ganhos de produtividade.

3.5.2- Estratégia Organizacional

A principal estratégia utilizada consubstanciou-se na criação e, até aqui, preservação da Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), que tem possibilitado a implementação e continuidade das demais estratégias.

A COPAVI é parte de uma proposta mais ampla, o cooperativismo de produção, com princípios definidos pelo MST/CONCRAB, conforme visto no capítulo anterior. A proposta de uma CPA para o assentamento foi fruto de um intenso processo de discussão entre os atores envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária na região e no Estado do Paraná. Com a implantação de uma CPA buscava-se certa especialização da mão-de-obra e a divisão do trabalho, mas principalmente a eliminação do atravessador via comercialização direta e a agregação de valor, sobretudo com a agroindustrialização.

A COPAVI é vinculada à CONCRAB por meio da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) e segue as orientações do MST nas suas linhas políticas, princípios e símbolos definidos em nível nacional, estadual e regional. Tem por objetivo, segundo o Regimento Interno:

- Ser uma cooperativa de produção, comercialização e industrialização, em vista de organizar o trabalho de seus sócios;
- Liberar mão-de-obra para contribuir no MST e seus setores de organização;

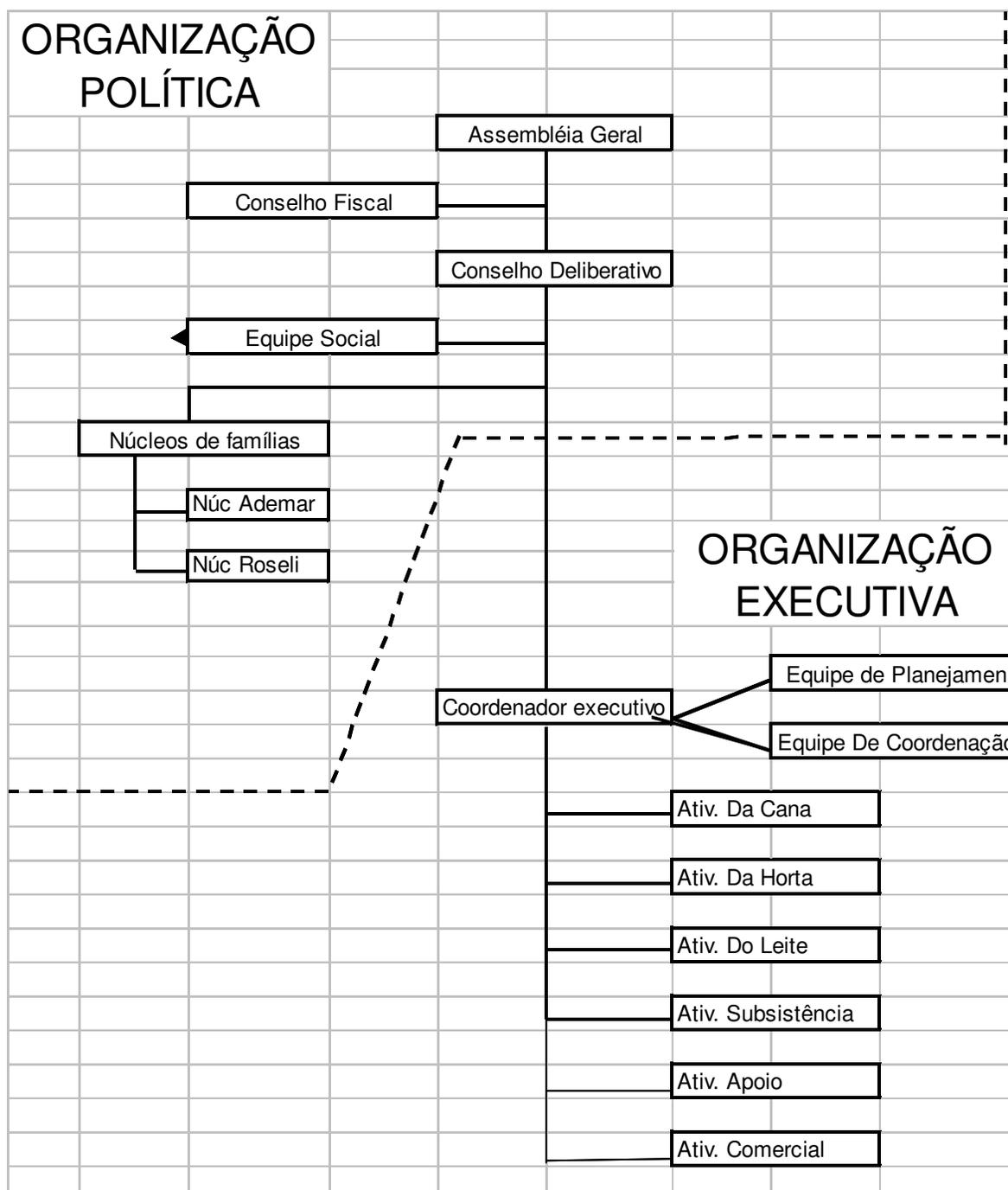
- Ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da Reforma Agrária e do interesse do seu quadro social;
- Dar exemplo através dos resultados econômicos e sociais de que, “a reforma agrária dá certo”;
- Buscar a especialização da mão-de-obra;
- Garantir a participação nas decisões, execução, controle e divisão das sobras através da gestão democrática.

Espera-se que a COPAVI, enquanto CPA atinja a duplos fins, já expostos no capítulo II: ser eficiente economicamente e, ser um instrumento de luta política. CONCRAB (1998).

Com essa finalidade, a COPAVI é organizada tendo como base as exigências da legislação de cooperativas vigentes no país e as necessidades apontadas no planejamento anual. São estes dois elementos que definem a estrutura organizacional da cooperativa. O que faz com que sua estrutura não seja rígida, mantendo o exigido na lei, podendo a Assembléia extinguir ou incluir mudanças no Regimento Interno que alterem a estrutura. Isso vem sendo realizado ao longo desses onze anos de assentamento e Cooperativa.

Atualmente, a cooperativa está organizada em dois pilares interrelacionados, o político e o administrativo, este último denominado executivo. Na parte da organização política, realizam-se as discussões e definem-se as estratégias; já na organização administrativa, executam-se as decisões tomadas na instância da organização política. Ambas se guiam pelo Regimento Interno e pelo Estatuto Social (vide anexo I).

Quadro 3.8: Organograma da COPAVI – Organização Política e executiva



Fonte: Arquivos da COPAVI

A instância máxima de decisão é a Assembleia Geral. É importante especificar que muitas das comunicações e algumas das decisões operacionais são tomadas após consulta aos

cooperados aproveitando-se do horário das refeições no refeitório coletivo existente na COPAVI. Logo abaixo estão o conselho fiscal e o conselho deliberativo. Subordinados ao conselho deliberativo, estão os núcleos de famílias e a organização executiva.

A assembléia geral, realizada ordinariamente a cada mês, é regida por um estatuto social. É nesse espaço que as principais decisões são tomadas, como por exemplo, a análise e aprovação da prestação de contas do grupo coletivo de produção. Nesta instância, aprova-se o balanço financeiro do ano anterior, elegem-se os coordenadores do conselho deliberativo e também se definem as linhas gerais de ações do ano (os planos anuais) e os planos de médio prazo. Todos os assentados participam, mas o direito a voto é somente dos cooperados que são os assentados e filhos maiores de 18 anos⁵².

O Conselho Fiscal é o responsável pela fiscalização do patrimônio e das decisões tomadas pelos demais setores da cooperativa; pelas conferências das horas trabalhadas e esclarecimento de dúvidas. (será tratado adiante o sistema de controle e remuneração do trabalho). É composto por seis pessoas, três efetivos e três suplentes, eleitos a cada três anos em assembléia geral.

O Conselho Deliberativo é formado pelo presidente, tesoureiro, secretário-geral, coordenador executivo e dois coordenadores dos núcleos das famílias. É essa instância que, de fato, faz a gestão do dia-a-dia da cooperativa e é, em grande parte, o centro formulador de muitas das propostas e análises submetidas e adotadas por todo o grupo de assentados. Nesse sentido tem como função analisar e adequar o planejamento dos setores, para manter o plano de trabalho das atividades, avaliar e encaminhar e dirigir os trabalhos, conforme decisão da assembléia, bem como garantir a unidade e a disciplina do grupo.

A direção legal (presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretário-geral), é eleita por voto secreto de todos os cooperados, por um período de três anos. A função da direção é a representação externa da cooperativa, tanto em questões econômicas quanto políticas e jurídicas, uma função mais burocrática. O Presidente “legal” é quem dirige e coordena as assembléias e as reuniões do conselho deliberativo.

⁵² Para ser cooperado é necessário ter no mínimo 18 anos de idade, cumprir alguns requisitos mínimos como ter contato com a agricultura, ter afinidades ideológicas com as linhas da cooperativa e do MST e ter no mínimo 04 meses de trabalho em caráter experimental na COPAVI (as horas não são contabilizadas para aumento de Capital Social.). Durante os quatro meses de trabalho em caráter experimental as famílias discutem no núcleo se aceitam ou não a família pretendente.

Ainda como parte da Organização Política, os núcleos de base têm por função assegurar o espaço para debates e questionamentos gerais da gestão estratégica e os aspectos sociais e políticos do coletivo. Os núcleos são organizados segundo a proximidade das moradias e são o espaço privilegiado de manifestação democrática sobre as questões gerais da COPAVI (o assentamento se confunde com a COPAVI e vice-versa). Neste espaço, discutem-se as prestações de contas mensais, as propostas de planejamento e de investimentos e avalia-se o andamento geral da cooperativa, especialmente em relação às questões políticas e de relacionamento interno. Os núcleos reuniam-se, no início, mensalmente, mas decidiu-se, em 2004, proceder as reuniões quinzenalmente, para assegurar maior tempo para discussões e possibilidade de interferir mais efetivamente na condução da Cooperativa.

A organização executiva é a instância responsável pela organização das atividades e a execução, e eventualmente as discussões, do processo de trabalho em si. As subdivisões desta instância, os chamados setores, discutem apenas questões relacionadas com a produção e a execução dos planos aprovados pela assembléia.

O Coordenador Executivo é o responsável direto pelas atividades produtivas, seja da produção primária, da agroindustrialização, das questões administrativas e comerciais. Esse tem como função contribuir para a elaboração e organização do planejamento dos trabalhos, garantir a integração e a harmonia entre as diferentes atividades, bem como servir de apoio aos coordenadores dos setores.

No ano de 2002, houve uma mudança mais significativa na organização: separaram-se as duas linhas, política e executiva, das atividades, que foram agrupadas por cadeias produtivas, como podem ser vistos nas atividades da cana-de-açúcar, do leite, etc. Inclui-se aí desde a produção de matérias-primas até a agroindustrialização e preparo para o comércio.

Antes, a produção primária e a agroindustrialização eram separadas. A decisão de agregá-las deu-se por uma necessidade maior de controle. E, segundo os assentados, esta organização é melhor porque quem estiver coordenando uma atividade terá a visão da cadeia produtiva como um todo, facilitando o planejamento e a continuidade das ações.

3.5.3- Planejamento do trabalho

A divisão do trabalho e a especialização constituem aspectos importantes para a forma de organização que a COPAVI tem utilizado. Ela se insere na idéia de que é necessária a formação de uma nova mentalidade, de uma nova ética no trabalho (BERGAMASCO E NORDER, 1996).

A execução das tarefas está organizada conforme mostra quadro 3.8 em seis setores, denominados de atividades. Os coordenadores de cada atividade encarregam-se de organizar a produção, controlando e organizando a mão-de-obra da atividade; requerendo materiais ou produtos à secretária com o orçamento prévio; anotando e repassando os dados de horas trabalhadas dos membros da atividade; analisando e avaliando o desempenho da atividade mensalmente e respondendo pelos equipamentos utilizados. Em reuniões semanais, busca-se a solução para os problemas que surgem diariamente, tendo em vista o atendimento da demanda do mercado.

A rotação de trabalho não é muito freqüente, mas é entendida como necessária. Pelo Regimento Interno, homens e mulheres devem trabalhar no mínimo 176 horas mensais, em casos normais.

Tabela 3.2: Quantidade média de horas/mês trabalhadas na COPAVI

Ano	Quantidade de trabalhadores	Quant. Média de hora/mês/trab.	Var. ano-ano da quant. de horas (%)
1994	54	114,38	-
1995	52	125,44	9,67
1996	51	122,13	-2,64
1997	36	180,02	47,40
1998	31	188,06	4,47
1999	29	210	11,67
2000	37	191,89	-8,62
2001	38	176,32	-8,11
2002	37	198,29	12,46

Fonte: Arquivos da COPAVI

Pela tabela, temos que, no período entre 1994 e 1999 o número de trabalhadores foi reduzido em 42%, por conta da saída de algumas famílias. No entanto, o número médio de horas por trabalhador fez um movimento inverso. A média de horas trabalhadas/mês por trabalhador, de 1994 a 1996, foi de 120, enquanto que, nos anos posteriores passou para 191, em média. Tendo em vista que a produção mantinha-se crescente durante o período, isso nos

leva a deduzir que as atividades previstas e os investimentos realizados foram mantidos graças à sobrecarga de trabalho sobre aqueles que permaneceram.

Todos os trabalhadores do assentamento, excluindo os adolescentes, recebem o mesmo valor por hora trabalhada, independente de ser ou não cooperado e do tipo de atividade realizada⁵³. Os adolescentes, dos 14 anos aos 17 anos, recebem 65% do valor das horas dos cooperados. A remuneração da hora para aqueles que têm entre 17 e 18 anos é de 85% do valor pago aos cooperados. Caso a quantidade de horas ultrapasse a 100horas/mês, receberão, pelas horas excedentes, o valor das horas dos cooperados. A partir dos 18 anos, eles podem ser cooperados.

Também não diferenciam de remuneração entre atividades administrativa e da lavoura. Esta norma foi colocada desde o início e é motivo de orgulho para todos.

O horário de trabalho é das 7 às 19 horas, com uma hora de intervalo para almoço. No Sábado o horário é das 7 às 11h30min.

Como alguns têm de trabalhar fora do horário normal de trabalho, nos finais de semana e nos feriados⁵⁴, estabeleceu-se nesses casos que a remuneração é 50% maior para cada hora trabalhada. Estão estabelecidos no Regimento Interno os casos de dispensa do trabalho. Não só nos casos de maternidade/paternidade, doenças da família e de parentes próximos, mas também é o cooperado dispensado do trabalho quando a família recebe parentes e amigos próximos⁵⁵. O direito a trinta dias anuais de férias, não remuneradas, é assegurado. A licença paternidade é de cinco dias, a maternidade, de sete meses.

Seguindo os métodos de incentivos, está sendo tentada, com assessoria de um profissional especializado, uma experiência de valoração com pontos, como forma de motivação. Nele todos os cooperados atribuem uma nota aos demais, seguindo três critérios: companheirismo, responsabilidade com o trabalho e responsabilidade perante o coletivo⁵⁶. Esse primeiro sistema causou alguns incômodos naquelas pessoas que receberam uma menor pontuação e, por isso, está sendo revisto e adequado. Estão discutindo o método mais

⁵³ Importante destacar que as mulheres são liberadas para o trabalho porque os filhos ficam na Creche e recebem o mesmo valor pelas horas trabalhadas. Os homens ajudam em algumas tarefas domésticas. As mulheres participam parcialmente das atividades produtivas apenas nos casos de doença dos filhos e de familiares próximo como pai e mãe. No geral, elas estão presentes em todos os setores e atividades. Seja aqueles voltados para a comercialização ou aqueles com importância relacionada ao autoconsumo.

⁵⁴ Os dias que serão considerados feriados são definidos em assembleias.

⁵⁵ Os cooperados têm direito: um dia útil e mais dois meio-dias de folga, quando receber visita (parentes ou amigos, se quiser), em concordância com os demais membros da atividade. COPAVI (2002)

⁵⁶ Aqueles que tiveram uma nota entre 5 a 6 foram considerados júnior, os que ficaram entre 7 e 8 foram considerados plenos e os demais de 9 a 10, de sênior. Aqueles que tiveram uma pontuação mais alta receberam um aumento das sobras em 10%.

detalhadamente nos núcleos de base, apesar de estarem conscientes, que levarão tempo e trabalho para chegar ao melhor método de valoração. Há consciência de que o aperfeiçoamento do método demandará tempo e muita reflexão.

Como discutido no capítulo II os conflitos fazem parte do mundo dos assentamentos, assim como as relações de poder, no entanto, durante o tempo de pesquisa de campo no assentamento não foi observado nem percebido nada além do que já foi relatado que pudesse ser aqui destacado e analisado com mais profundidade.

3.6- Estratégias de comercialização

Esta parte é dedicada a apresentar e analisar a questão da comercialização da produção do assentamento, ou em outras palavras, como a COPAVI está enfrentando os desafios da inserção mercantil dos seus produtos, destacando as estratégias adotadas.

Como já apontado, a COPAVI produz, industrializa e comercializa vários produtos, derivados de vegetal e animal com fins alimentícios, provenientes de cultivos ou criação, não havendo produtos de origem extrativista, seja vegetal ou mineral.

As estratégias de comercialização contemplam as seguintes formas de realização da venda da produção:

a) Venda direta ao consumidor porta-a-porta:

A venda direta ao consumidor, porta-a-porta, foi iniciada junto com a implantação do assentamento, com a venda de leite a granel (conhecido como canequinha). Somente a partir de 1996, o leite passou a ser ensacado e pasteurizado. Ao leite, somaram-se as hortaliças e depois o frango abatido e resfriado.

A COPAVI tem três linhas de entrega: 02 linhas na cidade de Paranacity e uma em Cruzeiro do Sul- PR. Faz entrega um dia sim e outro não, a cerca de 1000 famílias. O carro-chefe destas vendas é o leite pasteurizado tipo C, em sacos plásticos. Pratica dois preços pelo litro de leite: um à vista: R\$ 0,90 e outro, a prazo R\$ 0,95. O preço para vendas no atacado é de R\$ 0,80 por litro de leite.

Os clientes são na maioria trabalhadores bóias-frias, aposentados e desempregados. Há também funcionários públicos, bancários, professores, dentre outros. As linhas são realizadas, principalmente, na periferia da cidade, onde está localizada a maioria da clientela. São ruas, na

maioria, sem pavimentação e, algumas delas, de difícil acesso. A data de pagamento fica a critério do cliente, chegando alguns a demorarem até dois meses para pagar e, outros, que jamais pagam, originando um volume considerável de contas a receber. A inadimplência está em torno de 3% a 5% da receita total. Para fazer as entregas e realizar as vendas são duas pessoas por linhas, ambas do sexo masculino.

O motorista também faz o controle das vendas, marcando numa ficha por cliente, a quantidade de leite e o valor, em reais, das demais mercadorias. Ele também recebe o pagamento, daqueles que pagam à vista ou que efetuam o pagamento das contas pendentes (não há prazo fixo para pagamento, o mais comum é o mensal). A outra pessoa realiza a entrega das mercadorias e efetua a pesagem, quando necessário.

As entregas são realizadas com uma Kombi equipada com balança para pesagem das frutas, legumes e queijo. No início, usavam carroças e até carrinhos-de-mão.

Além da produção do assentamento (hortaliças diversas, leite, queijo, iogurte, pães, biscoitos diversos, rapadura, melado, doces diversos, cachaça) a pedido dos clientes, foram incluídos produtos que não são produzidos na cooperativa, como café, cebola, banana, batata-inglesa e ovos. Alguns destes produtos são provenientes de outros assentamentos, bem como são adquiridos de intermediários pela cooperativa.

Segundo análise realizada pela COPAVI, essa alternativa de comercialização está saturada. As dificuldades em expandi-la estão relacionadas com os custos de distribuição, pois apesar das cidades serem próximas, o volume das vendas realizadas nesse varejo não é muito grande, o que acaba fazendo com que os custos sejam elevados. A principal importância atribuída a este tipo de comércio está na manutenção de um relacionamento permanente com as famílias da cidade, que são, na maioria, da periferia.

b) Venda em feiras de produtores:

A COPAVI participa das feiras do produtor de Paranacity e Maringá. Além do retorno econômico, é uma forma de integração com os pequenos produtores da região.

Assim como constatado por LEITE, HEREDIA et al. (2004)⁵⁷, a venda nas feiras além de ser um canal de comercialização, permitiu e continua permitindo aos assentados se

⁵⁷Observações realizadas nos assentamentos no município de Hulha Negra, no Rio Grande do Sul.

afirmarem como produtores rurais, assinalando um ponto de mudança na relação destes com a sociedade local que num primeiro momento tendeu a recusá-los.

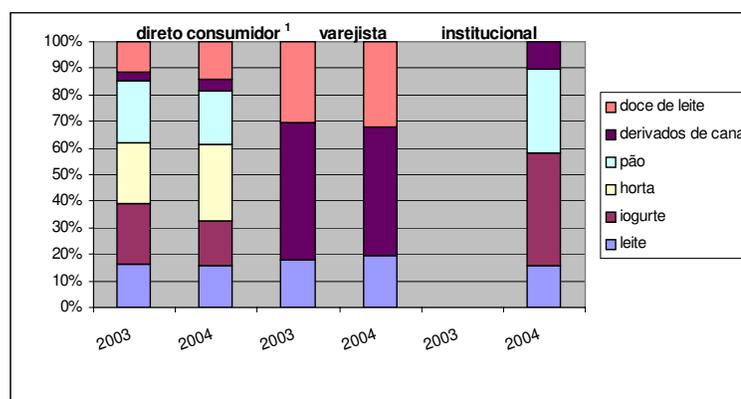
Participam também em eventos regionais, estaduais e até nacionais. Estes eventos são importantes para divulgação dos produtos para novos clientes, principalmente os varejistas.

c) vendas para varejistas

A venda para varejistas envolve mercados, casas de produtos naturais e intercooperação (mate e conservas de frutas) entre assentamentos e suas organizações. Este comércio está sendo intensificado e é visto como uma forma de expandir as vendas e conseguir um melhor retorno econômico.⁵⁸

Foi possível constatar que as características naturais e artesanais dos produtos da COPAVI são importantes, principalmente para as vendas varejistas e vendas institucionais⁵⁹. As vendas para os varejistas permitem ultrapassar a dimensão local, com os produtos podendo chegar a outras localidades ou consumidores delas advindos. Neste âmbito, ocorre o atendimento de consumidores geralmente mais exigentes e que buscam produtos diferenciados.

Gráfico 3.2: Principais canais de distribuição dos produtos da COPAVI em 2003 e 2004
(% dos valores em reais)



Fonte: Arquivos da COPAVI

⁵⁸ Sant'Ana et al (2003), ao discutir o papel das estratégias diferenciadas de comercialização, adotadas pelos assentados, em dois assentamentos rurais da região de Andradina-SP, verificou que mesmo de forma individual, as famílias praticavam uma comercialização diferenciada, como as feiras e vendas diretas aos supermercados e consumidor, representando uma forma importante de inserção destes produtores no mercado.

⁵⁹ "Gracias a la producción agro ecológica Copavi también vende al por mayor a ayuntamientos de los alrededores leche y rapadura como merienda escolar para las crianzas. Estos ayuntamientos tienen preferencia hacia esos productos naturales y también sobre los productores municipales o regionales" (Bizkarra & Astigarraga, 2002:70).

As vendas para varejistas, referidas no gráfico 3.2, são realizadas em padarias e supermercados. No caso do leite, as vendas são realizadas somente nas cidades de Paranacity e Cruzeiro do Sul.

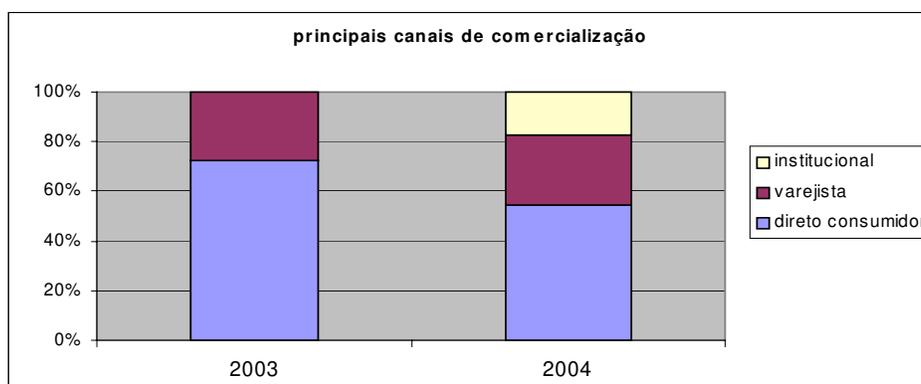
Verifica-se que na venda direta ao consumidor há uma maior variedade de produtos. No mercado varejista destacam-se os derivados de cana-de-açúcar (cachaça, açúcar mascavo, melado e rapadura) que representaram 85% e 75% das vendas ao varejo nos anos de 2003 e 2004, respectivamente.

Para efetivação e concretização desse canal de comercialização, tiveram de enfrentar a transição da informalidade, iniciada na época do acampamento, para uma atividade que se adequasse às normas do mercado formal em termos de padrões de higiene e sanidade; de padronização insumos; acondicionamentos; quantidade ofertada; frequência; legislação (sanitária, tributária, etc.); registros (instalações, dos produtos e dos rótulos); código de barra; padronização dos produtos, etc.

d) vendas institucionais

As vendas institucionais, por sua vez, iniciaram-se em 2004, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e já apresenta nesse ano (2005), como se vê no gráfico 3.3, participação significativa no volume total de vendas.

Gráfico 3.3: Participação dos canais de comercialização no volume total de vendas- 2003 e 2004 (em reais)



Fonte: pesquisa de campo

Esse canal é visto com expectativas pelos assentados. No entanto, eles manifestaram que estão cientes da instabilidade desse tipo de programa, e por isso precisam manter as diferentes estratégias.

Voltando as diferentes estratégias de comercialização, o carro-chefe das vendas da COPAVI é a venda do leite em saquinhos. Entregue de porta em porta, dia sim e outro não. Tal venda não sofreu grande impacto em virtude da mudança ocorrida na forma de comercialização do leite fluido, com a chegada do leite na caixinha, tipo “longa vida”, que favoreceu a concentração da venda do leite nas modernas redes de distribuição.

Nos rótulos dos produtos, a marca adotada é o próprio nome da cooperativa, COPAVI⁶⁰. Destaca-se o símbolo do MST e que são produtos da terra. Esses atributos embora não estejam submetidos a registros, ou seja, não se constitui em selo oficial são destacados no rótulo como um apelo de vendas. O selo registrado que está sendo incorporado aos rótulos é de certificação agroecológica, conseguido pela rede ECO VIDA. Também, procura-se associar os produtos a processos artesanais, e livres do uso de agrotóxicos. Assim, exploram a simpatia e solidariedade para com a reforma agrária e pelo MST.

A COPAVI até hoje procura diferenciar seus produtos em relação à origem⁶¹, destacando na embalagem tratar-se de produtos da reforma agrária, de assentamentos rurais. A diferenciação também é feita nas formas de cultivo, pela produção orgânica.

Apesar dos seus consumidores serem na maioria de baixa renda, bóias-frias principalmente, a COPAVI faz questão de manter e aprimorar os princípios agroecológicos dos seus produtos. Sabem os cooperados que com isso reduzirão os custos de produção e os riscos para a saúde daqueles que manipulam os agrotóxicos, bem como possibilitam a camadas mais pobres consumir alimentos de melhor qualidade. Além disso, abrem possibilidades de ampliar o mercado para os circuitos institucionais e mercados locais e regionais.

Enquanto que no tocante à produção agrícola a estratégia principal é a adoção de técnicas agroecológicas, conciliando quantidades destinadas ao autoconsumo com as destinadas para o mercado, nas estratégias de vendas busca-se explorar todas as possibilidades

⁶⁰ A marca é um dispositivo de mediação, utilizada na substituição ou na complementação de sinais de qualidade tradicionais submetidos a uma perda de validade ou credibilidade. Este enfraquecimento provém da industrialização das cadeias produtivas agro-alimentares. Ela serve para certificar que o produto respeita as regulamentações vigentes e que o produto está em conformidade com as alegações da empresa, também é um resumo de informação que fornece critérios simplificados de apreciação, de comparação e de escolha dos produtos. Valceschini (1995)

de realização: vendas diretas, vendas para varejistas, vendas institucionais, aproveitamento de nichos, etc.

3.7 - Estratégias de agregação de valor

A agregação de valor praticada pelo assentamento está alicerçada na organização da COPAVI, na diversificação das atividades agropecuária realizadas de forma agroecológica e na agroindustrialização associada à inserção mercantil. A agregação de valor, neste caso, acontece em todo o conjunto das atividades, da produção agropecuária à comercialização.

Neste tópico, destacaremos a implantação das unidades agroindustriais para o beneficiamento e processamento da produção agropecuária.

As exigências da legislação e dos consumidores impuseram investimentos em infraestruturas necessárias para a comercialização (embalagens, armazenamento, conservação) Como já apontada, a COPAVI instalou uma unidade de beneficiamento de leite (leite pasteurizado, queijos, iogurte); um abatedouro de aves e suínos (atualmente utilizado apenas para abate de animais para o autoconsumo); uma unidade de secagem de frutas (bananas); uma unidade de derivados de cana-de-açúcar (rapadura, melado, doces em geral, açúcar mascavo e aguardente) e uma padaria.

Ao longo desses anos, foram muitos os desafios enfrentados para alcançar o estágio atual. O Projeto não tratou essas dificuldades e dos problemas de maneira aprofundada, embora tenha apontado a necessidade de estudos complementares, os quais, contudo, não foram realizados.

A implantação e a gestão de agroindústrias exigem conhecimentos técnicos no âmbito de diversas especialidades da engenharia, da administração e da economia. Considerando-se que o conhecimento dos assentados em relação a estes temas é limitado, é evidente a necessidade de técnicos para auxiliá-los e assessorá-los. Isso é ainda mais perceptível quando se tem em conta as tendências mundiais em relação aos alimentos como exigências de qualidade; conservação ambiental; conveniência e praticidade; segurança dos alimentos, valor nutricional, etc.

⁶¹ A Lei no. 9.279, de 14 de Maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial, estabelece que se entende por denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devem exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais ou humanos.

A COPAVI procurou incorporar, através de um aprendizado empírico, a adequação a essas tendências, à medida que foi introduzindo na sua prática produtiva o processo agroecológico e a agroindustrialização com diversificação da oferta. Buscou ainda investir na melhoria da qualidade organoléptica e nas embalagens. Por exemplo, o leite que era vendido na canequinha, passou a ser pasteurizado, envasado e resfriado.

Na COPAVI, as matérias-primas⁶² são produzidas no próprio local. No caso do leite, por exemplo, a sala de ordenha está acoplada à usina de beneficiamento. Isso diminui o custo de transporte e as perdas relacionadas com a perecibilidade do leite.

Outro aspecto importante relacionado com as matérias-primas é a qualidade. Nesse sentido, a COPAVI tem concentrado esforços na obtenção de matéria-prima de boa qualidade, como as técnicas agroecológicas. Para tanto, tem sido fundamental o curto trajeto entre a obtenção do produto agropecuário e sua colocação, com ou sem processamento, na mesa do consumidor. A preocupação com a não contaminação dos alimentos tem sido destacada. Outro cuidado com as matérias-primas é quanto a sua sazonalidade, utilizando-se uma programação do plantio/produção, tendo em vista as possíveis demandas e, principalmente, a capacidade de produção das unidades e a área de terra para plantio. No caso da produção de derivados de cana-de-açúcar, por exemplo, há todo um planejamento para que não falte matéria-prima para produzi-los, assim também para os demais produtos.

No aspecto de formação especializada, os cooperados receberam e recebem assistência técnica e participam de cursos oferecidos pela CCA/PR e/ou CONCRAB. Tais cursos são relativos às diferentes atividades:

- Leite: produção de leite agroecológico, manutenção de laticínios, inseminação artificial, manejo de doenças de bovinos, etc.;
- Aves, bovinos e suínos: cursos gerais sobre manejo e sanidade desses animais; método Pastoreio Racional VOISIN, produção de derivados de leite (queijo, iogurte, etc.);
- Horta: curso de produção agroecológica;
- Cana-de-açúcar: curso de produção de açúcar mascavo, aguardente e rapadura;
- Setor de banana: capacitação com engenheiros da Catalunha;

⁶² A disponibilidade de matérias primas é um fator de extrema importância para o sucesso de uma agroindústria, principalmente no caso que o valor acrescentado por unidade vendida seja reduzido. Torna-se necessário, não só dispor de matérias-primas ao menor custo possível, como ainda rentabilizar ao máximo a instalação através da maior capacidade possível de transformação, cobrindo assim os custos fixos de funcionamento.

- Gerais: agroecologia, empreendedor rural, gestão, comercialização,

Os assentados realizam quase que continuamente cursos de gestão ministrados pelo SEBRAE, por órgãos estaduais e outros.

Além dessa diversidade de cursos, é importante destacar as trocas realizadas na região e no Estado, uma vez que existe uma articulação das cooperativas em torno da CCA-PR. A COPAVI conta também com o apoio de ONGs que promovem intercâmbios e troca de experiências e contribuem para o planejamento.

A escolha da tecnologia a ser adotada na COPAVI passa pela ponderação de diversos fatores de natureza qualitativa ou quantitativa, quais sejam, o capital necessário às imobilizações e o seu período de recuperação; as previsões de vendas; a disponibilidade e o custo de mão-de-obra; a garantia de abastecimento de matéria-prima e o grau de complexidade de gestão inerente ao processo. Na COPAVI, além da limitação de capital para investimentos e para giro; há limitação de mão-de-obra, pois um dos princípios estabelecidos para as CPAs é a não contratação de mão-de-obra externa⁶³.

A capacidade instalada das unidades de beneficiamento da COPAVI está menor do que a demanda pelos produtos. A unidade de beneficiamento de cana-de-açúcar está passando por readequação com a instalação de vapor em todos os tachos evaporizadores (aumentando a produtividade) e mecanização do transporte dos fluidos⁶⁴. A expectativa dos cooperados é de também expandir a capacidade do laticínio, que ainda não foi feita por falta de recursos para investimentos. As instalações que estão subutilizadas são: o abatedouro de suínos e aves⁶⁵ e o secador de frutas.

Já no caso do secador de frutas (bananas), como houve frustração na plantação e nas vendas deste produto, o secador não está sendo utilizado. Na estrutura está funcionando a padaria, já que a produção de panifícios estava sendo realizada de forma improvisada em parte da unidade de beneficiamento de cana-de-açúcar e a produção de doce de leite. Os assentados querem fazer um estudo para que possam melhor aproveitar aquela unidade, tendo em vista a razoabilidade do dimensionamento da instalação e, conseqüentemente, o volume de investimento, face à disponibilidade de capital, a capacidade organizativa e a viabilidade do projeto no conjunto.

⁶³ A carência da mão-de-obra está sendo superada com a incorporação de novas famílias ao assentamento.

⁶⁴ Esta operação era realizada manualmente, com o auxílio de baldes, além de tempo despendido, havia problema de segurança do trabalho.

⁶⁵ Como a criação de animais está voltada ao autoconsumo o abatedouro é utilizado eventualmente.

Quadro 3.9: Agroindústrias: capacidade, situação atual, principais produtos:

Descrição	Capacidade	Principais produtos
01 abatedouro de aves e suínos	1700 aves/mês	Aves resfriadas
01 unidade beneficiamento de cana-de-açúcar	400 litros/hora de extração de caldo de cana	Aguardente, rapadura, melado e açúcar mascavo.
01 unidade de secagem de frutas	Funcionando Padaria e produção de doce de leite.	Pães, biscoitos e doces de leite.
01 Laticínio	Pasteurização: 500 l/hora; Queijo: 100 kg/dia; Iogurte: 150 l/batelada	Leite pasteurizado tipo C, iogurte e queijo: minas frescal e mussarela.
Padaria	-	Pães, cucas, biscoitos diversos.

Fonte: Pesquisa de campo

A gestão das atividades é realizada, na COPAVI, por cadeias produtivas que incluem as agroindústrias. Os controles de cunho mais geral, contabilidade, custos, etc., são realizados pelo setor de administração, com o auxílio de um sistema de controle denominado ACANT⁶⁶. Quanto ao controle de qualidade, não há um rigor ou laboratórios de análises físico-químicas e/ou microbiológicos, entretanto há facilidade de controlar a origem das matérias-primas, por conta da coordenação das atividades ao longo das cadeias produtivas e da proximidade das atividades.

Outro entrave a ser destacado é a adequação à legislação (tributária, ambiental, sanitária). A legislação sanitária para processamento de alimentos, por exemplo, está desenhada para as atividades de grande escala, o que causou muitas dificuldades à COPAVI para regularizar sua situação perante os órgãos competentes. Atualmente, todas as unidades e os produtos comercializados, aquelas especificadas por lei, são regularizados.

Foi graças à construção das agroindústrias que se pôde dar continuidade e intensificar as vendas da COPAVI, principalmente àquelas realizadas diretamente ao consumidor.

⁶⁶ Software para contabilidade de empresa agrícola.

Quadro 3.10: Valor agregado à produção agropecuária da COPAVI

Matéria Prima (MP)	Receita hipotética toda venda da MP	Derivados	Receita Bruta da venda dos derivados	“Valor agregado” *
Cana-de-açúcar	R\$ 33.800,00**	Rapadura Açúcar mascavo Melado Aguardente	R\$ 79.698,00	R\$ 45.898,00
Leite	R\$ 27.900,00***	Leite C Queijo Iogurte Doce de leite	R\$ 180.870,00	R\$ 152.970,00

Fonte: Pesquisa de campo

*Estamos utilizando a noção de movimentação de recursos monetários, pois não foi considerado o preço dos insumos no cálculo desse valor. Ano referência: 2004.

** A Produção média anual de cana-de-açúcar é de 1,3 mil toneladas e o preço in natura praticado na região é R\$ 26,00/ton.

*** Produção de 155 mil litros de leite anual, preço médio na região é de R\$ 0,40/litro.

Como se vê, a agregação de valor, considerada como a movimentação de dinheiro graças ao beneficiamento/processamento da matéria prima, realizada na COPAVI, é expressiva. Para a cana-de-açúcar é de 57,5% e para o leite de 84,5%.

A agregação de valor permite aos assentados um fluxo regular de renda a partir da combinação e planejamento das vendas desses produtos.

O dilema existente é proveniente da combinação dessas duas atividades com as demandas do mercado. Atualmente, por exemplo, o mercado está demandando uma quantidade de 40 toneladas/mês de açúcar mascavo e a COPAVI está produzindo em torno de 12 mil ton/mês. Para alcançar as 40 ton/mês, na indústria, precisaria apenas trocar a moenda por uma de maior produtividade. Entretanto teria que ampliar a produção de matéria-prima (atualmente é de 24 hectares/ano, produtividade de 55 a 60 toneladas/hectares) e isso significaria avançar na área de pastagens do gado, pois não há possibilidade de comprar cana-de-açúcar porque há um monopólio por parte da usina na região, além do mais precisaria investir em estrutura de transporte e ter capital de giro para compra.

A ampliação da área de cana-de-açúcar sobre a área de pastagem é descartada pelo risco que se apresenta da área voltar a ser uma monocultura de cana-de-açúcar, como outrora, e também pelo risco de haver queda da demanda e do preço do açúcar mascavo. Além do

mais, a agregação de valor do leite é expressiva e o leite Tipo C é carro chefe das vendas no varejo. A opção da compra do leite in natura também é descartada tendo em vista os pontos já mencionados para cana e a garantia da qualidade do leite com a produção própria agroecológica.

Dessa forma, com muitas dificuldades e limites, a COPAVI tem tentando manter suas principais estratégias que são a diversificação da produção e a agregação de valor.

3.8- Renda e condições de vida

Como a COPAVI tem um caráter coletivo, todos primam pelo desenvolvimento de todos. Quem mora no assentamento tem de cumprir as normas internas de funcionamento estabelecidas no Regimento Interno. Apesar das diferenças entre os cooperados, existe um objetivo comum e quando surgem problemas mais sérios de relacionamento, eles são discutidos nos núcleos das famílias. Há também uma equipe que trabalha as questões sociais da cooperativa e recebe reforço de um psicanalista da CONCRAB.

Na tabela 3.9, mostramos a evolução das sobras monetárias distribuídas às famílias, que passou de R\$ 17.879,00 em 1994 a R\$ 99.500,00 em 2004. O Valor por trabalhador/mês, que era em 1994 de R\$ 27, 59, em 2004 foi, em média, de R\$ 218,20. A distribuição de sobras tem correspondido em média a 17% da receita total no período 1994-2004.

Tabela 3.3.- Receita total da COPAVI, média de trabalhadores, sobras distribuídas e valor da hora trabalhada – 1994 a 2004.

Ano	Receita total (R\$)	Nº. médio de trabalhadores.	Sobras distribuídas (R\$)	Valor/trabalhador (R\$)	Hora trabalhada (R\$)
1994	81.700,00	54	17.879,00	331,09	0,24
1995	106.535,60	52	12.188,00	234,38	0,16
1996	145.359,00	51	27.819,00	545,47	0,37
1997	197.479,00	36	28.117,00	781,03	0,36
1998	213.761,00	31	32.286,00	1.041,48	0,46
1999	257.482,00	29	36.567,00	1.260,93	0,50
2000	271.944,00	37	40.000,00	1.081,08	0,47
2001	282.596,00	38	50.000,00	1.315,79	0,62
2002	299.300,00	37	59.250,00	1.601,35	0,67
2003	461.374,00	39	80.725,00	2.069,87	0,91
2004	459.900,00	38	99.500,00	2.618,42	1,09

Fonte: Arquivos da COPAVI

Somando-se à renda monetária, cada família recebe leite, carne, hortaliças e outros alimentos da produção do assentamento, em quantidade suficiente para o consumo. A quantidade recebida é de acordo com o tamanho da família. Estima-se que o autoconsumo representa 45% do que a família recebe de sobras monetárias mensais.

Este ano (2005) está sendo distribuído entre os cooperados o valor de dez mil reais por mês, como adiantamento das sobras. Fazendo uma conta simples, visto que são 20 famílias, tem-se uma média de R\$500,00 mensais/família, de adiantamento de sobras. No balanço anual com o acerto de sobras, cada família recebe uma média mensal de R\$100,00. Considerando essa média de sobra monetária mensal, o autoconsumo (fora o almoço e café) está em torno de R\$ 225, 00 família/mês. O que daria em torno de R\$ 825,00 de renda familiar mensal.

Na COPAVI, a remuneração do trabalho se dá por hora trabalhada. Essa foi a forma encontrada para fazer a distribuição das sobras. O valor da hora trabalhada evoluiu de R\$ 0, 24 centavos de real para R\$1,09 no período entre 1994 e 2004, conforme indica tabela acima.

Quadro 3.11: Comparativo da renda dos cooperados da COPAVI com o salário mínimo do Brasil e os rendimentos dos domicílios rurais do Paraná.

Valor do salário mínimo no Brasil	300,00 - (R\$ de 2005)
Rendimento monetário e não monetário médio mensal familiar (rendimentos do trabalho) dos domicílios rurais no Brasil*	466,28 - (R\$ de 2003)
Renda média mensal da PEA, domicílio urbano no Paraná**	654,00 - (R\$ de 2002)
Rendimento médio mensal da PEA, domicílio rural no Paraná**	287,00 - (R\$ de 2002)
Renda per capita média de Paracity – PR***	217,00 - (R\$ de 2000)
Estimativa de rendimentos das famílias do assentamento****	
Renda monetária mensal-----500,00	
Valor autoconsumo----- 225,00	
Acertos de sobras-----100,00	825,00 - (R\$ de2005)

* Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares – 2003

** IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2002

*** PNUD-Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000

**** Pesquisa de campo - 2005

Ainda, a título de comparação, em 2003, no Paraná das 18,79% das pessoas de 10 anos ou mais de idades, economicamente ativas nos domicílios rurais, na semana de referência da pesquisa, 6,21% não tinha rendimento e 10,45% recebia até três salários mínimos. Apenas 2,04% recebiam mais de três salários mínimos. (IGBE, 2003).

Comparando a renda do assentamento com os dados apresentados na página 45 da renda familiar dos assentamentos rurais tem-se: Considerando o valor do salário mínimo de

2005 de R\$ 300,00, teríamos para 2005 o valor de 2,75 salário mínimo em média por família do assentamento Santa Maria. A última pesquisa realizada na safra 98/99 aponta uma renda de 2,06 salários mínimos. Portanto constata-se uma diferença, não muito significativa de 0,69 salários mínimos mês/família, mas devido a diferenças de safra, metodologia de coleta de dados de renda, não se pode ir muito longe em termos comparativos.

Além da terra e da renda, as famílias conquistaram ao longo desses anos, outros direitos e ganhos, dispostos a seguir⁶⁷:

- Cada família tem um lote de terra de 450 metros quadrados para construir suas casas, o restante da terra é de propriedade coletiva. Toda a terra está em nome da cooperativa. Quando as famílias resolvem deixar o assentamento, não podem vender nem a terra nem os bens da cooperativa.
- As moradias são de alvenaria, algumas sem revestimento (nem mesmo reboco) e em estado precário de conservação, têm água potável e energia elétrica. Os banheiros com sanitários são localizados dentro da casa, com fossa negra. A casa pertence ao assentado que, de acordo com suas possibilidades, vai melhorando-a e ampliando-a. Seis casas pertencem à cooperativa, que as comprou na ocasião da saída das famílias, outras seis, que tinham suas casas em piores condições, entraram em um Programa do Governo Federal e estão construindo novas casas.
- Em geral, todas as famílias possuem aparelhos eletrodomésticos como rádios, geladeiras, televisão e máquina de lavar roupa.
- O almoço e o café da manhã acontecem no refeitório coletivo para todos os moradores do assentamento. No refeitório coletivo o almoço é pago mediante a quantidade consumida por cada pessoa, como num *self service*, onde as pessoas se servem e o peso é anotado, sendo o valor posteriormente deduzido do valor das sobras. As verduras e sobremesas são colocadas à parte e podem ser servidas à vontade, não entram na dedução. O controle das refeições é feito a fim de efetuar o desconto referente à remuneração de cada cooperado. Os valores descontados referentes às refeições (café e almoço) representam em torno de 10% do valor das

⁶⁷ O lazer, apesar de ser uma preocupação, não está pensado de forma organizada como as atividades produtivas (a prioridade de investimento em estruturas sempre foram nas produtivas), está restrito a algumas partidas de futebol masculino. Eles exibem os vários troféus ganhos nos torneios municipais e regionais. Lembra um assentado, “*isso foi nos primeiros anos de assentados, agora estamos só jogando de vez em quando*”. As mulheres assistem aos jogos e os jovens se organizam para participar em diversos eventos na cidade de Paranacity.

sobras mensais das famílias. O objetivo do restaurante é a liberação de mão-de-obra familiar, principalmente das mulheres, para as atividades produtivas. Esse espaço também acaba sendo importante para comunicados e discussões breves acerca de questões internas da Cooperativa ou mesmo para repasse de informes externos.

- Energia e alimentos adquiridos fora são pagos pelos cooperados. Pelos produtos industrializados da COPAVI, arcam apenas com os custos.
- Somente uma família possui carro particular, mas os outros podem utilizar os veículos da Cooperativa para as viagens, quando serão cobradas taxas variáveis de utilização do veículo dependendo do motivo e da distância da viagem.⁶⁸
- Descansos de 30 dias por ano e algumas outras folgas que no caso se fossem um assentamento individual não conseguiriam ter.
- Conquistaram também um patrimônio de bens de produção no valor estimado em R\$ 520.000,00. Dos créditos contraídos para instalação dessa estrutura produtiva falta pagar aproximadamente R\$ 320.000,00 em 16 anos, uma média de R\$ 20 mil anual.

Um outro aspecto relacionado com as condições de vida do assentamento levantado no trabalho de campo, foi a escolaridade e a faixa etária do assentamento. A tabela 3.4 mostra a composição etária das pessoas do assentamento.

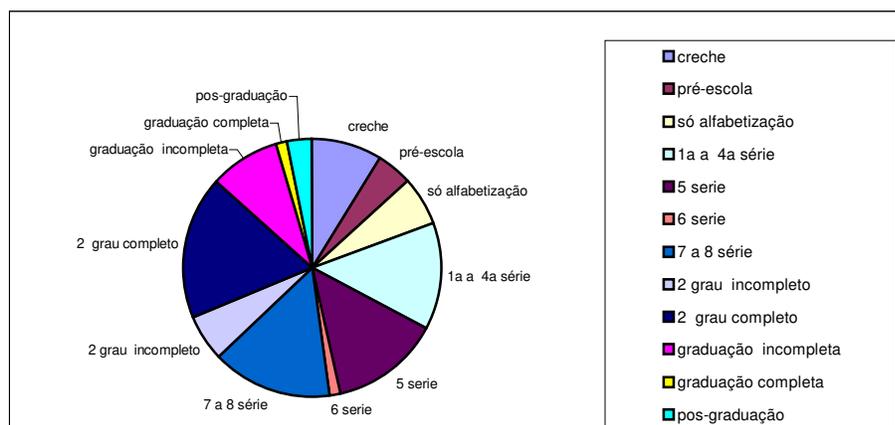
Tabela 3.4: Idade da População do Assentamento Santa Maria – 1994 e 2005

Faixa etária	1994 (%)	2005 (%)
0 a 14	37,9	38,8
15 a 25	32,91	14,9
26 a 35	14,00	16,4
36 a 42	15,19	17,9
43 a 50	0	4,5
51 a 65	0	4,5
Mais de 65	0	3

Fonte: INCRA, 1994 e Pesquisa de campo.

⁶⁸ a) em casos de doenças comprovadamente necessárias ou por morte de parente de primeiro grau, os usuários pagam somente as despesas de combustível, pedágio e outras pequenas manutenções da viagem, caso necessário; b) nos demais casos, pagarão os custos da viagem e mais uma taxa de manutenção única, a qual terá seu valor definido pelo Conselho Deliberativo que variará de acordo com o veículo e o motivo da viagem. c) Nas viagens de passeio e lazer (distância for superior a 150 km da área da COPAVI) e viagens que necessite de deslocar veículo das atividades da cooperativa é necessário avisar o responsável e só será permitida se o veículo estiver ocioso e em condições mecânicas para viajar.

Gráfico 3.4: Escolaridade dos habitantes do Assentamento Santa Maria



Fonte: Pesquisa de campo

Em 2005, seis crianças (8,9% dos habitantes do assentamento), com idade entre 1 e 4 anos freqüentam a creche da cidade de Paranacity.

Quase todos os assentados começaram a estudar ou concluíram grau escolar no assentamento, trabalhando de dia e estudando à noite. Em 1994, toda a população em idade escolar freqüentava a escola na sede do município, inclusive os adultos, no período noturno. No momento, todas as pessoas moradoras do assentamento são alfabetizadas não existindo nenhum analfabeto.

23,8% iniciaram o segundo grau, e destes, 18% já concluíram. Três pessoas têm graduação completa, dois são agrônomos e uma pedagoga. Dessas, dois tem pós-graduação, inclusive mestrado em agronomia. Seis pessoas têm faculdade incompleta, sendo que dois pararam no meio e quatro estão cursando. Metade dos que estão cursando, faz cursos normais, nas faculdades da região e os outros dois fazem os cursos organizados pelo MST em parcerias com Universidades e o INCRA/MDA. Ou seja, 13,4% dos habitantes do assentamento possuem graduação completa ou incompleta.

Comparando os dados de escolaridade com os números do município, observa-se que em 1991 e em 2000 o percentual da população analfabeta do município era de 30,2% e 16,9%, respectivamente. PNUD (2003)

Apesar das conquistas e benefícios, algumas famílias desistiram, umas por não terem retorno econômico e outras por não se sentirem bem no coletivo.

GUMIEIRO (1999), em 1999 fez uma análise das desistências das famílias associadas na COPAVI e apontou como principais motivos e questões a serem respondidas e superadas

no coletivo, as seguintes hipóteses: 1- os ganhos alcançados pela organização produtiva não têm sido revertidos em ganhos financeiros para os cooperados. A fase que se encontravam os assentados era de subsistência. 2- falta de clareza dos objetivos individuais perante os objetivos do coletivo; 3- centralismo na tomada de algumas decisões; 4- desconhecimentos dos sócios das estruturas gerenciais e contábeis da cooperativa que gerou algumas desconfianças; 5- sentimento de não ser dono; 6- falta de preparação para conhecer a estrutura da cooperativa de produção que é muito complexa.

No caso de saída, decide-se em assembléia geral (ou pelo conselho deliberativo) a forma e o prazo de devolução da cota-parte, não tendo o desistente direito a terra ou a qualquer outro bem patrimonial da cooperativa.

Nas entrevistas foi relatado que nos últimos três anos nenhuma família desistiu, fato atribuído ao resultado do trabalho do psicanalista da CONCRAB. Ao referir-se a este assunto, uma assentada lamenta não terem feito este trabalho antes:

“Se as famílias que saíram estivessem aqui hoje, elas não iam mais desistir” (assentada, pesquisa de campo).

Constatou-se que 50% das famílias permaneceram na COPAVI desde época da ocupação e fundação do assentamento.

Nos questionários havia duas perguntas sobre a satisfação dos assentados sobre a sua situação atual. O questionário foi respondido por um representante de cada família, o homem ou a mulher, ou ambos, conforme a disponibilidade de horário.

A primeira pergunta era sobre a situação atual em relação à vida anterior ao assentamento. As opções dadas foram: melhorou, permaneceu a mesma e piorou. 100% dos entrevistados responderam que a vida depois do assentamento melhorou, faziam questão de enfatizar que “melhorou e muito”.

A Segunda pergunta foi sobre o grau de satisfação em relação à situação atual. As opções eram: insatisfeito, pouco satisfeito, satisfeito, muito satisfeito. As respostas dos entrevistados/a foram:

- 10% responderam pouco satisfeitos;
- 80% estavam satisfeitos;
- e os outros 10% responderam muito satisfeito.

Alguns daqueles/as que responderam satisfeitos destacavam que querem melhorar que não pode acomodar-se, que a insatisfação é própria do ser humano. E apontaram que necessitam de melhorias nas moradias, no lazer, por exemplo.

3.9 - A relação do assentamento com a luta política: O contexto da resistência e da luta pela terra.

Todas as famílias do assentamento se dizem parte do MST. Quando vieram para o assentamento, já pertenciam a este movimento, e continuam participando das reuniões, encontros, jornadas de lutas, dos setores, ou seja, da sua dinâmica orgânica, buscam manter internamente a mística e a formação político-ideológica do MST.

O MST, dentro de uma visão global da situação da pequena produção/campesina, apresenta a proposição de que a cooperação não é a solução para os problemas agrícolas existentes no Brasil, mas que é o caminho para uma maior resistência ao sistema capitalista⁶⁹.

A COPAVI libera alguns de seus cooperados das tarefas e responsabilidades da cooperativa para dedicarem todo o seu tempo ao trabalho da militância do MST, seja na organização dos outros assentamentos, na formação nos núcleos de base, seja na organização dos sem terra para novas ocupações (o Setor da Frente de Massa), etc.

Atualmente, os membros da COPAVI participam de alguns espaços institucionais, como os conselhos municipais de agricultura, saúde, etc. Há inclusive um cooperado, conhecido como Sacola, que está no segundo mandato de vereador, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e ele é também o atual presidente da Câmara Municipal de Paranacity. É uma coligação do PT com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Porém, antes de se lançar candidato, teve que passar pela aprovação da Assembléia da COPAVI e, a sua escolha, foi em função dele já ter participado da direção estadual do MST e ser muito conhecido na cidade, por ser trabalhador, por ser um dos que faziam as linhas do comércio. Foi uma decisão, que procurou levar em consideração a firmeza ideológica, ter sido membro da direção estadual do MST, e as condições reais de ganhar a eleição.⁷⁰

⁶⁹ Nos objetivos sócio-políticos do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) aparece como primeiro “ser uma forma de resistência ao capitalismo: não Ter a ilusão que organizando economicamente os assentamentos conseguiremos nos libertar da exploração capitalista, por isto devemos continuar lutando”. CONCRAB (1998)

⁷⁰ Referindo-se a Sergipe, Lopes (2000) citado por Leite, Heredia et al (2004), mostrou como a criação dos assentamentos, no geral, não altera o quadro de troca de votos por pequenos favores. Muito pelo contrário, torna-se um campo importante para isso, dada a precariedade dos recém-chegados. Contudo, esse autor considera que a presença de assentados ocupando espaços de decisão no poder municipal (especialmente câmara de vereadores), anteriormente de acesso quase exclusivo aos membros das oligarquias locais, constitui em si um

No caso de Paranacity, a Eleição de Sacola para a Câmara Municipal foi considerada ao mesmo tempo a primeira vitória do PT e do MST na cidade.

Nestes espaços institucionais, os assentados estão sempre identificados como MST. A participação neles garantiu, inclusive, uma série de investimentos para a cooperativa, como por exemplo, os relativos ao Programa Paraná 12 meses.

A comunidade local que em princípio tinha rejeições e discriminava as famílias, acabou aceitando, reconhecendo o trabalho, o exemplo e a dedicação das famílias do assentamento.

A Feira dos Produtores, realizada em Paranacity, facilita a relação com os pequenos produtores do município. No entanto, por conta da difamação dos meios de comunicação, há aqueles que têm receio do MST e acham que os sem terra de Paranacity são diferentes dos demais, comenta um assentado (entrevistas).

Essa situação confirma a análise apontada que:

“Embora haja claras indicações de um progressivo reconhecimento dos assentados (ex-sem-terra) e da importância dos assentamentos, em todos os municípios pesquisados esta questão parece continuar dividindo a opinião pública, sendo constantemente objeto de disputa política, e os assentados precisam estar permanentemente conquistando e consolidando este reconhecimento”. (LEITE, HEREDIA et al., 2004, p.139).

A COPAVI tem diversos contatos com organizações não-governamentais do Brasil e o exterior. Tem apoio da ASSESSOAR, da AGROSOL e participa da rede ECO VIDA, uma rede de certificação agroecológica. Em nível internacional, os apoios giram em torno de intercâmbio de experiências cooperativas as com a Universidade de Mondragón, da Fundação Mundukide e o Instituto de Cooperativismo Lanki. A cooperativa tem também um convênio com o Grupo de Cooperação do Campus de Terrassa (GCCT). Este grupo financiou projetos referentes a atividades de agroindústria, construção de viveiros para produção de mudas de árvores nativas, aquecedores de água solar e um secador de frutas solar que recebeu o Prêmio Internacional de Inovação Tecnológica do ano de 2000, entregue pela Asociación de Ingenieros de Cataluña⁷¹.

avanço provocado pela formação dos assentamentos rurais, independentemente dos partidos pelos quais foram eleitos, das ligações que possam ter com os grupos políticos dominantes e de representarem de fato interesses dos assentados ou de adotarem práticas assistencialistas.

⁷¹ O prêmio foi no valor de dez mil dólares, porque contemplava os três conceitos básicos exigidos pelos critérios de seleção do concurso: compromisso social, sustentabilidade e desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação central desse trabalho foi perceber a trajetória das famílias do Santa Maria, na conquista, por meio de uma ocupação do MST, de uma área de apenas 256 hectares de monocultura de cana-de-açúcar numa região de latifúndios, passando pela implantação do assentamento até a face atual que é a de gerar desta terra, de forma permanente, meios para nela permanecer dignamente.

Para tanto, abordou-se no primeiro capítulo a política fundiária, a política agrícola e a luta pela terra no Brasil contemporâneo. As facetas da história das famílias do assentamento Santa Maria, da ocupação à resistência para ali permanecer, está dentro desse contexto da luta pela terra e da política fundiária dos anos 90 no Brasil, assim como as dificuldades e os obstáculos encontrados para permanecer no assentamento, estão diretamente relacionados com a política agrícola e a conjuntura política do país. Pois, assim como a conquista da terra é muito importante para as famílias, após o acesso se faz necessário política agrícola que ajude a pequena produção.

Partindo desse ponto, fez-se no segundo capítulo uma leitura da situação dos assentamentos rurais no Brasil pós 1985, enfatizando os aspectos relacionados com a produção, renda, agregação de valor e comercialização com a política de implantação de assentamentos. Constatou-se a importância destes não só para as famílias diretamente beneficiadas, mas também para as regiões onde foram implantados. Os assentamentos são resultados da conquista dos trabalhadores, mas, fazem-se importantes as políticas públicas específicas que apoiem o desenvolvimento dessas áreas.

Nesse sentido, o caso tem importância por dois aspectos principais:

1- Uma área monocultivada passou a apresentar diversidade produtiva e, permitiu além da agregação de valor a “agregação” de pessoas; pois antes era inabitada e agora são 68 pessoas que ali vivem.

2- Uma pequena área gera uma renda média de R\$ 825,00 mensais por família, numa área que antes apenas havia um proprietário.

Algumas constatações contribuíram para entender o processo desenvolvido por essas famílias no decorrer da história:

O marco inicial das estratégias adotadas no assentamento foi a fundação da Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), denominada COPAVI. A organização não tem um fim em si mesmo, é um instrumento para viabilização das conquistas sociais e econômicas. A estrutura organizativa está sempre sendo revista, adequada, de acordo com as necessidades a partir da avaliação dos associados.

A COPAVI tem uma boa gestão administrativa, forma de gestão autogestionária, e conseguiu viabilizar o assentamento do ponto de vista organizacional porque que tem como princípios e suporte a própria organização do MST. Contou também como o apoio de entidades apoiadoras da luta dos sem terra no Brasil, como a Igreja Católica e ONGs nacionais e internacionais.

A prática administrativa tem uma lógica própria das CPAs na forma em que foram concebidas e permite a manutenção da Cooperativa e conseqüentemente do assentamento.

Há uma integração entre decisões e ações, práticas agrícolas, agroindustriais administrativas e organizacionais.

Apesar de funcionar como uma empresa, seus fins estão associados à satisfação das necessidades das pessoas como um todo e nesse aspecto ocorre uma combinação de atividades mercantis e não mercantis.

A agregação de valor praticada pelo assentamento está alicerçada na organização da COPAVI, na diversificação das atividades agropecuárias realizadas de forma agroecológica e na agroindustrialização associada à inserção mercantil. Acontece, portanto, em todo o conjunto das atividades, da produção agropecuária à comercialização;

Foi graças à construção das agroindústrias que se pôde dar continuidade e intensificar as vendas da COPAVI, principalmente aquelas realizadas diretamente ao consumidor.

Por fim, vale destacar a importância das políticas públicas da reforma agrária como créditos, infra-estrutura, capacitação e assistência técnica, fundamentais para implementar e consolidar os assentamentos rurais. Na COPAVI, essas políticas e mais especificamente o crédito do PROCERA teto I e II tiveram papel decisivo.

Porém, no meio das dificuldades e desafios postos, pode-se apontar que o ponto forte da COPAVI está na sua persistente e consistente organização interna. Aponta-se também como potencialidades, a relação direta entre agricultura e agroindústria; o conhecimento e o

contato direto com os clientes; a agroindústria menos processadora e mais preservadora e, a incorporação de valor agregado na atividade agrícola dentro da propriedade rural.

Não obstante a precariedade dos recursos com que contavam, foi possível desde o início a produção de alimentos suficientes para suprir as necessidades do consumo familiar.

Apesar dos erros iniciais, o êxito tem sido gradual. Persistência, unidade, organização e apoio do MST/CONCRAB, são os elementos que deram sustentação à continuidade do Projeto, inicialmente proposto.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNIASSI, M.H.R. 15 Anos de assentamentos de trabalhadores rurais no estado de São Paulo: O Caso Família Pereira. In: Bergamasco, S.M.P, Aubrée, M, Ferrante, V.L.S.B, (orgs). **Dinâmicas Familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

BELIK, W. **Muito além da porteira**. Campinas: Unicamp, 2001.

BERGAMASCO, S.M.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: Medeiros *et al.* **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. 329p.

BERGAMASCO, S.M.P., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense. (Coleção primeiros passos; 301). 1996. 87p.

BERGAMASCO, S.M. P.P., NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 191p.

BENEDETTI, A. Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. In: Leite, S. Medeiros, L. S., (orgs.) *et al.* **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308p

BLEIL, S.I. **Les politiques neoliberales et l'insecurite alimentaire: Les strategies de production, de commercialisation et consommation dans les assentamentos du Paraná**. Paris, 2000 (mimeo).

BIZKARRA, L. U., ASTIGARRAGA, M.Z. **Copavi, Cooperativa de produção Agropecuária Vitória LTDA.: Análisis de la realidad productiva de Copavi**. Mondragon Unibertsitatea, 2002 (mimeo).

BRANDÃO, C.R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed. 1ª. Reimpressão, 2000

CARMO, M.S. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. In: Bergamasco, S.M.P, Aubrée, M, Ferrante, V.L.S.B, (orgs). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: Feagri/Unicamp; Araraquara-SP: Uniara; São Paulo:Incra, 2003.

CAROLINA, M. A.F. DE S. *et al.* Perspectivas para uma atuação competitiva das pequenas empresas no contexto econômico atual. In: **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/RedeSist/Relume-Dumará, 2003. 556p.

CARVALHO, H.M. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba. 2002 (mimeo)

CASTRO, M.H., Carvalho. M.E., Velasco, L.O.M. Reforma agrária: um estudo preliminar. **Reforma Agrária**, v.18, n.1, p----- abr./jul. 1988.

CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. 2ªed. Caderno de Cooperação. Nº5. São Paulo. 1998.

COPA VI. **Regimento Interno**. Paracity. 2002 (mimeo).

CHRISTOFFOLI, P.I. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo**: limites e possibilidades. Dissertação (Mestrado em administração) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

DELGADO, G. A **Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. Caderno de debate Nº 1, p. 21-85. São Paulo: Incra, 2005.

FABRINI, JOÃO, E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem terra**. (coleção Thésis). Cascavel: EDINIOESTE, 2003. 275p.

FAO/PNUD/MARA. **Principais indicadores sócio-econômico dos assentamentos de reforma agrária**. Versão resumida do relatório final do projeto BRA 87/022. Brasília: FAO/MARA, 1992. 24 p.

FERREIRA, B. Estratégia de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal. In. Medeiros *et al.* (org). **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994. 329p.

GAZETA MERCANTIL. **Lavouras do PR foram devastadas há 30**. Disponível em: www.gazeta mercantil.com.br, acesso: em abril de 2005.

GOMES DA SILVA, J.G. **Caindo por Terra**: crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987. 228p.

GÓMEZ, J.R.M. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: Uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. Dissertação (Mestrado em geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

GOODMAN, D.E., Sorj, B e Wilkinson, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.5, n. 4, p.31-6, out./dez. 1985.

GOVERNO do ESTADO do PARANÁ. Disponível em: www.parana.gov.br, acesso maio/2005.

GREMPPEL, M. B. **Os assentamentos rurais coletivos do noroeste do Paraná e a participação da mulher nos processos de luta**. Dissertação (mestrado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2000.

GUMIERO, A. **Uma análise das desistências das famílias associadas na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. – COPAVI**. Monografia - Universidade de Brasília, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J (coord). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 240p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp. 1998. 211p.

HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R., LEITE, S.P. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, Rio de Janeiro, abr. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Censo agropecuário 1995**. Disponível em: www.ibge.gov.br, acesso em março/2005.

INCRA/FAO. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar** (Versão Preliminar). Brasília: INCRA, 1994.

INCRA/CRUB/UNB. I Censo da Reforma Agrária no Brasil. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP. v. 11, n.31,p. 7-49, set/dez., 1997.

INCRA/Governo do Estado do Paraná. **Projeto de Viabilidade sócio-econômico do projeto de Assentamento Santa Maria**. Paranacity, ago/1994 (mimeo).

INCRA. **Um Instrumento de Governo para a Execução da Reforma Agrária**. Brasília. 1999.

IPARDES. **Cadernos Estatísticos: Município de Paranacity**. Disponível em www.ipardes.gov.br, acesso em abril de 2006.

KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, G. *et al.* (org.). **Agricultura e políticas públicas**. (Relatório, nº127), Brasília: IPEA, 1990.

LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. (Estudos NEAD, nº6). Brasília: MDA/INCRA/NEAD/Ed. Unesp. 2004. 392p.

LEITE, S. MEDEIROS, L. S. (orgs.) *et al.* **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308p.

LOPES, E. S.A. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local**: dimensões econômicas, sócio-políticas e redes sociais no campo sergipano. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MAGALHÃES, S.B. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará (p: 247-294) *In*: Martins, J.S. (coord). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR/NEAD, 2003. 294p.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. p. 121-3,1979.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA. n.3, p. 3- 44, jun., 1990.

MALUF, R. S. **Liberalização comercial e os mercados de produtos agroalimentares para a agricultura familiar**. Rio de Janeiro: ÁGORA-FIDA/CPDA/UFRRJ, 2000. 72p.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil** – perspectivas de inserção, obstáculos e instrumentos de política. Versão preliminar. Rio de Janeiro, 2001 (mimeo).

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil**: História e atualidade da luta pela terra. (Coleção Brasil Urgente). São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, L. S et LEITE, S. (org). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MEDEIROS, J.X., WILKINSON, J., LIMA, D. M. A. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. *In*: LIMA, D.M.A, Wilkinson, John, (orgs). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. 399p.

NEVES, D. P. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 4) Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, A.U. O campo brasileiro no final dos anos 80. *In*: **A Questão Agrária Hoje**. Stédile. J.P. (org). 3ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PAULILO, M. I.S. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. *In*: ROMEIRO, A.R. et al. (org). **Reforma Agrária: Produção, emprego e renda**. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

PETTAN, K.B. **Análise comparativa da competitividade das agroindústrias familiares isoladas e em rede: O caso do Centro-Oeste catarinense**. Dissertação (Mestrado em

Ciências Agrárias) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PINTO, L.C.G. Política agrária em Brasil: reflexiones sobre una experiencia inoperante. In: REYDON, B *et al* (orgs). **Mercado Y Políticas de tierras**. Campinas: FAO/UNICAMP, 1996.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Brasília, 2003.

RAMOS, P. Agricultura e (sub) desenvolvimento: aspectos teóricos e elementos para uma reinterpretação do caso brasileiro. In: **Reforma Agrária**, n.1, v. 28/29, p.77-96, jan./ago., 1999.

RAMOS, P. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira. In: **Caderno de Debate** nº1, p. 87-125. São Paulo: INCRA, 2005.

REZENDE, G.C. & GOLDIN, I. **A agricultura Brasileira na Década de 80**, Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

REZENDE, G. C. **“Política de preços mínimos na década de 90: dos velhos aos novos instrumentos”**. Rio de Janeiro: (texto para discussão 740), jul., 2000.

ROMANO, J.O. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: Medeiros *et al.*(org). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

ROMEIRO, A.R., BUAINAIN, A. M. **Ainda Sobre a Reforma Agrária**. Disponível em: www.eco.unicamp.br, acesso fev/2005.

ROMEIRO, A.R. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária. In: Romeiro, A.R *et al.* (org). **Reforma Agrária: Produção, emprego e renda**. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANT’ANA *et al.* Estratégias de comercialização e geração de renda em dois assentamentos da região de Andradina (SP) In: Bergamasco, S.M.P, Aubrée, M, Ferrante, V.L.S.B, (orgs). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, p. 241-274, 2003.

STÉDILE, J.P. A questão agrária e o socialismo. In: **A Questão Agrária Hoje**. Stédile. J.P. (org). 3ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.

SILVA, C.A.B., CÉSAR, A.S. A viabilidade da agroindústria familiar: as taxas de mortalidade são elevadas, a despeito do potencial de agregação de valor à produção primária. *In: Revista de Agronegócio da FGV*, p. 43-45, fev., 2004.

STÉDILE, J.P. Notas sobre os 40 anos do Estatuto da Terra. *In: A Questão Agrária no Brasil - Programas de reforma agrária: 1946-2003*. Stédile. J.P. (org). São Paulo: Expressão Popular. v.3, p.145-155, 2005.

VALCESCHINI, E. Entreprises et pouvoirs publics face à la qualité. Les produits agro-alimentaires dans le marché européen. In: Gilles, Alliere; Boyer, Robert. **La grande Transformation de L'agriculture. Lectures conventionnalistes et regulationnistes**. Éditeurs: Paris: INRA/Economica, p.54-72, 1995.

VILELA, M.U., WILKINSON, J. A. Confederação das cooperativas de reforma agrária e a inovação agroindustrial. *In: Lima, D.M.A, Wilkinson, J (orgs). Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo 15, p. 215-225, 2002.

ZAMBERLAM, J. Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos. *In: Medeiros et al. (org). Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

ZIMMERMANN, N.C. Os desafios da Organização interna de um assentamento rural. *In. Medeiros et al. (org). Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

WANDERLEY. M.N.B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste) *In: Martins, J.S. (coord). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/PGDR/NEAD, p. 203-246, 2003.

ANEXOS

ANEXO I

Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI. Paranacity - Pr

Capitulo I : DENOMINAÇÃO, SEDE E NATUREZA

Art. 1º - A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda, com sigla COPAVI, regem-se por este estatuto e pelas disposições legais vigentes, tendo:

- a) Sede e administração na cidade de Paranacity Estado do Paraná e foro jurídico na Comarca de Paranacity – Pr.
- b) Área de ação no município de Paranacity –Pr.
- c) O ano social da cooperativa será correspondente de janeiro a dezembro de cada ano. A sociedade tem prazo indeterminado de funcionamento.
- d) Todo o trabalho na cooperativa é coletivo, se caracterizando pela distribuição das atividades em setores de produção, onde cada sócio possui uma atividade específica.

Capitulo II: DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A sociedade Cooperativa que reúne os pequenos agricultores a ela associados, terá por objetivo principal o desenvolvimento da produção agropecuária, devendo desenvolver as seguintes atividades para consecução dos seus objetivos:

- a) Coordenar a produção agropecuária em áreas próprias da Cooperativa;
- b) Compra e venda de insumos e produtos agrícolas;
- c) Desenvolver a mecanização agrícola;
- d) Garantir transporte dos bens e produtos;
- e) Implantar sistemas de agroindústrias nos produtos de interesses da sociedade;
- f) Realizar operações de repasse de crédito ou vendas a prazo de atendimentos aos sócios;
- g) Prestação de serviços relacionados com o bem estar de cada sócio;
- h) Buscar assistência técnica;
- i) Buscar capacitação técnica dos sócios;
- j) Comercialização de bens de consumo das famílias;

Art. 3º - A cooperativa poderá utilizar terras dos sócios ou arrendar terras de terceiros, bem como possuir terras próprias para alcançar seus objetivos. Poderá receber doação dos direitos dos sócios.

Art. 4º - A cooperativa promoverá convênios com outras cooperativas, entidades ou organismos públicos para melhor consecução dos seus objetivos.

Art. 5º - A cooperativa apoiará as iniciativas relacionadas com a promoção e a realização da reforma agrária.

Capitulo III: DOS SÓCIOS

Art. 6º - Poderá ingressar na cooperativa toda pessoa acima de 18 anos, que residir na área de atuação, e comprovar possibilidades de contribuir para os objetivos da cooperativa.

Art. 7º - O ingresso será solicitado mediante inscrição abonada por três sócios e encaminhada à diretoria três meses antes da data da assembléia geral, que submeterá o pedido à apreciação da assembléia.

Art. 8º - São direitos dos sócios:

- a) Participar de todas as assembléias gerais, votar e ser votado em qualquer processo decisório;
- b) Exigir dos organismos administrativos, informações sobre atividades da cooperativa;
- c) Participar das atividades da cooperativa;
- d) Demitir-se da cooperativa quando lhe convier;

Art. 9º - São deveres dos sócios:

- a) Subscrever as cotas-parte que lhe correspondem, contribuir com as taxas de serviços e encargos sociais, determinados pelo regimento interno;
- b) Cumprir os estatutos sociais e participar de todas as assembléias gerais da cooperativa;
- c) Participar na produção agropecuária, prestação de serviços e atividades gerais da cooperativa, pertinentes aos seus objetivos;
- d) Zelar pelo bom funcionamento da cooperativa;

Art. 10º - O sócio responde subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa em face de terceiros até o valor da cota capital por ele subscrito.

Art. 11º - A saída do sócio da cooperativa ocorrerá quando;

- a) For solicitado pelos sócios;
- b) Por morte da pessoa;
- c) Por deixar de atender os requisitos estatutários de ingresso e permanência na cooperativa;
- d) Por incapacidade civil;

Art. 12º - Nos casos de saída do sócio, assembléia geral decidirá a forma e prazo de devolução de cotas-parte, conforme parecer dos órgãos de administração e de acordo com o regimento interno.

Art. 13º - A participação do sócio em atividade produtiva ou prestação de serviços na cooperativa não gera vínculo empregatício, sendo que a produção é coletiva.

Capitulo IV: DO CAPITAL

Art. 14º - O Capital Social mínimo da sociedade será de Cr\$ 144.000.000, 00 (Cento e quarenta e quatro milhões de cruzeiros), divididos em cotas-parte a serem subscritas pelos sócios fundadores.

Art.15º - O valor da cota-parte será de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros).

Art. 16º - Cada sócio deverá subscrever no mínimo cinco cotas-parte.

§ 1º - O sócio poderá integralizar a cota-parte em moeda ou correspondente em produtos ou bens.

Art. 17º - A sociedade cooperativa poderá receber doações em dinheiro ou bens para melhor consecução dos seus objetivos, de pessoas físicas e jurídicas ou entidades ou organismos públicos.

Capitulo V: DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 18º - A Assembléia geral é órgão máximo da sociedade, podendo liberar sobre todas as questões relativas a sociedade, respeitando os estatutos e leis.

Art. 19º - Realizar-se-á uma assembléia geral em março, que deliberará sobre os seguintes assuntos:

- a) Prestação de contas anual;
- b) Destinação dos fundos e sobras ou prejuízos;
- c) Avaliação das atividades em geral;
- d) Plano de atividades para o ano;

e) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Art. 20° - Realizar-se-á sempre que necessário uma assembléia geral extraordinária, que poderá deliberar sobre qualquer assunto do interesse da sociedade, desde que mencione no edital de convocação.

Art. 21° - As Assembléias gerais extraordinárias serão convocadas mediante aviso público de fácil acesso aos sócios com prazo mínimo de 48 horas de antecedência, por uma das seguintes formas:

- a) Pela diretoria;
- b) Pelo Conselho Fiscal;
- c) Por abaixo-assinado com 35 % (trinta e cinco por cento) dos sócios em dia;

Art. 22° - O quorum mínimo para instalação da assembléia geral será de:

- a) Dois terços dos sócios em dia, em primeira convocação, no local e hora marcados;
- b) Metade mais um dos sócios, quinze minutos após a primeira convocação.

Art. 23° - O funcionamento das assembléias gerais seguirá as seguintes normas:

- a) Serão presididas pelo Presidente ou Vice-Presidente da cooperativa ou no impedimento destes por alguém eleito em assembléia;
- b) Todas as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes e no caso de mudança de estatuto por 2/3 dos presentes;
- c) A votação deverá ser secreta, sempre que cinco dos presentes solicitar, para qualquer assunto;
- d) Quando se tratar de assunto que envolve interesses particulares da diretoria, ou de algum sócio, os envolvidos não poderão votar.

Art. 24° - Para qualquer processo decisório, cada sócio terá direito a um voto apenas.

Art. 25° - Compete à assembléia geral a decisão sobre a venda de bens, móveis e imóveis de grande valor. A compra e venda de bens de pequeno valor ficam na competência de cada setor, com autorização da diretoria da cooperativa.

Capítulo VI: DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 26° - A cooperativa será administrada por uma diretoria de 5 membros, composto por Presidente e Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro, e Vice-Tesoureiro.

Art. 27º - Os membros da diretoria deverão estar em gozo de seus direitos na cooperativa e terão um mandato de 3 anos, podendo ser renovado, por um período apenas no mesmo cargo.

Art. 28º - A cada eleição deve-se renovar no mínimo três diretores entre os cinco.

Art. 29º - Compete à diretoria decidir, encaminhar e zelar coletivamente por todos os rumos a atividades da cooperativa.

§ 1º - A diretoria estabelecerá sua sistemática e periodicidade de reuniões.

§ 2º - Nenhum componente de cargo receberá salário ou terá vínculo empregatício com a cooperativa,

Art. 30º - Compete ao presidente da cooperativa:

- a) Responder social, política e judicialmente pela cooperativa;
- b) Assinar cheques e movimentar contas em conjunto com o tesoureiro;
- c) Dirigir as assembléias e reuniões de diretoria;

Art. 31º - Compete ao vice-presidente, substituir o Presidente em caso de impedimento deste.

Art. 32º - Compete ao Secretário Geral zelar pelos livros e atas administrativos da Cooperativa.

Art. 33º - Compete ao tesoureiro zelar pela ordem financeira e contábil da cooperativa e movimentar as contas bancárias e recursos em conjunto com o presidente.

Art. 34º - Compete ao vice-tesoureiro, substituir o tesoureiro em caso de impedimentos deste.

Art. 35º - Compete, ainda a diretoria coletiva:

- a) Convocar as assembléias gerais;
- b) Prestar contas de todas as atividades econômicas e financeiras da cooperativa;
- c) Garantir seu funcionamento para consecução dos seus objetivos;
- d) Realizar convênios, acordos com outras entidades e organismos;
- e) Contratar operações de todo o tipo com agências bancárias;
- f) Contratar e demitir funcionários;
- g) Propor à assembléia um regimento interno para regular as normas de trabalho, produção, prestação de serviços e organizar o funcionamento interno da cooperativa;
- h) Propor à assembléia, sanções, punições ou penalidades a sócios;
- i) Indicar a assembléia proposta de admissão e saída dos sócios;

- j) Zelar pelo cumprimento do estatuto e do regimento interno;
- k) Contratar assessoria técnica para consecução dos seus objetivos;

Art. 36° - Ao início de cada gestão a diretoria deverá elaborar um plano de ação para o período, envolvendo todas as atividades da cooperativa, a qual deverá ser submetido à aprovação da próxima assembléia.

Capítulo VII: DO CONSELHO FISCAL

Art. 37° - A administração da sociedade será fiscalizada por um conselho fiscal composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos em assembléia geral, na mesma data da eleição da diretoria, com mandato de 3 anos podendo ser reeleito apenas 1/3 dos seus componentes.

Art. 38° - Compete ao conselho fiscal estabelecer uma sistemática de trabalho que permita a fiscalização das contas e atividades da administração.

Art. 39° - O conselho fiscal poderá contratar auditoria externa, caso assim achar necessário para cumprimento de suas atividades.

Art. 40° - O conselho fiscal apresentará seu relatório e parecer na assembléia geral ordinária de cada ano ou quando solicitado por no mínimo 10 sócios.

Art. 41° - Não poderá haver grau de parentesco de primeiro grau nos membros da diretoria entre si e com os membros do conselho fiscal.

Art. 42° - Em caso de omissão do conselho fiscal, 50 % dos sócios poderão contratar auditoria externa as expensas da cooperativa, mediante abaixo-assinado em documento para esse fim e decidido em assembléia.

Capítulo VIII: DAS ELEIÇÕES:

Art. 43° - Todo sócio em dia com suas obrigações poderá concorrer a qualquer cargo eletivo da sociedade.

Art. 44° - As eleições serão realizadas durante a assembléia geral ordinária que coincide o final da gestão de 3 anos.

Art. 45° - Apresentar-se-ão chapas distintas para os cargos da diretoria e para o conselho fiscal.

Art. 46º - Haverá votação secreta para cada um dos dois organismos e serão proclamadas eleitas as chapas que obtiverem a metade mais um dos votos dos presentes votantes.

§ 1º - Em caso de existência de várias chapas e não conseguir a votação necessária repetir-se-ão as inscrições de chapas e votação quantas vezes forem necessárias para garantir a votação mínima exigida.

Art. 47º – Qualquer membro da assembléia poderá impugnar nomes das chapas baseando-se nas disposições legais do estatuto e nesse caso o nome deverá ser substituído sem prejuízo da chapa, desde que a impugnação seja solicitada até 15 dias após a publicação da chapa.

Art. 48º – Quando houver mais de um terço dos cargos da diretoria vagos, por saída dos sócios, efetuar-se-á a eleição de seus substitutos na próxima assembléia geral para cumprir mandato. Abaixo desse percentual assumirá o vice.

Capitulo IX: DOS FUNDOS E SOBRAS

Art.49º – Serão constituídos os seguintes fundos recolhidos a partir das sobras líquidas anuais:

- a) 10% (dez por cento) para FUNDO DE RESERVA DE CAPITAL, destinando a reparar prejuízos ou atender necessidades do desenvolvimento;
- b) 5% (cinco por cento) para fundos de assistência técnica, educacional e social, destinado à assistência dos sócios;
- c) 30% (trinta por cento) para fundo de investimento, sendo destinado a investimentos na cooperativa para alcançar os seus objetivos;
- d) 20% (vinte por cento) para aumento do capital social.

Art. 50º – O saldo das sobras descontados os percentuais anteriores, será distribuído entre os sócios.

Art.51º – O rateio do saldo das sobras entre os sócios será feito pelo critério da proporcionalidade da participação de cada sócio nas operações e serviços da cooperativa.

Art. 52º - Em caso de existência de prejuízos, a assembléia geral deverá decidir sobre recorrer no fundo de reservas ou alienação de alguns bens ou contribuição especial dos sócios.

Capitulo X: DOS LIVROS

Art. 53º - A cooperativa deverá ter os seguintes livros:

- a) Livro de registro dos sócios;
- b) Ata de assembleias gerais;
- c) Atas da diretoria;
- d) Atas do Conselho Fiscal;
- e) Livro de presença dos sócios nas assembleias;
- f) Todos os livros e registros contábeis e fiscais, estabelecidas por lei.

Capitulo XI: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54º - A sociedade poderá dissolver-se por deliberação da assembleia geral extraordinária convocada para este fim desde que o número de sócios contrários à dissolução seja menor que o exigido por lei para funcionamento da sociedade.

Art. 55º - Os fundos que determinam os estatutos serão indivisíveis entre os sócios em caso de liquidação da sociedade.

Art.56º - A cooperativa contribuirá com 1% (um por cento) das sobras anuais para fundo de apoio à reforma agrária, na Associação Nacional de Cooperação Agrícola, ANCA.

Art. 57º - A cooperativa poderá associar-se ou filiar-se a outras centrais cooperativas ou sociedade que busque os mesmos objetivos a que se propõem.

Art. 58º - Os casos omissos desse estatuto serão resolvidos de acordo com a lei pela assembleia geral.

Art. 59º - O presente estatuto entra em vigor imediatamente após sua aprovação na assembleia geral.

APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário Família

QUESTIONÁRIO FAMÍLIA

Data:Local.....
 Nome do entrevistado.....
 Cargo na COPAVI (se ocupa).....

1. Qual local de origem da família ? município/estado.....
2. Característica e educação

Nº.	Nome	Idade	sexo	cor	Escolaridade	Freq. escola
0						

- Sexo: 1- Masculino; 2- feminino
- Cor: 1- Branca; 2- preta; 3- amarela; 4- parda
- Frequenta escola: 1- sim; 2- Não
- Escolaridade: 1- Não está em idade escolar; 2- analfabeto; 3- sabe ler e escrever; 4- educação para jovens e adultos; ; 5 – ensino fundamental (1^a a 4^a); 6- ensino fundamental (5^a a 8^a) 7-ensino técnico completo; 8- ensino técnico incompleto; 9- ensino médio (1^o a 3^o série) completo; 10- ensino médio (1^o a 3^o série) incompleto; 11- superior completo; 12- superior incompleto; 13- pós-graduação

3. Bens de consumo durável: geladeira, fogão, televisão, carro

1-() geladeira; 2- () televisão; 3- () carro

4. moradia. 1- () própria; 2- () da cooperativa

Tipo de casas % : 1- () alvenaria; () ; () madeira ; () mista ; () outro Estado de conservação: () condições precárias; () boa; () excelente

5. Existe banheiro

1- () Não () Sim- fora de casa () sim- dentro de casa
--

6. Renda proveniente das atividades do assentamento e de outras fontes

Tipo	Frequência	Valor estimado	
Adiantamento de sobras			
Sobras			
Bolsa família			
Pensão/aposentadoria			
Vale-gás			
Remessa de parentes			
Trabalho fora do assentamento			
Outras: _____			

Frequência: 1- semanal; 2- quinzenal; 3- mensal; 4- bimestral; 7- anual; 8- eventual

Valor estimado: 1- < 1 SM; 2- 1 SM; 3- 2- 4 SM; 4- > que 4 SM

7. Cursos de capacitação

Quem fez	Cursos	quantidade	Ano

Quem fez: 1- Homem; 2- mulher; 3- filhos

Cursos: 1- processamento; 2- comercialização; 3- gestão; 4- outros (especificar)

8. Situação atual em relação à sua vida anterior ao assentamento

() melhorou () a mesma () piorou

9. Grau de satisfação da sua situação atual

() insatisfeito; () pouco satisfeito; () satisfeito; () muito satisfeito
--

Apêndice 2: Dados levantados e observados:

Dados levantados e observados:

Características gerais do assentamento e da região

1. Portaria de Criação e data
2. Área total do PA
3. Capacidade de Assentamento do PA
4. Área de preservação permanente e de reserva legal
5. Fase do PA para o INCRA: Implantado ou consolidado
6. Quadro natural (fertilidade dos solos, relevo, localização, água, dimensão)
7. Tempo de acesso à sede do município e forma de acesso
8. existência de outros assentamentos na vizinhança. Distância dos mais próximos
9. característica da região
10. histórico da região onde se localiza e os conflitos que deram origem ao PA
11. condições de ocupação, produção, relações sociais e políticas pré-existentes na área da fazenda, agora o PA

organização no assentamento

12. Atores do processo produtivo? (homens, mulheres, jovens)
13. Tomada de decisão: participação da mulher.
14. Concepção de cooperação agrícola
15. Plano estratégico formulado na implantação do coletivo
16. Representação e delegação de poder

Atividade econômica no assentamento

17. Fatores centrais que afetam o desenvolvimento das famílias: quadro natural (fertilidade dos solos, relevo, localização, água, dimensão), infra-estrutura produtiva (armazéns, máquinas e equipamentos, instalações, agroindústrias), sistema de produção adotado, crédito, assistência técnica e o acesso em relação aos serviços básicos, como educação, saúde e moradia.

Uso do solo

Porcentagem da área útil do PA não ocupada com produção agrícola e ou pecuária e reserva legal.

Acesso ao crédito agrícola e outros

18. Crédito: A obtenção do crédito de custeio para safra. Fonte
19. Crédito infra-estrutura (importância do crédito, situação antes e depois, pagamento)
20. Crédito capital de giro. Fonte, dificuldade de conseguir... importância.
21. Aplicação dos créditos iniciais (individual, coletivo, etc)
22. Aporte de recursos privados nesta fase
23. Cooperativismo de crédito, fundos rotativos,

Produção agropecuária

24. Relação entre a produção para o mercado e para auto-consumo?
25. Produção para autoconsumo e para comercialização
26. Novas alternativas produtivas: sistemas de agroflorestas; conservação dos solos; adubação orgânica; controle integrado de pragas; rotação de culturas; integração vertical agricultura-pecuária; atividades não agrícolas. Realiza-se alguma dessas?

Formas de inserção no mercado

27. Comercialização dos seus produtos em sistemas integrados com agroindústrias ou com contratos de venda antecipada. Produtos e valor
28. Condições das estradas e infra-estrutura e influência na comercialização.
29. Principais produtos para comercialização
30. Sobre o destino da produção para obtenção de recursos monetários: atravessadores, atacadistas, varejistas, cooperativas, associações, venda direta ao consumidor.
31. Volume do que é produzido: relacionando o que é comercializado e consumido (Kg, %)
32. Destino no comercio
33. Papel do atravessador
34. Participação nas Feiras. Há regulamentação ou a participação é informal?

35. Venda dentro do próprio assentamento. Que tipo de produto, em que frequência? Qual a finalidade da compra?
36. Significado da comercialização

Agregação de valor:

37. Importância. Estratégia
38. Principais dificuldades. Gargalos
39. Fatores e agentes que contribuíram para o sucesso
40. Forma em que estão organizados estes empreendimentos. Localização
41. Sua constituição, organização, estrutura. Quem participa
42. Principais produtos processados
43. Valores, Renda agregada, valor agregado.
44. Fatores restritivos e fatores potencializadores (Quais os limites do desenvolvimento de unidades agroindustriais nos assentamentos para a geração de renda e emprego, bem como fixação da família na terra com qualidade de vida)
45. Obstáculos: externos e internos
46. Interligação da produção, agroindustrialização e a comercialização.
47. Importância da organização.
48. Características e impasses da pequena produção ou produção familiar no interior de um modelo de desenvolvimento fundado na opção política de apoio à grande produção.
49. Papel do movimento social e CONCRAB na medida em que se assumem como novos sujeitos desse processo de inserção mercadológico e de integração com as unidades produtivas.

Poder local e participação política

50. localização do assentamento? Influências políticas locais. Estruturas e apoios locais Contexto socio-econômico do entorno.
51. Articulação com outros assentamentos da região, igreja, sindicatos.
52. Parcerias institucionais com Prefeituras Municipais, Gov. Estadual, ONGs, Sociedade civil, com o INCRA, EMATER, etc.
53. Participação em conselhos municipais, regionais, estaduais, etc.